

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO/PPGEFB  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**O DIREITO EDUCACIONAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES  
DA AMSOP E A RELAÇÃO COM A MELHORIA DA QUALIDADE  
DA EDUCAÇÃO NO SUDOESTE DO PARANÁ**

**ANA PAULA DE OLIVEIRA**

Francisco Beltrão - PR  
2021

**ANA PAULA DE OLIVEIRA**

**O DIREITO EDUCACIONAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES  
DA AMSOP E A RELAÇÃO COM A MELHORIA DA QUALIDADE  
DA EDUCAÇÃO NO SUDOESTE DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado - Área de concentração: Educação, Linha de Pesquisa: Sociedade, Conhecimento e Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

Orientadora: Prof. Dra. Sueli Ribeiro Comar

Francisco Beltrão - PR  
2021



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**ANA PAULA DE OLIVEIRA**

**TÍTULO DO TRABALHO:** O DIREITO EDUCACIONAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DA AMSOP E A RELAÇÃO COM A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO SUDOESTE DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, Área de Concentração: Educação, Linha de Pesquisa 02: Sociedade, Conhecimento e Educação, julgada adequada e aprovada, em sua versão final, pela Comissão Examinadora, que concede o Título de Mestre em Educação a autora.

### COMISSÃO EXAMINADORA

**Sueli Ribeiro Comar (Orientadora)**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/FB)

**Daniela de Maman**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/FB)

**Maria Francisca Elgueta Rosas**

Universidade do Chile

Francisco Beltrão, 24 de maio de 2021

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Od Oliveira, Ana Paula de  
O direito educacional brasileiro: uma análise das ações da AMSOP e a relação com a melhoria da qualidade da educação no sudoeste do Paraná / Ana Paula de Oliveira; orientadora Sueli Ribeiro Comar. -- Francisco Beltrão, 2021.  
143 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Francisco Beltrão) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2021.

1. Direito Educacional Brasileiro. 2. AMSOP. 3. Qualidade da educação. 4. IDEB. I. Comar, Sueli Ribeiro, orient. II. Título.

Dedico este trabalho à minha avó, Prof<sup>ª</sup>. Enê  
Leonor Heche de Oliveira (*in memoriam* 1915  
- 2019).

## AGRADECIMENTOS

A Deus por seu amor que me encoraja, pelo suporte diante dos desafios da vida e por me encher de vigor e confiança na busca por propósitos maiores. Sou grata a minha mãe que me acompanha nessa jornada, somos mulheres peregrinas, obrigada por sua vida dedicada a nossa família, a mim, em especial, nesse momento onde me assiste para muito além do meu agradecimento, e se assim o fizesse estaria aquém de você mãezinha. À minha irmã e cunhado (Mariene e Luiz Carlos) pela torcida e parceira ao estender a mão com carinho e atenção em meio a tantas mudanças, rotas e distâncias e por cuidarem do pai estando tão perto dele em tempos de isolamento se fazendo presente em minha ausência.

À prima Fabi, que sempre traz a alegria do reencontro e deixa vácuos de saudade. Aos amigos Sr. Aniz Matnei e Tia Ione e Sandra, obrigada por reservarem em suas vidas espaço para mim, para uma oração, para uma conversa incentivadora. Às amigas: Martha Tussoline, e Queila Fabris, pelas conversas, estudos, e as trocas de experiências vividas na academia e, em especial, no *stricto senso* que, neste momento contribuíram muito na identificação e construção do meu objeto de pesquisa, obrigadas por tantos anos de amizade.

Aos novos amigos de Francisco Beltrão, ao Sudoeste do Paraná pela vocação de uma “mama italiana” em acolher mais um a sua mesa. Agradeço também aos funcionários da AMSOP, que se fizeram sempre presentes em minhas buscas, disponíveis e prontos a atender meus pedidos fossem dados ou informações para esta dissertação. E claro, à minha orientadora, Prof. Dr<sup>a</sup> Sueli Ribeiro Comar pelo privilégio desse tempo juntas, de conversas e cumplicidades, de ajustes e cortes, de acertos, obrigada por tantas aulas transformadas em exposição de arte e da sensação de vê-la escrever como quem pinta uma grande tela, pela oportunidade de tornar o embrutecido, sensível, por acreditar na espinhosa prática do ensino público, gratuito e de qualidade, e, por sempre me incentivar a escrever “um texto lindamente”. E com não poderia faltar, obrigada à Prof<sup>a</sup>. Maria Francisca Elgueta Rosas e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daniela De Mamam, ambas mediando o caminho rumo à compreensão de que o direito e à educação perfazem minha existência enquanto cidadã e profissional. Minha gratidão! Aos mestrandos da turma de 2019 do PPGE - Unioeste - Campus Francisco Beltrão-Pr, pela troca de experiências, e em especial, a todos os integrantes e membros convidados da linha de pesquisa em Educação, Políticas Sociais e Estado, e ainda, à Professora Valdirene M. de Moraes, como representante da Unicentro - Guarapuava/Pr, e do curso de Pedagogia, local onde meu interesse e olhar para a educação se acirrou. MEUS AGRADECIMENTOS!

## RESUMO

OLIVEIRA, Ana Paula de. **O Direito educacional brasileiro: uma análise das ações da AMSOP e a relação com a melhoria da qualidade da educação no Sudoeste do Paraná.** 2021. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus Francisco Beltrão, PR, 2021.

O objetivo da dissertação é analisar as ações da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP) e sua relação com a melhoria da qualidade da educação no Sudoeste do Paraná. A estrutura da pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo contempla dois itens. Inicialmente, considerações sobre Estado, Estado Democrático e Estado de Direito Democrático. Isso se justifica, pois, a qualidade da educação dos municípios atendidos pela AMSOP, será analisada na ótica desse processo, que se dá pelas conquistas e direitos, os quais cabem a todo cidadão. Em seguida, a tentativa é identificar o conceito de qualidade de Ensino na CF/88 e no Relatório da Qualidade e Equidade da UNESCO/1997. Isso é necessário para compreendermos de que forma as ações da AMSOP, como uma entidade civil, se aproxima dos princípios legais expostos na legislação maior. O segundo capítulo intitulado “Abordagem histórica da AMSOP no Sudoeste do Paraná” se organiza por dois tópicos. Primeiro histórico da criação da AMSOP e os avanços da mesma nos últimos 20 (vinte) anos. Em seguida serão tratados os objetivos gerais da instituição. O terceiro e último capítulo, apresenta 5 (cinco) itens basilares em sua estrutura. O primeiro item contempla a AMSOP e a estruturação de políticas no Sudoeste do Paraná através de programas e documentos criados pela entidade, voltados para o desenvolvimento do território do Sudoeste do Paraná. Na sequência, expõe-se a organização e a relevância do programa Pacto Nova Itália - PNI, Fóruns, Conferência na busca por desenvolvimento e formação humana para a região. No terceiro item, apresentamos as Cartas do Sudoeste, um documento criado pela AMSOP voltada ao atendimento de prioridades regionais. O quarto item, apresenta ações da entidade voltadas à valorização de fatores intra e extraescolares como vias para o avanço educacional na Região; e para finalizar o capítulo, no quinto item, abordamos o protagonismo da AMSOP na melhoria da qualidade da educação no Sudoeste do Paraná e apresentamos considerações a partir do IDEB dos municípios da dentro do recorte de 12 anos, ou seja, os anos de 2007 a 2019. Espera-se que a pesquisa contribua para um olhar conjuntural das ações da AMSOP, e a forma como as mesmas interferem no desenvolvimento regional e educacional dessa região.

**Palavras-chave:** AMSOP; Qualidade da educação; Estado Democrático; Reforma do Estado; Desenvolvimento regional.

## ABSTRACT

OLIVEIRA, Ana Paula de. **Brazilian educational law: an analysis of AMSOP's actions to improve the quality of education in southwestern Paraná.** 2021. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Câmpus Francisco Beltrão, PR, 2021.

The objective of the dissertation is to analyze the actions of the Association of Municipalities in the Southwest of Paraná (AMSOP) and its relationship with the improvement of the quality of education in the Southwest of Paraná. The research structure is divided into three chapters. The first chapter includes two items. Initially, considerations about the State, Democratic State and Democratic Rule of Law. This is justified, therefore, the quality of education in the municipalities served by AMSOP, will be analyzed from the perspective of this process, which is given by the achievements and rights, which are the responsibility of every citizen. Then, the attempt is to identify the concept of teaching quality in CF / 88 and in the UNESCO / 1997 Quality and Equity Report. This is necessary for us to understand how AMSOP's actions, as a civil entity, come close to the legal principles set out in the larger legislation. The second chapter entitled "AMSOP's historical approach in Southwest Paraná" is organized into two topics. First history of the creation of AMSOP and its advances in the last 20 (twenty) years. Then the general objectives of the institution will be addressed. The third and last chapter, presents 5 (five) basic items in its structure. The first item contemplates AMSOP and the structuring of policies in the Southwest of Paraná through programs and documents created by the entity, aimed at the development of the territory of the Southwest of Paraná. Following, the organization and relevance of the "Pacto Nova Itália" program - PNI, Forums, Conference in the search for development and human formation for the region are exposed. In the third item, we present the Cartas do Sudoeste, a document created by AMSOP aimed at meeting regional priorities. The fourth item presents the entity's actions aimed at valuing intra- and extra-school factors as pathways to educational advancement in the Region; and to conclude the chapter, in the fifth item, we address the role of AMSOP in improving the quality of education in the Southwest of Paraná and present considerations from the IDEB of the municipalities within the 12-year period, that is, the years 2007 to 2019. The research is expected to contribute to a cyclical look at AMSOP's actions, and the way in which they interfere in the regional and educational development of that region.

**Keywords:** AMSOP; Quality of education; Democratic State; State Reform; Regional development.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa demonstrativo da relação de municípios apontando a data de função e data de fundação.....	58
Figura 2 - Legislação Municipal que regulamenta o pagamento da contribuição à AMSOP ..	67
Figura 3 - Diário Oficial da Lei Municipal que regulamenta o pagamento da contribuição à AMSOP .....	67
Figura 4 - Sede antiga.....	68
Figura 5 - Sede atual com novas instalações .....	69
Figura 6 - Entrada de acesso à estrutura interna.....	69
Figura 7 - Recepção da AMSOP .....	70
Figura 8 - Grande Auditório .....	71
Figura 9 - Pacto Nova Itália - PNI.....	85
Figura 10 - Evolução temporal e caminho conjuntural da criação do PNI.....	89

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Adesão dos municípios à AMSOP.....	58
Gráfico 2 - IDEB média geral aferida entre os municípios signatários da AMSOP nos anos de 2007 e 2019 .....	119
Gráfico 3 - Evolução temporal do IDEB no período de 2007 a 2019 .....	122
Gráfico 4 - Comparação do IDEB 2007 a 2019 (média) por NRE.....	124

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Referenciais da palavra “melhoria” na Lei nº 9394/96 – LDB .....	42
Quadro 2 - Requisitos necessários para a constituição de uma entidade civil .....	56
Quadro 3 - Datas históricas de organização da AMSOP .....	64
Quadro 4 - Mecanismos jurídicos que possibilitam o repasse de recursos públicos diretos ....	64
Quadro 5 - Mecanismos jurídicos que possibilitam o repasse de recursos públicos indiretos.	65
Quadro 6 - Relação de prefeitos representando a região do Sudoeste do Paraná em Comissões e Conselhos junto à AMP .....	71
Quadro 7 - Demonstrativo de Instituições de Ensino Superior - recorte temporal de 1998 a 2018 .....	74
Quadro 8 - Das Cartas do Sudoeste - 5 (cinco) ciclos .....	90
Quadro 9 - Carta do Sudoeste (documento de 2002 e 2006).....	91
Quadro 10 - Receitas externas utilizadas pelos municípios e direcionadas à região por meio de projetos executados e orientados pela AMSOP.....	98
Quadro 11 - Carta do Sudoeste (documento de 2010 e 2014).....	100
Quadro 12 - Carta do Sudoeste (documento de 2018).....	104
Quadro 13 - Dimensões intraescolares .....	109
Quadro 14 - Metas PNE para o Brasil até 2022 .....	112
Quadro 15 - Metas da OCDE .....	113
Quadro 16 - Ações da AMSOP direcionadas para o campo da educação básica.....	114

## LISTA DE SIGLAS

AGE	Assembleia Geral Extraordinária
AMSOP	Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná
AMP	Associação dos Municípios do Paraná
BNCC	Base nacional Comum Curricular
CCB	Código Civil Brasileiro
CTM	Código Tributário Municipal
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CE/PR	Constituição Estadual do Paraná
CF	Constituição Federal
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CTM	Códigos Tributários Municipais
CTN	Código Tributário Nacional
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FPM	Fundo de Participação Municipal
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IAPAR	Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IIEPE	Instituto Internacional de Planejamento da Educação da UNESCO
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei Diretriz Orçamentária
LOA	Lei Orçamentaria Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OSCIPS	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAR	Plano de Ações Articuladas

PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNI	Pacto Nova Itália
PTV	Parque Tecnológico Virtual do Paraná
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TC/PR	Tribunal de Contas do Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1. MARCOS CONCEITUAIS SOBRE ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>21</b>
1.1 Considerações sobre Estado, Estado de Direito e Estado Democrático de Direito ....	22
1.2 Conceito de Qualidade de Ensino na Constituição Federal de 1988 e no Relatório da UNESCO/1997 .....	32
<b>2. ABORDAGEM HISTÓRICA DA AMSOP NO SUDOESTE DO PARANÁ .....</b>	<b>53</b>
2.1 O histórico da criação da AMSOP e seus objetivos.....	53
2.2 Objetivos gerais da AMSOP e sua relação com a educação e desenvolvimento no Sudoeste do Paraná .....	72
<b>3. AÇÕES DA AMSOP E O IMPACTO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS SIGNATÁRIOS .....</b>	<b>80</b>
3.1 A AMSOP e a estruturação de políticas no Sudoeste do Paraná .....	81
3.2 Pacto Nova Itália (PNI) .....	85
3.3 Cartas do Sudoeste e as prioridades regionais de desenvolvimento .....	90
3.4 A AMSOP e a valorização de fatores intra e extraescolares para o avanço educacional no Sudoeste do Paraná .....	106
3.5 O protagonismo da AMSOP na melhoria da qualidade da educação no Sudoeste do Paraná: considerações a partir do IDEB.....	111
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>130</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>138</b>
<b>APÊNDICE A – TABELA 1 – IDEB 2007/2019: EVOLUÇÃO DE INDICADORES EM ANÁLISE COMPARATIVA (%).....</b>	<b>139</b>
<b>APÊNDICE B – TABELA 2 – IDEB 2007/2019: CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR MAIOR INDICADOR (%) NA EVOLUÇÃO .....</b>	<b>141</b>
<b>APÊNDICE C – GRÁFICO 1A – EVOLUÇÃO IDEB 2007/2019.....</b>	<b>143</b>

## INTRODUÇÃO

[...] un país puede crecer sin educación, pero no puede desarrollarse sin ella (DEMO, 1983).

Esta pesquisa foi motivada pela oportunidade de atuar como advogada junto ao corpo especializado que diante dos impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nº 101/2000 na gestão pública, exigiram que setores técnicos, em especial, da receita municipal realizassem atualização e planejamento de recursos, de maneira a afastar a responsabilização civil e criminal e, ainda, renúncias de receitas tributárias.

Esta experiência profissional culminou também apropriação cultural, além das paisagens regionais tão belas e diferentes às existentes nos pampas de Guarapuava, oeste do Paraná, cidade onde nasci e vivi até começar minha jornada no Sudoeste do Paraná, identifiquei além da cultura italiana, os gaúchos do Rio Grande do Sul e os reflexos da economia e da cultura alemã do oeste catarinense, tudo isso mesclando a região.

O trabalho desenvolvido oportunizou-me conhecer aspectos regionais como a densa expansão rodoviária que interliga os 42 (quarenta e dois) municípios que compõe a região, o impacto ambiental e econômico das muitas hidroelétricas construídas, o crescimento econômico e o desenvolvimento que permeia fronteiras e, que torna a região um referencial de produção agroindustrial. Entretanto, ao mesmo tempo em que observava o crescimento econômico, identificava a presença marcante do pequeno produtor rural, e ainda, a presença de um comércio variado onde o empreendedorismo se evidencia em expansão abrindo-se à novas economias. Estes fatores socioeconômicos se comprovavam, à medida que os departamentos tributários dos municípios onde atuei, atualizavam suas densas listas de contribuintes e prestadores de serviços, sendo notória a expedição de alvarás de construção, de autorização sanitária ou ainda de localização, processos de fiscalização, de ajustes sanitários e urbanos. Outro fator que me chamava atenção era a presença de universidades públicas e privadas quase que na maioria dos municípios do Sudoeste, o que implica direta e indiretamente no crescimento econômico e no desenvolvimento da região.

Este conjunto de fatores apresentados, culturais, econômicos, reforçavam a necessidade de atualização tributária de Códigos Tributários Municipais (CTM), em especial, frente à arrecadação do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) mais conhecido por ISS, cuja receita passou (em 2017/2018) a pertencer aos municípios, porém, não foi uma conquista para a região do Sudoeste do Paraná, aquecida no setor da prestação de

serviços e, portanto, geradora de uma importante e relevante receita para os cofres públicos, mas, sobretudo, representa justiça federativa, uma vez que possibilitou o recolhimento de proeminente tributo para todos os entes municipais em território nacional.

Esta conquista foi fortemente discutida e articulada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) com participação da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP) que à época realizava recomendações e orientação desta receita tributária municipal, uma vez que muitos municípios poderiam cobrir não apenas folha de salários de funcionários, como assegurar melhorias na saúde e na educação. Foi a primeira vez que identifiquei a expressão melhoria nos discursos gestores municipais e a presença da AMSOP fomentando e informando sobre recursos como meio para financiar melhorias para vários setores, mas em especial, para a educação.

A arrecadação advinda dos repasses do Fundo de Participação Municipal (FPM) perdeu espaço nas discussões de planejamento tributário. Foi diante deste cenário que pude lançar as primeiras considerações sobre o financiamento da educação e desenvolvimento regional, como também, identificar o impacto advindo das Reformas do Estado nos anos 1990, do séc. XX, refletindo no séc. XXI, onde os recursos escassos em razão da política de cortes de gastos reduziram a máquina pública exigiram que os gestores da federação, em especial, os municípios que além de planejar suas ações tributárias para não serem penalizados, também conduzissem a gestão pública de seus municípios, com poucos recursos. Entretanto, com o fim “dos paraísos fiscais” foi possível recolher o ISS no local do fato gerador, isto é, no local onde a prestação de serviço é realizada mudando a realidade da gestão pública.

Cumprido salientar, que AMSOP nesse setor do controle fiscal dos municípios, recomendava aos gestores atenção redobrada, o que viabilizava os trabalhos mais técnicos da assessoria tributária efetuada. A AMSOP sempre se destacava nas recomendações além das observações tributárias aos municípios, incentivando na importância da representação de gestores públicos junto a Confederação Nacional dos Municípios e da Associação dos Municípios do Paraná (CNM), uma vez que fortalecia os municípios e suas reivindicações e conforme diz Cordasso (2006)<sup>1</sup>:

[...] Município forte é o começo de um Brasil melhor. Tudo começa no município. O Brasil é continental, é muito grande, são regiões diferentes,

---

<sup>1</sup> CORDASSO, Vilmar foi prefeito de Francisco Beltrão em 2001 a 2008, e foi presidente da AMSOP em 2006, no entanto participou por várias vezes da diretoria da entidade.



com economias diferentes. O município precisa ser forte, para que dele irradiem as mudanças que tem que ser feitas. (AMSOP, 2018, p. 252).

[...] os municípios precisam se fortalecer. Continuam muito dependentes do Governo Federal ou da conotação política de quem está no poder para conseguir alguma coisa da qual tem todo direito. Países desenvolvidos tem um tratamento muito diferenciado, os municípios recebem o que é de direito e a gestão é feita individualmente. (AMSOP, 2008, p. 253).

Foi neste contexto de trabalho que conheci a AMSOP, e diante da minha experiência como advogada tributarista, me lancei nos estudos frente ao desenvolvimento regional. No entanto, as expressões “melhoria” e “desenvolvimento” chamavam atenção, e como já salientei, me acompanharam neste processo de estudos. Mas foi analisando o art. 205 da Constituição Federal (CF)/88, que identifiquei que o desenvolvimento de uma nação culmina antes de tudo, com o desenvolvimento pleno do homem, e isso se dá através da educação. Como assegurar que por meio de princípios e direitos a educação propicie o pleno desenvolvimento humano? Como preparar o sujeito ao exercício da cidadania? Mas que desenvolvimento a CF/88 se refere? E afinal, que exercício de cidadania é este que contribui para a educação numa realidade para além do ato eleitoral? Que educação pra todos é esta que afasta muitos dos processos de ensino e aprendizagem? Qual mercado de trabalho e acesso ao mesmo advém do art. 205 da CF/88? Estas indagações me levaram até Monteiro (2003, p. 764), onde não pude furtar-me ao exercício da seguinte reflexão “[...] respeitar, proteger e realizar todos os direitos do ser humano, e o direito à educação em particular, são as principais obrigações de um Estado de Direito”. Assim, o direito à educação é um paradigma novo para repensar à educação, transfigurar a escola e recriar a identidade dos profissionais da educação.

Esta lógica constitucional lançou a busca por entender o direito educacional no Brasil, um campo novo para o direito e para mim, mas salutar para a educação, e o meio para efetivar esta busca, me remetia ao mestrado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Campus Francisco Beltrão/PR. Esta universidade, assim como muitas outras conquistas que também estiveram na agenda de ações da AMSOP, e que completou 20 (anos) anos de instituição pública, gratuita e de qualidade exatamente no ano que fixei na região.

Com isso meu objeto de pesquisa se delineava juntamente com o traçado de minha jornada pessoal, o direito como minha primeira formação acadêmica, também em universidade pública, me levou a analisar em que medida os processos de desenvolvimento contemplam a formação humana, como o acesso à educação pública e de qualidade se

configuram como uma das formas de consolidação da democracia, e ainda, como o direito à educação se efetiva enquanto preceitos infraconstitucionais.

Cumprindo ainda salientar, que com o advento da comemoração do aniversário de 50 (cinquenta) anos da AMSOP, em março de 2018, meu objeto de pesquisa se delineou e se constituiu tornando-se singular, haja vista a inexistência de análise do mesmo e suas categorias, o que o torna inédito. Analisar as implicações históricas das ações diretas e indiretas da AMSOP frente à melhoria na qualidade da educação e o impacto no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos municípios a ela vinculados, em especial, que contemplem os impactos da CF/88, da Reforma do Estado, o cinquentenário da AMSOP e, ainda, o vintenário da UNIOESTE - Campus de Francisco Beltrão justificam a escolha do recorte temporal desta dissertação, ou seja, entre os anos de 1999 a 2019.

Feitas essas considerações, indicamos que toda pesquisa, emerge de algumas problemáticas que segundo Beaud (1996, p. 52) se constituem pelo “conjunto construído, em torno de uma questão principal, pelas hipóteses de pesquisa e pelas linhas de análise que permitirão tratar o assunto escolhido”. Ou ainda, para o mesmo autor, ela “deve ser crucial, central e essencial no tocante ao assunto escolhido. Ela não deve ser paralela a ele, nem estar dele desconectada ou fora dos eixos”.

Dessa conceituação, a problemática elencada para esta dissertação é a seguinte: como as ações diretas e indiretas da AMSOP contribuem para a melhoria da qualidade da educação nos 42 (quarenta e dois) municípios que são seus signatários? Sinalizamos que tais ações visam fomentar junto aos municípios à efetivação das políticas públicas, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação e ao desenvolvimento regional.

De modo amplo, a importância desse estudo se justifica na natureza normativa da Constituição Federal de 1988, especialmente no tocante à concepção de Estado como elemento constituído e legitimador do direito à educação, cujo princípio basilar está calcado na qualidade da educação com vistas a promover o desenvolvimento humano, preparando-o ao exercício da cidadania e ao mercado de trabalho, consoante se depreende do art. 205, *caput*, CF/88.

Neste sentido, e partindo destes pressupostos normativos, que essa dissertação analisará as ações diretas e indiretas fomentadas pela AMSOP nos últimos 20 (vinte) anos, marcando a correlação com a melhoria do IDEB, dentro do recorte temporal de 12 (doze) anos, nos municípios.

Quanto à metodologia empregada nesse exercício teórico, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem quantitativa e de análise documental. Para Gil (1991), “quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, leis, pareceres e sites”. Se complementa, também, pela análise documental, uma vez que é elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico como é o caso das fontes primárias da pesquisa que se constituíram em especial em leis, diretrizes, decretos, atas de reuniões e relatórios de ações diretas e indiretas realizadas no caso em tela dentro de um recorte temático de 20 (vinte) anos (1999 a 2019). Para Barreto e Honorato (1998, p. 54),

A metodologia da pesquisa num planejamento deve ser entendida como o conjunto detalhado e sequencial de métodos e técnicas científicas a serem executados ao longo da pesquisa, de tal modo que se consiga atingir os objetivos inicialmente propostos e, ao mesmo tempo, atender aos critérios de menor custo, maior rapidez, maior eficácia e mais confiabilidade de informação.

Como fonte secundária, os referenciais são: artigos, dissertações e periódicos disponíveis on-line, CAPES, Scielo, Revistas digitais, livros e informações levantadas dos portais de transparência e de banco de dados da própria AMSOP, através do site e plataformas digitais.

A coleta de dados se pautará por levantamento bibliográfico para o referencial teórico e os dados para a análise foram coletados nas peças produzidas pela AMSOP, como livros e atas registrares de suas ações, bem como no livro de 50 (cinquenta) anos de existência da AMSOP, sendo que os dados serão sistematizados em tabelas e gráficos, considerando o recorte temporal de 1999 a 2019. Por fim as análises são sistematizadas em forma de texto, bem como em tabelas e gráficos, onde a análise das políticas públicas da educação, levando em conta o contexto social, político e econômico.

Assim, os reflexos das ações fomentadas pela AMSOP, serão estudadas de modo quantitativo demonstrando através de gráficos e tabelas a similitude entre as ações realizadas pela AMSOP e a educação, especialmente, no IDEB dos municípios vinculados a entidade observando a vigência temporal que compreende os anos de 2007 a 2019, perfazendo um período de 12 (doze) anos.

Dessas considerações, o objetivo principal desse estudo é analisar as ações diretas e indiretas realizadas pela AMSOP considerando o recorte temporal de 20 (vinte) anos (1999 à 2019), e a relação com a melhoria da qualidade da educação e no IDEB dos municípios a ela

vinculados. Elegemos três objetivos específicos, os quais se constituem nos capítulos da dissertação, sendo eles: analisar a concepção de Estado e a questão da qualidade da educação brasileira; elaborar o histórico da criação da AMSOP, seus objetivos; identificar as ações diretas e indiretas da AMSOP voltadas para a Educação no Sudoeste do Paraná, e a possível contribuição para a melhoria do IDEB dos municípios a ela vinculados, nos últimos 12 anos.

Em relação aos capítulos os descrevemos do seguinte modo. O primeiro capítulo se estrutura por dois itens. Inicialmente a compreensão conceitual sobre Estado, Estado Democrático e Estado de Direito Democrático. Isso se justifica, pois, a qualidade da educação dos municípios atendidos pela AMSOP, será analisada na ótica desse processo, que se dá pelas conquistas e direitos, os quais cabem a todo cidadão. Em seguida, a tentativa é identificar o conceito de qualidade de Ensino na CF/88 e no Relatório da Qualidade e Equidade da UNESCO/1997. Isso é necessário para compreendermos de que forma as ações da AMSOP, como uma entidade civil, sem fins lucrativos e de representatividade pública, se aproxima dos princípios legais expostos na legislação maior.

O segundo capítulo intitulado “Abordagem histórica da AMSOP no Sudoeste do Paraná” se organiza por dois tópicos. Primeiro histórico da criação da AMSOP, organização e avanços enquanto entidade civil; em seguida serão tratados os objetivos gerais da instituição em relação às questões educacionais. O terceiro e último capítulo, apresenta 5 (cinco) itens basilares em sua estrutura. O primeiro item contempla a AMSOP e a estruturação de políticas no Sudoeste do Paraná através de programas e documentos criados pela entidade, voltados para o desenvolvimento do território do Sudoeste do Paraná. Na sequência, o item dois, apresenta a organização e a relevância do programa Pacto Nova Itália - PNI, Fóruns, Conferência na busca por desenvolvimento e formação humana para a região.

No terceiro item, apresentamos as Cartas do Sudoeste, um documento criado pela AMSOP voltada ao atendimento de prioridades regionais. O quarto item, apresenta ações da entidade voltadas à valorização de fatores intra e extraescolares como vias para o avanço educacional na Região; e para finalizar o capítulo, o quinto item, abordamos o protagonismo da AMSOP na melhoria da qualidade da educação no Sudoeste do Paraná e apresentamos considerações a partir do IDEB dos municípios da dentro do recorte de 12 (doze) anos, ou seja, os anos de 2007 a 2019.

## **1. MARCOS CONCEITUAIS SOBRE ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO**

Este capítulo está dividido em dois tópicos estruturantes, os quais trazem inicialmente, a compreensão acerca da concepção de sobre Estado, Estado de Direito e Estado Democrático de Direito, o qual legitima a atuação de entidades civis no Brasil, portanto, analisar a concepção de Estado, nos remete a lógica constitucional normativa que autoriza as ações diretas e indiretas fomentadas pela Associação dos Municípios dos Sudoeste do Paraná, que a partir deste momento trataremos por AMSOP.

Esta entidade de cunho associativista e integracionista age em espaços políticos e sociais como canal de participação regional frente à dinâmica do aparato do Estado e suas arenas internas; como também se articula como instituição que fomenta a representatividade na implementação e gestão de políticas públicas locais, protagonizando a incorporação das demandas dos atores sociais às agendas do governo. Deste modo, a AMSOP, será analisada na ótica desse processo acerca da compreensão de Estado, como pelas conquistas e direitos, os quais cabem a todo cidadão.

Outro aspecto que vale esclarecer para o leitor, é a especificidade da AMSOP para o setor educacional, o que poderia implicar na seguinte questão: a AMSOP está ligada à educação sendo uma entidade civil de desenvolvimento? Essa resposta será esclarecida ao longo dessa pesquisa, mas sinalizamos que a AMSOP, promove ações diretas e indiretas, as quais contribuem conjuntamente para o desenvolvimento estrutural e educacional da região do Sudoeste do Paraná.

Feitas essas breves apresentações acerca do primeiro item deste capítulo, a pesquisa avança em seu segundo item, o qual implica na identificação do conceito de qualidade de Ensino na CF/88 e no Relatório da Qualidade e Equidade da UNESCO/1997. Isso é necessário para compreendermos de que forma as ações da AMSOP, como uma entidade civil, sem fins lucrativos, se aproxima dos princípios legais expostos na Carta Magna de 1988, como também suas ações externas respondem as orientações internacionais, pressupostos fundamentais e caracterizantes dos Estados Democráticos de Direito, elementos estes que marcam a presente dissertação e que justificam a organização deste capítulo.

Deste modo, retornando ao primeiro item do capítulo, onde iniciamos então com a análise sobre a origem do Estado, entendemos salutar trazer em paralelo às concepções, a democracia como um elemento marcante e atemporal aos processos de concepção de Estado e se insere como conteúdo fundamental às normas constitucionais, promovendo processos de

participação social, os quais favorecendo a organização e a atuação da sociedade civil, e esta dinâmica, são marcantes nos Estados Democráticos de Direito, e em relação a esta categoria temos:

Quando um país, uma nação, possui a inestimável fortuna de construir uma democracia, o desafio seguinte é buscar o constante aprimoramento na prática democrática, ou seja, avançar na qualidade da democracia e isso só vem com a persistência da prática democrática e com a profunda fé nas instituições públicas. A democracia e a qualidade da democracia estão diretamente ligadas à segurança jurídica. Em verdade, as pessoas saem do estado de natureza e entram na vida em sociedade precisamente para que se tenha segurança jurídica. (AMARAL, 2020, p. 123).

### **1.1 Considerações sobre Estado, Estado de Direito e Estado Democrático de Direito**

Historicamente o Estado como sociedade natural sempre existiu e representa a organização da vida em comunidade. Ao analisar com brevidade esse aspecto, entende-se que o Estado nada mais é do que uma sociedade constituída por um grupo ou povo socialmente organizado em territórios, sendo geridos por um ente, o qual visa atender suas necessidades. Dentro deste contexto, a concepção de Estado perpassa a história, e encontramos ideários na figura grega da Polis, e na República, dos romanos, especialmente pelo aspecto do vínculo entre o ordenamento jurídico, democracia e cidadania.

Mas para conceituar o Estado de modo mais significativo, uma vez que o conceito do mesmo, tem como pressuposto anterior e fundante a organicidade da vida social humana, ousamos, numa perspectiva histórica, abordar brevemente, fundamentos sobre o Estado desde os primórdios das primeiras discussões filosóficas. Esse é o caminho no qual convidamos o leitor a trilhar a seguir.

A partir de um pressuposto mais filosófico, para Aristóteles (2001), o homem social, vive em pequenos grupos e se organiza de modo hierárquico de maneira a conviver comunitariamente até a formação da polis, da cidade, onde para Aristóteles o homem, além de sujeitos sociais, passa a desenvolver a dimensão política, e nos moldes da época, culminaria alcançando seu último estágio ético da humanidade. A polis serve como território social onde as dimensões sociopolíticas se imbricam formando uma unidade voltada não apenas a ajustar as condutas humanas, mas aprimorá-las, frente aos desafios da vida em sociedade.

Dando continuidade à busca do pensamento filosófico, Péricles (430 a.C) aduz que a vida em sociedade depende da força advinda da maioria pelo formato de Estado no viés de

democracia, aprimorando leis e instituições, conforme se depende o discurso frente a morte de soldados na Guerra do Peloponeso:

Vivemos sob a forma de governo que não se baseia nas instituições dos nossos vizinhos, ao contraio, servimos de modelo a alguns, ao invés de imitar outros. Seu nome, como tudo depende não de poucos, mas da maioria, é democracia. Nela, enquanto no tocante às leis todos são iguais para a solução de suas divergências privadas, quando se trata de escolher (se é preciso distinguir em qualquer setor), não é o fato de pertencer a uma classe, mas o mérito, que dá acesso aos postos mais honrosos; inversamente, a pobreza não é razão para que alguém, sendo capaz de prestar serviços a cidade, seja impedido de fazê-lo pela obscuridade de sua condição. Conduzimo-nos liberalmente em nossa vida pública, e não observamos com uma curiosidade suspicaz a vida privada de nossos cidadãos, pois nos ressentimos com nosso vizinho se ele age como lhe apraz, nem olhamos com ares de reprovação com olhares que, embora inócuos, lhe causariam desgosto. Ao mesmo tempo que evitamos ofender os outros em nosso convívio privado, em nossa vida pública nos afastamos da ilegalidade, principalmente por causa de um temor reverente, pois somos submissos às autoridades e às leis, especialmente àquelas promulgadas para socorrer os oprimidos e as que, embora não escritas, trazem aos transgressores uma desonra visível a todos [...] assim, oferecemos aos mortos e seus descendentes, uma valiosa coroa com prêmio por seus feitos, pois onde as recompensas pela virtude são maiores, ali se encontram melhores cidadãos. (FIGUEIREDO, 2002, p. 21).

Considerando que já se passaram mais XX séculos do pensamento de Péricles, notadamente a democracia sempre foi tema de discussões, debates e lutas, de maneira que, coexistiu ao mesmo tempo com a busca do homem por organicidade civil, a democracia, portanto, orbita entre as conquistas do cidadão, como também propicia abertura para novos direitos e novas perspectivas de cidadania, as quais emergem dos ajustes sociais ocorridos ao longo da história e que, conseqüentemente, contribuem para a concepção de Estado, o que justifica a presença desse elemento em conjunto a tudo que abordamos nesse item.

Julgamos pertinente, considerando o avanço histórico que abraça o texto, trazer o pensamento político de Maquiavel acerca de Estado, que não está pautado nos modelos da antiguidade, mas aponta para uma concepção de Estado Moderno. Salutar ressaltar que, em geral, a teoria política de Maquiavel, o coloca como defensor de um regime de governo despótico: “O príncipe não precisa ser piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso, bastando que aparente possuir tais qualidades; o príncipe não deve se desviar do bem, mas deve estar sempre pronto a fazer o mal, se necessário”. (MAQUIAVEL, 2004, p. 54).

Porém, lembramos ao leitor acerca da intenção do autor, quando ensina acerca de um governo sempre determinado pela realidade dos fatos, ou seja, “a *verità effettuale* [...] valer-se

ou não disto, segundo a necessidade” (p. 74, grifo do autor). A teoria política de Maquiavel, exige análise de um sujeito histórico, fruto de um contexto renascentista, ou ainda, um sujeito que se afasta dos tratados medievais escolásticos, e se lança em defesa de métodos de investigação empíricos e assim passa a conceber o Estado como a capacidade de “determinar a resposta impostergável que a situação presente permanentemente lhe formula: o que fazer?”. (AMES, 2002, p. 16).

Cumpramos aqui ressaltar, que a Monarquia Absolutista é posterior à época de Maquiavel, mas o autor defende a Monarquia, em momentos de crise do Estado, porém, superadas as dificuldades institucionais, ele acena para a instauração da República, como forma de Estado mais adequado.

Neste tocante, destacamos Chauí (2001), que aduz que Maquiavel não aceita a divisão clássica que marcam pensamentos e democráticos, nem o regime legítimo e hereditário advindos da tirania, oligarquia, demagogia. Segundo Chauí, o critério de avaliação de um regime está no valor que se mede a liberdade, portanto, a obra de Maquiavel revela uma inovação para o pensamento político moderno, ou seja, os fundamentos de uma moral individual e da laicidade na política, o que lança a obra “O Príncipe” aos patamares da modernidade.

Assim, pautados na lógica da modernidade, chamamos o leitor à reflexão acerca da concepção do Estado no cenário marcado pelo Iluminismo, onde Hobbes que diferentemente de Maquiavel, apresenta outros elementos da figura de Estado, os quais avançam para além da manutenção do poder do governante, centralizando as ações do “Soberano”, às leis hierarquicamente superiores aos homens. Para melhor apreensão de Hobbes, analisamos o fato de que este vivia uma realidade civil onde os Estados Nação se organizavam em meio as guerras civis na Inglaterra tornando a dimensão da vida política em sociedade mais complexa.

Aqui, a figura do Estado, surge para conter a natureza do homem. É por esta natureza, que Hobbes (2004), concebe o homem em seu estado natural, onde não há limites para seu agir, utiliza-se de todos os meios para atingir seus objetivos. Neste sentido, Hobbes analisando o estado natural, e uma vez “não havendo limites e na tentativa de sobreviver, a vontade do homem é sua lei, diante do fato da sobrevivência, o homem faz inimigos, faz guerra e também faz paz”. (p. 235).

Portanto, o bem maior da vida é sobreviver e nessa tensão que Hobbes (2004) chama de guerra, mas para sair deste conflito precisa estabelecer a paz, abrindo mão da vontade anterior, saindo da esfera natural para esfera social. Hobbes (2004) compreende que o



indivíduo abre mão do seu estado natural e estabelecem relação de dependência com um poder maior, capaz de governar a todos.

Considerando o momento histórico vivido por Hobbes, muito embora defendesse o absolutismo monárquico, enquanto forma de governo centralizado, insistia no poder de modo descendente, formado de baixo para cima<sup>2</sup>, uma vez que para Hobbes, as partes procedem ao todo, apontando aspectos democráticos orbitando a concepção de Estado, assim, a unidade aferida no contrato social, atribui ao Estado, força para governar direitos personalíssimos e inalienáveis.

Avançando em nossas considerações a respeito dos pensamentos dos modernistas, importantes também são as considerações de Locke e Rousseau, contratualistas como Hobbes, pautam-se na hierarquia das leis para promover o direito, a vida e a liberdade. Estes autores apresentam delineadamente estes direitos, de maneira a contribuir fortemente na construção conceitual do que a doutrina chama de direitos de primeira geração, notadamente amparados nos fundamentos do Estado de Direito.

Estes autores apresentam a relação contratual com a vontade do povo, valorizando o delineamento da democracia, a qual como um elemento além do contrato social, se qualifica para atender as necessidades do povo. Salientamos que, especialmente em Locke, a visão de liberdade atrairia a concepção liberal muito difundida por este, embora para Locke, o homem tenha a prerrogativa natural em relação a seus direitos, como a vida, a liberdade e a propriedade, direitos estes compreendidos como de primeira geração, a ressalva feita pelo filósofo se refere ao fato do Estado ter o poder de positivá-los, garantindo a segurança jurídica de seus bens e direitos inalienáveis, e desse modo, o homem abandona o estado de natureza, celebrando com o Estado, o contrato social.

Neste caso, o Estado tem a prioridade e a prerrogativa de defender os interesses do homem, devendo desempenhar o papel de árbitro frente às necessidades e dos conflitos sociais, tendo como elemento fundante a garantia dos direitos naturais pela via das leis, pois, “onde não há lei, não há liberdade”. (LOCKE, 2004).

Assim, nesse cenário liberal, onde a função centralizadora do Estado encontra-se pautado no direito, Locke (2004), compreende que existem limites no poder centralizado e analisa que cabe ao homem a escolha de quem está no governo e através da representação

---

<sup>2</sup> Coutinho, Carlos Nelson, aduz eu o poder formador de uma nação se perfaz a partir da participação das bases, é um poder de baixo para cima, trazendo mudanças na organização social e alterando elementos da velha. Segundo o autor, o processo de Independência do Brasil aconteceu decima para baixo, “e que o Brasil foi um Estado, antes de ser nação”. (COUTINHO, Carlos Nelson, O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. Ed. Cortez: 2015, p. 111).

participativa o Estado governasse livremente. Propomos, neste momento, um breve corte neste tecido teórico, para salientarmos que o termo Estado de Direito foi trazido no século XIX pelo alemão Robert Von Mohl, o qual ampliava a concepção pautada no império da lei, a separação dos poderes e a prevalência dos direitos individuais fundamentais.

Segundo o autor, o Estado de Direito, constitui um sistema tipicamente liberal onde o indivíduo está protegido pelas leis que estabelecem direitos, bem como pelas normas que lhe sevem de meio para concretizá-los. Trata-se de uma “ordem juridicamente centralizada, sendo a jurisdição, e a administração estão vinculadas à lei”. (KELSEN, 1979, p. 35).

Feitas estas considerações, retomamos a concepção de Locke, onde o Estado deveria salvaguardar os espaços referentes à ordem social e a garantia dos direitos naturais inalienáveis, uma breve alusão aos princípios e direitos do homem, pilares fortemente consagrados na segunda metade do sec. XIX e XX, conforme já apontamos.

Lembramos ao leitor, e por mais que pareça fora de contexto, gostaríamos de explicitar que neste período histórico ocorre um embate teórico, pois, ao contrário do que se pensa, Hobbes inferiu a democracia antes das análises de Locke, em meio ao Estado Absolutista. Isto ocorre por que Hobbes entendia que o Estado absolutista, baseado na força, efetivava a ordem social pelo poder vindo de cima, entretanto, entendia que o poder era anterior ao Estado, e que o comando natural pertencia ao homem, em seu estado natural. Assim, as concepções acerca de Estado até aqui apresentadas pautam a democracia como um dos elementos que representa a ampliação e inclusão de novos direitos, pois, pensar na democracia é relevante, uma vez que o Estado passa a abrir espaço para a vida econômica, ao livre comércio, feito este que até então estava centrado nos ditames dos governantes e seus interesses.

Assim sendo, o interesse individual se transforma e se funde ao ideário de cidadania, resultando na integração entre o espaço relativo à liberdade individual e no espaço da esfera política. É esta integração que Rousseau entende que a vontade geral é fruto do resultado das leis, as quais positivam os direitos naturais do homem, e que cedidos ao Estado, este propicia garantias relativas à vida e a liberdade da maioria representativa. Na visão dos filósofos contratualistas Hobbes, Locke e Rousseau, muito embora envolta em particularidades, traçam especificidades conjuntas, ou seja, o poder do Estado originariamente advém da vontade comum do povo organizado em seu território, cabendo ao Estado estabelecer a ordem social por meio das leis e das instituições.

E dentro desta perspectiva Rousseauiana, a participação do povo e o poder advindo do Estado se concretizavam por meio de seus representantes, ou melhor, de seus instrumentos, ou ainda, nas suas instituições enquanto formas de expressão de um novo modelo de democracia representativa que, diferentemente do perfil grego, onde a democracia se manifestava na cidade-Estado, avança além de seu território demarcado, para se efetivar através dos valores e das práticas democráticas que promovem não apenas a transferência de poder ao Estado, mas fomenta a interlocução entre o cidadão e as instituições estatais.

Ainda nesta perspectiva de democracia trazida por Rousseau, a participação do cidadão se constitui raiz social e política, tornando-se um elemento estruturante à concepção de Estado, de maneira a fortalecer a ampliação de direitos e estes direitos tornam-se normatizados por leis que possuem supremacia frente ao Estado. Neste contexto, a concepção de Estado de Direito foi difundido, como um sistema tipicamente liberal, onde o indivíduo está protegido pelas leis que estabelecem direitos, bem como pelas normas que lhe sevem de meio para concretizá-los.

E dentro desse contexto, o Estado de Direito, se apresenta com um papel mínimo tendo o indivíduo, ou seja, “o súdito” que se transforma em cidadão e com ampla liberdade. O Estado também controla o poder sobre os indivíduos, protegendo assim, os direitos individuais, entretanto, não garante a participação dos destinatários em seu exercício, de maneira a faltar no Estado de Direito, a legitimação democrática do poder que associado ao excesso de liberdade criado pelo Estado de Direito, culminou em abusos dos economicamente mais fortes em oposição aos menos favorecidos.

Tal evento levou à instituição do Estado Social, onde o seu papel minimalista do Estado passa a ter uma postura ativa como agente do desenvolvimento da justiça social, marcado com a busca de direitos como educação, saúde, previdência, entre outros. Se por um lado o Estado Liberal torna-se limitado, dando grande autonomia a seus “súditos”, o Estado Social mostrou-se fragilizado por ser intervencionista, burocrático e pesado em sua gestão e estrutura administrativa.

Cumprir lembrar que estes sistemas, tanto do Estado de Direito, como do Estado Social, enfrentavam uma limitação formal, que pautada na supremacia da lei, fruto da influência da doutrina de Kelsen (1979, p. 203): “a lei expressa o ordenamento jurídico de uma nação e se forma de modo hierarquizado, e centralizado em uma constituição, a qual passa ser pressuposto de validade das demais leis”.

[...] uma norma é hierarquicamente superior a outra norma quando esta busca seu fundamento de validade naquela que, por sua vez é superior por validade desta e assim sucessivamente. Normas não são ordenamentos no mesmo plano, pertencem a diferentes níveis de hierarquias normativas; a norma não é determinada pelo seu conteúdo, mas por pertencer ao seu conjunto de ordenamento jurídico. (KELSEN, 1979, p. 55).

Avançando as análises acerca da concepção de Estado, segundo Canotilho (1998, p. 1990), “[...] foi como forma de superação dos modelos de Estado, que surge o Estado Democrático de Direito”. Neste sistema o Estado se funda na legalidade democrática e está sujeito à imperatividade da lei como no Estado de Direito, entretanto, no Estado Democrático de Direito, a lei deve traduzir os anseios sociais pretendidos pelo titular do poder, o povo:

[...] a articulação do direito e do poder no Estado significa, que o poder deste, deve organizar-se e exercer-se em termos democráticos. O poder político no Estado Democrático de Direito “deriva do poder dos cidadãos que se manifestam dentre outras formas através da ação popular, lei de iniciativa popular, referendo, plebiscito e ação civil pública. (CANOTILHO, 2002, p. 95).

Assim, surge o Estado Democrático de Direito, o qual se pauta na legalidade democrática, sujeito à imperatividade da lei, como no Estado de Direito, porém, neste novo sistema, a lei deve traduzir os anseios sociais mais amplos e pretendidos pelo titular do poder, o povo. Mais uma abertura estrutural e conceitual de Estado emerge como fruto das relações sociais, políticas e econômicas vividas no pós-guerra. O Estado passa a absorver em suas constituições, os direitos fundamentais, amplamente difundidos pelos tratados internacionais, os quais perfazem a principal característica dos Estados Democráticos de Direito que não implica simplesmente no reconhecimento formal de que o povo é o titular do poder e que todos devem obediência à lei.

Neste caso, a concepção de Estado se amplia de tal forma a trazer a existência paralelamente a força constitucional dos conteúdos das normas e seus controles; os órgãos representativos e os pleitos eleitorais periódicos e plurais, aproximando a democracia de maneira a torná-la estruturante ao sistema de governo.

[...] a estruturação de processos que ofereçam aos cidadãos efetivas possibilidades de aprender a democracia, participar nos processos de decisão, exercer o controle crítico na divergência de opiniões, produzir “inputus” políticos democráticos. A democracia é um processo dinâmico inerente a uma sociedade aberta e ativa, oferecendo aos cidadãos a possibilidade de desenvolvimento integral, liberdade de participação crítica

no processo político, condições de igualdade econômica, política e social. (CANOTILHO, 2002, p. 282).

Assim, dentro das perspectivas de Estado Democrático de Direito, observa-se um Estado que se abre ao processo de participação como expressão de democracia ativa e atuante, e este mecanismo foi implementado no Brasil, a saber, nos anos de 1990 a 2000, e recebe estímulos relativos ao seu fortalecimento, no tocante a atuação das instituições civis e suas redes, como também ganha espaço à organização e realização de fóruns, conselhos e comitês de representação. Salientamos, que este aspecto relativo à atuação de instituições civis, a AMSOP, objeto desta dissertação, atua amparada pelo sistema normativo constitucional e que em momento oportuno apresentaremos com mais propriedade sua atuação.

Outro aspecto relevante a salientar envolve a participação como elemento importante na retomada econômica e política do Brasil, face à transição de regime que marcaram a história do país e que influenciaram as tomadas de decisões. Chamamos a atenção do leitor às contribuições de Dahl (2010) ao afirmar que uma nação que enfrenta um processo de transição de regime, as práticas de movimentos externos às instituições estatais propiciam o aprimoramento dos sistemas de maneira a mensurar sua qualidade não apenas das práticas democráticas, como da própria democracia.

Dentro desta perspectiva apresentada pelo autor, pensar em democracia como regime político, é refletir sobre uma teoria que sempre está em movimento, tornando-o um modelo incompleto, mas que assegura maior grau de oportunidade por meio da efetivação dos princípios e direitos e assevera ainda o autor “a democracia propicia que o sujeito de direitos se constitua um sujeito político, ativo e que age na dimensão externa às instituições e em um processo de entrega visando consolidar seus valores e princípios”. (DAHL, 2010, p. 33).

Segundo Dahl (2010), o mecanismo de mobilizações externas as instituições aproximam o cidadão das decisões maiores, e segundo Pateman (1992, p. 45), a participação resulta do exercício de um direito, e quanto mais o cidadão participa, mais fortalece as tomadas de decisão, as quais não abrangem o campo privado, mas o coletivo “[...] a tomada de decisão coletiva, advindo de múltiplos setores da vida humana, é uma forma de educação para a democracia e que resulta na aceitação das decisões coletivas, gerando controle e o sentimento de integração”.

Assim, à luz da teoria de Pateman (1992), compreender que os processos coletivos ensejam processos de educação para a democracia são salutares para a promoção da interlocução do cidadão com o Estado contemporâneo pautado nos direitos humanos.

[...] o cidadão não está à margem das decisões coletivas, está inserido de maneira a tornar a democracia muito além de um regime, atinge o patamar de um ideal voltado para a emancipação humana, sendo um mecanismo que permeia as relações sociais, das quais participa todo cidadão. (PATEMAN, 1992, p. 48).

Outro aspecto envolve a participação como elemento importante na retomada econômica e política do Brasil em face da passagem de regime, segundo Sen (2016) “[...] a relação entre economia e a política pode render frutos construtivos: uma resposta política consistente acerca das necessidades econômicas pode florescer com o exercício dos espaços democráticos”. Para o autor, o mecanismo de participação política propicia que a sociedade se utilize de ferramentas para sua reelaboração tanto em relação às mudanças estruturais como as decorrentes de troca de regime político:

[...] desenvolver e fortalecer um sistema democrático é um componente essencial do processo de desenvolvimento. É preciso ver a democracia como criadora de um conjunto de oportunidades e do uso dessas oportunidades requer uma análise diferente, que aborde a prática da democracia e de direitos. (SEN, 2016, p. 67).

Mas que desenvolvimento é este sugerido pelo autor? Ou melhor, como pode o cidadão viver processos democráticos que levam a expansão das liberdades e oportunidades democráticas<sup>3</sup> sejam elas sociais, políticas e econômicas? Como a sociedade, ou o gestor público pode ponderar a relação entre desenvolvimento, política, democracia ou ainda articular-se de maneira a contribuir com os processos voltados a educação?

Convidamos o leitor ao exercício reflexivo acerca do enfrentamento a esta perspectiva de avanço apresentada por Sen (2016). Segundo o autor, as suas considerações sobre o desenvolvimento e o aproveitamento das forças oriundas das oportunidades ofertadas pela democracia são fatores que por vezes são influenciados por diferentes articulações, e graus de consensos, como o dinamismo dos argumentos e valores políticos.

No entanto, Dahl (2010), o embate voltado a análise das articulações e dinâmicas políticas nos conduzem à análise do conteúdo atribuído, em especial, no campo da educação e de práticas democráticas que perpassam o campo para além dos consensos políticos e

---

<sup>3</sup> Estas oportunidades sejam elas, econômicas, sociais e políticas, advém da democracia, face o regime propiciar expansão de direitos e de novas perspectivas de cidadania. Dahl (2010) exemplifica a questão através da participação das mulheres ao voto; de um lado assegura novas frentes de eleitores, por outro lado representa a força do setor feminino da sociedade.

interesses de mercado, ou seja, a capacidade do regime democrático de propiciar mudança de rumos, resultando em qualidade política advinda do ideário de um regime que aspira pelo desenvolvimento pleno de seus atores sociais. E, engodos e articulações políticas que se utilizam dos processos de participação exigem resgate da política e das decisões tomadas que afetam e prejudicam milhares de pessoas.

[...] embora devemos reconhecer a importância das instituições democráticas, elas não podem ser vistas como dispositivos mecânicos para o desenvolvimento. Seu uso é condicionado por nossos valores e prioridades e pelo uso que fazemos das oportunidades de articulação e participação disponíveis. (DAHALL, 2010, p. 58).

Retomando a perspectiva apresentada por Sen (2016), o autor compreende que as liberdades não são um fim para o desenvolvimento, mas meios para que demais tipos de liberdade se complementem reciprocamente, se amparando. Quais liberdades são estas quando nos deparamos com o mercado ou com políticas cujas decisões afetam pessoas gerando exclusão e privações?

Sen (2016) analisa que vivemos em um mundo de privações, de desigualdades mesmo diante de tantos avanços científicos e tecnológicos, problemas antigos convivendo com problemas novos, escassez e ampla negligência que afetam igualmente países ricos e pobres; e superar esses problemas “é uma parte central do processo de desenvolvimento” (p. 1).

Diante dessas considerações sobre a relação existente entre desenvolvimento, política e democracia é que esta dissertação apresenta o próximo tópico cujo eixo central é o conceito de qualidade de ensino enquanto um direito social e sua relação com as políticas públicas nacionais e internacionais que não só influenciam como agem junto às articulações e valores políticos de uma nação, cabendo a toda a sociedade representada pelo Estado levar a efetivação dos direitos fundamentais.

Por fim, encerramos este tópico com a certeza inicial de que “un país puede crecer sin educación, pero no puede desarrollarse sin ella, ya que es condición necesaria (aunque no suficiente) de los procesos político-participativos”. (DEMO, 1983, p. 148).

## **1.2 Conceito de Qualidade de Ensino na Constituição Federal de 1988 e no Relatório da UNESCO/1997**

Julgamos pertinente, trabalharmos nesse item, o conceito de qualidade de ensino e sua relação com direito constitucional e universal à educação, no sentido de identificar as abordagens do significado da palavra qualidade. Em seguida, teremos a compreensão de qualidade como elemento central no debate educacional da Constituição de 1988 e do Relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultural. (UNESCO) de 1997.

Mas a essa altura, o leitor poderá nos questionar sobre a necessidade de trabalhar o conceito de qualidade em documentos tão distintos da AMSOP. Vale esclarecer que a correlação pretendida nesta pesquisa está justamente em como a AMSOP entende o conceito de qualidade social e educacional, pois, para os diretores, dessa associação, não se pode separar, melhorias estruturais dos municípios com os resultados socioeducacionais. Tanto que a AMSOP estimula iniciativas que objetivam elevar as condições econômicas e sociais da população nos municípios associados. E esta abordagem encontra-se amparada num dos objetivos específicos dessa dissertação, qual seja: identificar as ações diretas e indiretas da AMSOP e a relação das mesmas com possíveis melhorias na qualidade da educação nos municípios signatários, com recorte temporal dos últimos 12 (doze) anos, levando em consideração o IDEB dos anos de 2007 a 2019.

Desse modo, ainda que a educação não seja o objeto central da AMSOP, suas ações externas, contribuem para a melhoria de fatores como: gestão das finanças nos municípios, direcionando-as para o setor educacional; incentivo a melhoria de estradas, estímulo ao trabalho cooperado por parte dos trabalhadores rurais, cursos profissionalizantes, formação gerencial e humana para os pais de alunos, entre outras tantas iniciativas.

E, claro, ao final desse processo, elas se correlacionam com a questão da qualidade da educação. Sendo assim, os marcos conceituais sobre qualidade e qualidade de ensino são indispensáveis para esta análise.

A palavra qualidade, de acordo com o dicionário Infopédia<sup>4</sup>, possui o significado “a propriedade que determina a essência, a natureza de um ser ou coisa, aptidão, capacidade, virtude, índole, modo de ser. No dicionário Houaiss, a palavra qualidade significa característica absoluta, superior ou ainda um atributo, distintivo, positivo que faz alguém ou

---

<sup>4</sup> Dicionário da Língua portuguesa, Infopédia. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/qualidade>. Acesso em: 20 out. 2019.



algo sobressair em relação ao outro; ou ainda uma virtude. Na mesma perspectiva, Bueno (1967, p. 3276)<sup>5</sup>, analisa que o termo qualidade vem do latim e possui o significado que expressa “propriedade específica, própria de um ser vivo; aspecto determinado de uma realidade; maneira, modo, atributo, condição social”.

Numa analogia histórica, Cury (2010) explica a origem da palavra qualidade, pela via greco-romana. O termo nesta vertente se apresenta como um conceito polissêmico e complexo exigindo análise a partir da dimensão filosófica. O autor destaca ainda o pensamento de Aristóteles que concebe o termo qualidade como “característica pertencente da coisa ou do sujeito, uma grandeza mensurável e uma determinação que confere ou não a modo de ser”. (CURY, 2010, p. 45).

Aprofundando do conceito de qualidade, Marx (1998) compreende que quantidade e qualidade constituem a mesma realidade e explica haver relação entre a qualidade com a mercadoria e seu valor de uso, sendo a qualidade o que define a mercadoria, ou seja, “a utilidade da coisa é a mais importante e indispensável qualidade da mercadoria. A utilidade, que se realiza no consumo ou no uso, confere à mercadoria o seu valor de uso”.

Igual perspectiva é utilizada por Gramsci (2004, p. 164), na filosofia da práxis, “a qualidade está ligada à quantidade; aliás, talvez, resida nessa ligação a sua parte mais original e fecunda”. Retomando ao conceito de qualidade externado por Cury (2010, p. 16), ele afirma que as “sucessivas mudanças na quantidade, produziriam um salto de qualidade, propiciandolhe um novo modo de ser que subsime e supera o anterior”.

Feitas as considerações epistemológicas sobre o termo qualidade, sinalizamos que na educação, esta palavra é utilizada como expressão de comparação de índices de desenvolvimento, resultados e eficiência em busca de absolutos. As normas infraconstitucionais apontam a qualidade como mecanismo para a melhoria na qualidade da educação e evidencia que a baixa qualidade gera comprometimento ao país. Mas vale reconhecer que o uso do termo qualidade como mecanismo de comparação, pode resultar consequências positivas ou negativas a educação.

Na mesma perspectiva, Gusmão (2013, p. 2) analisa que termos como a “Educação de qualidade para todos”, “qualidade da educação ainda é um desafio”, “melhorar e avaliar”, melhoria da qualidade” e a “melhoria da eficiência” são expressões<sup>6</sup> que via de regra exemplificam o uso da palavra qualidade e se apresentam nos textos legais

---

<sup>5</sup> Dicionário Silveira Bueno, p. 3276.

<sup>6</sup> Conferência Mundial sobre Educação para Todos UNESCO 1990

infraconstitucionais<sup>7</sup> como também do Relatório da UNESCO de 1997, documentos que serão trazidos à pauta da discussão, logo adiante.

Seguindo a busca por conceituar qualidade, no contexto educacional brasileiro das normas infraconstitucionais, segundo Gusmão (2013), a palavra qualidade remete diretamente aos fins da educação. No sentido absoluto da palavra, uma educação de qualidade, quando utilizada pelo legislador ordinário nos textos legais voltados a educação, parte do pressuposto de cumprimento de objetivos. Também para a autora, a palavra empregada no sistema educacional brasileiro pode levar como indicação positiva e neste, a qualidade se reveste de significados voltados para a eficiência através de “meios adequados para atingir fins”. (p. 3).

Por outro lado, a autora traz a palavra em sua acepção negativa, quando expressada pelo conceito de melhoria. Notadamente, em ambos os casos, a expressão qualidade, intenta aproximar a educação de suas finalidades singulares. Mas quais finalidades primordiais que a educação de qualidade propõe ao sujeito em formação quando o fim de seus processos de ensino e aprendizagem se remetem a eficiência voltada exclusivamente para resultados? Os dados, em educação contribuem para a formação do sujeito? Em que medida os resultados indicam desenvolvimento? Gusmão (2013, p. 3) entende que “uma vez variando as finalidades da educação, modificam-se também as referências de qualidade. Mantendo-se constantes tais finalidades, podem modificar-se igualmente as referências de qualidade”. Do exposto sobre o conceito de qualidade, direcionamos a pauta de análise para os documentos elencados no título desse subitem.

Lembramos o leitor que, de modo direto essa dissertação não tem a escola como objeto de estudo, mas compreende que ela seja o espaço necessário para o processo de formação humana como também receptora das propostas dos processos de ensino e aprendizagem que se apresentam ligadas aos ditames e referenciais nacionais e orientações internacionais. E ainda, por concebermos a forma essencial que a escola e a educação perpassam o objeto proposto deste trabalho, é que buscamos na Constituição Federal de 1988 o respaldo para melhor compreendermos esses conceitos e como estes campos estão contemplados nas ações diretas e indiretas, e ainda, sinalizamos que a AMSOP, contribui para a melhoria da qualidade da educação, nos municípios que compõe sua estrutura.

Especificamente, a CF/88 art. 205, legisla sobre educação da seguinte forma:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

---

<sup>7</sup> Dados expostos a partir da página 7 desta dissertação.

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, n.p).

Partindo do pressuposto constitucional, ao conceituarmos a qualidade este termo é compreendido e promulgado como um princípio norteador para as normas infraconstitucionais reguladoras, mas, além disso, a qualidade enquanto um princípio constitucional se impõe na sociedade assegurando e protegendo o próprio direito a educação<sup>8</sup> previsto no art. 6º da CF de 88: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (BRASIL, 1988, n.p).

A CF/88 em sua organização textual separou um espaço exclusivo para tratar a educação e através do Título VIII, da Ordem Social, Capítulo III, nos 205 a 214 elencou além do ensino sistematizado obrigatório, a educação como um direito fundante e de natureza social.

A referida constituição representou um avanço significativo em matéria educacional, estabelecendo, desde logo, a educação como um direito social fundante da cidadania e o primeiro na ordem das citações, ou seja, sem educação não há como contemplar uma cidadania ativa e participativa. (BOLMANN; VIEIRA, 2016, p. 239).

As autoras supracitadas contribuem para o conceito de qualidade partindo da reflexão sobre as políticas públicas educacionais e em que medida o termo é concebido frente a ideia de dualidade na concepção de palavra, e ainda, mostram a análise do termo para muito além das fronteiras epistemológicas e filosóficas apresentadas até o momento nesta dissertação.

De modo breve, lembramos ao leitor que ao tratar da qualidade, a premissa do Estado Democrático de Direito reconhecido na Constituição Federal de 1988, em essência promulga princípios fundamentais da pessoa humana, bem como promulga na conhecida Constituição cidadã, o direito à educação a todos como fruto dos tratados e convenções internacionais.

Este direito, segundo o art. 6º, Título II, Capítulo II da CF, e acolhido dentro dos Direitos e Garantias Fundamentais, como elemento positivista da educação recepcionada na Constituição, passando a ser parte integrante de um Estado Nacional e de acordo com o art. 208, I e II, pressupõe defesa face a qualquer omissão que ultraje não somente o desenvolvimento do sujeito, como também o processo da construção de uma sociedade justa e

---

<sup>8</sup> A LDB/96, em seu art. 3º, IX, garante o princípio da qualidade como garantia de padrão de qualidade de ensino.

solidária, conforme mesmo salienta o art. 30 da CF/88. Assim, considerando a supremacia aferida na CF/88, de acordo com Barros. (1999, p. 46-55),

A história atendeu a teorização de um poder que aparelhasse e justificasse a ação dos representantes, de maneira a torná-la originalmente superior por meio do poder constituinte teve sua existência deduzida racionalmente dos poderes constituídos. Se existe um fato constituído, antes dele existe anterior e superior aos poderes constituídos é exigência lógica. Se existe um fato constituidor. A existência de um poder constituinte anterior e superior aos poderes constituídos é exigência lógica. Se existe um fato constituído, antes dele existe um fator constituinte, que é superior a ele, porque é causa dele. Sieyès, no seu Proêmio à Constituição, bem disse: Pois bem, uma constituição pressupõe antes de tudo um Poder Constituinte. Também o disse em seu opúsculo-mor: Essas leis ditas fundamentais, não no sentido de que elas possam tornar-se independentes da vontade nacional, mas porque os órgãos que existem e agem por elas não podem nelas tocar. Isso, porque em todas as suas partes, a constituição não é a obra de um poder constituído, mas do poder constituinte.

Como visto, as normas de direitos fundamentais integram como princípios e como direitos a lei constitucional, em especial porque o Brasil é signatário internacional de tratados e convenções, contudo, os direitos constitucionais não são normas que tratam de competências e procedimentos legislativos, elas são normas de conteúdo e não de formas, e se encontram declaradas expressamente na Constituição Federal de 1988, e no tocante a qualidade do ensino, este princípio é garantido através da expressão padrão de qualidade, consoante se depreende do art. 216, VII da CF/88.

A partir dessas conjecturas, e conforme anteriormente salientado, as autoras Bolmann e Vieira (2016) interpretam que a expressão “qualidade” se torna dualista, pois, de um lado é empregada pelos interesses capitalistas neoliberal, que por meio das políticas busca suprir as necessidades do mercado formando o sujeito voltado para o capital. Por outro lado, as autoras apresentam a qualidade social como mecanismo satisfatório ao conceito de qualidade, uma vez que este termo conduz a concepção de que a educação é capaz de promover a transformação humana e transformar o espaço escolar em ambiente garantidor na propositura deste dualismo.

[...] compreender a escola como necessária para a formação humana, aliando a apropriação do conhecimento científico à participação dos envolvidos nesse processo. Desta forma, propicia condições aos sujeitos a clareza sobre a realidade de modo a possibilitar a busca de ferramentas para a transformação que a sociedade exige. (BOLMANN; VIEIRA, 2016, p. 3).

Dourado e Oliveira (2009) entendem que a dubiedade sobre a expressão qualidade e sua função no campo da educação, nos leva a um embate, até mesmo em resposta sobre qual qualidade que se busca em uma sociedade, ou qual educação que se projeta nesse contexto:

A discussão acerca da qualidade da educação remete à definição do que se entende por educação. Para alguns, ela se restringe às diferentes etapas de escolarização que se apresentam de modo sistemático por meio do sistema escolar. Para outros, a educação deve ser entendida como espaço múltiplo, que compreende diferentes atores, espaços e dinâmicas formativas, efetivado por meio de processos sistemáticos e assistemáticos. Tal concepção vislumbra as possibilidades e os limites interpostos a essa prática e sua relação de subordinação aos macroprocessos sociais e políticos delineados pelas forças de sociabilidades vigentes. Nessa direção, a educação é entendida como elemento constituinte e constitutivo das relações sociais mais amplas, e desse modo, contribui para a transformação e a manutenção dessas relações. (DOURADO; OLIVEIRA, 2009, p. 203).

Pensando nesta abordagem sobre a concepção de educação para aferir o conceito de qualidade de modo correlato a construção do sentido de ambas as palavras e seu significado social, e olhando o texto constitucional no tocante ao reconhecimento e ainda, a promulgação dos direitos sociais, o legislador ordinário e constituinte<sup>9</sup> potencializa por meio da educação a construção de uma sociedade. Notadamente, o art. 205 da CF/88 responde a este ideário quando indica que através da educação o indivíduo poderá desenvolver-se plenamente, preparar-se ao exercício da cidadania e ao mercado de trabalho.

Dessa forma, considerando o processo de construção social pela educação, entende-se à luz da CF/88 que além do Estado, ou ainda, da norma positivada e da sociedade, a educação é um elemento que viabiliza a concretude constitucional. Oliveira (2000, p. 181), ao analisar a educação como mecanismo de construção da sociedade, aduz que “o caminho que leva à construção desta sociedade implica um processo gigantesco de educação, e não apenas a educação entendida no sentido da transmissão do conhecimento, mas no sentido da formação da cidadania”. De outra forma, a construção social exige um indivíduo atuante,

---

<sup>9</sup> O legislador ordinário, devidamente representado é constituído de poder para promulgar não apenas normas constitucionais como infraconstitucionais. Entretanto, antes de ser constituído, este poder advém de uma fonte anterior, o poder constituinte, cuja titulação pertence ao povo que abrindo mão de seus direitos e liberdades individuais constitui o Estado para que além de representá-lo, o promova coletivamente, de modo que suas ações estejam não somente no reconhecimento dos direitos dos cidadãos constitucionalmente assegurados, mas na concretude de práticas voltadas para a proteção destes direitos, e isso se dá por meio da elaboração de políticas públicas mais justas e inclusivas.

capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. Ter o domínio de conhecimentos sistemáticos é também um patamar *sine qua non* a fim de poder alargar o campo e o horizonte desses e de novos conhecimentos. (CURY, 2010, p. 6, grifo do autor).

E ainda,

o direito à educação abrange o acesso mas também é uma abertura que dá ao indivíduo uma chave de autoconstrução e de se reconhecer como capaz de opções. O direito à educação, nesta medida, é uma oportunidade de crescimento cidadão, um caminho de opções diferenciadas e uma chave de crescente estima de si. (CURY, 2010, p. 45).

Prosseguindo na análise sobre os preceitos constitucionais assegurados pela CF/88, a qualidade enquanto um princípio destaca o ensino, como um “[...] direito prioritário, um elemento constitutivo do direito à educação” (MONTEIRO, 2003, p. 763). Portanto, a qualidade está contida como parte do direito à educação, ou ainda, requisito de uma totalidade, e neste sentido que Monteiro compreende nesse processo de totalidade, a educação é “[...] uma educação ético-jurídica de direito do ser humano, cujas condições materiais, institucionais e pessoais respeitem todo o conteúdo normativo, devidamente interpretado do direito à educação”. (MONTEIRO, 2003, p. 86).

O direito à educação abrange a garantia de qualidade na educação e articula-se para além das relações sociais mais amplas e de sua manutenção, de maneira a responsabilizar-se por uma educação muito além da oferta do acesso e permanência, mas uma ação comprometida com a formação humana, então a “educação tem o objetivo a formação de cidadãos capazes de construir uma sociedade fundada nos princípios da justiça social, da igualdade, e da democracia”. (BELLONI, 2003, p. 232).

Dourado e Oliveira (2009, p. 202) apontam a educação como um conjunto de diferentes dimensões e que a qualidade é um pressuposto destas dimensões:

Debater tais questões remete a apreensão de um conjunto de determinantes que interferem, nesse processo. Em outras palavras, é fundamental ressaltar que a educação se articula a diferentes dimensões e espaços da vida social sendo, ela própria, elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas. A educação, portanto, é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica pedagógica, econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade.

Retomando a análise feita por Bolmann e Vieira (2016) que a expressão qualidade é polissêmica e isso ficou evidente nos parágrafos anteriores, temos que considerar a escola enquanto meio pelo qual a educação se subsime à formação do sujeito, mas posto que a qualidade da educação visa satisfazer o capital, seus diferentes sentidos podem transformar a escola e os mecanismos de ensino e de aprendizagem semelhantes à empresa.

A qualidade diante desse papel capitalista se expressa a partir de análises de dados advindos de resultados e eficiência, culminando em afastar os preceitos constitucionais que garantem não apenas o direito a educação, mas a educação de qualidade calcada em processos educacionais formadores de cidadãos emancipados e participativos nos debates e embates sociais. E pensando na escola enquanto possibilidade de acesso à educação de qualidade, Freitas (2012, p. 45) aduz que:

enquanto as empresas, na sociedade capitalista, são responsáveis pela produção de bens ou serviços para comercialização e extração de capital excedente, a escola tem a função de transmitir os conhecimentos sistematizados historicamente produzidos, além de formar sujeitos conscientes das relações sociais existentes, possibilitando compreender a sua totalidade, a fim de lutar contra as situações de injustiça nelas presentes.

Sobre as imposições no mercado frente à educação Peroni (2015, n.p) analisa que “a lógica do mercado prevalece no Estado, para que ele possa ser eficiente e produtivo”, imbricando esta lógica mercantil ao sistema educacional, bem como nas normas infraconstitucionais.

Nesse contexto e pensando no fato de que constitucionalmente o dever da educação primeiramente do Estado, Freitas (2012) salienta que o Estado se desresponsabiliza quando convém e perpassa o controle do sistema educacional aos interesses do mercado,

estreitando as finalidades educativas e em contra partida o autor aduz: é fundamental nos contrapormos à hipocrisia que prega possível estarmos todos juntos pela educação, quando os interesses hegemônicos dos empresários reduzem a educação a produzir o trabalhador que esta sendo esperado na porta das empresas. A educação de qualidade tem que ser mais que isso. (FREITAS, 2012, p. 387).

Retomando a ideia de que a escola é o lócus da qualidade da educação e que em geral funciona como empresa, Ravitch (2010) entende considerando um contexto de formação voltado para a juventude, que a escola, especialmente os ambientes públicos, por sua natureza, é o local para a implementação de políticas voltadas a efetivação do art. 205, *caput* da CF/88,

portanto, um espaço capaz de desenvolver plenamente o homem de modo a propiciar seu preparo ao exercício da cidadania, para então sua inserção no mercado de trabalho:

As escolas são um patrimônio nacional que se for apropriado pela iniciativa privada põe em risco a própria noção de democracia. Somente um espaço público pode lidar com a formação da juventude de forma a atender aos interesses nacionais dentro da necessária pluralidade de opiniões existentes no âmbito da sociedade. (RAVITCH, 2010, p. 45).

Por isso a análise apresentada no primeiro capítulo desta dissertação enfoca a origem, a definição de Estado e em que medida o direito à educação, expressa a gênese constituinte frente ao dever de proporcionar o pleno desenvolvimento ao homem. Como o Estado pode expressar pelos processos formais de ensino e de cunho mercadológico o desenvolvimento humano? Podem as normas infraconstitucionais responder ao princípio da qualidade do ensino quando se encontra calcado nos processos que afastam a gênese humana e suas diferentes realidades sociais e culturais? Como compreender a qualidade da educação e a qualidade de ensino como elementos estruturantes de uma totalidade frente às reformas e estratégias implementadas no contexto da globalização e o neoliberalismo? É possível fazer da escola um espaço que se expresse como patrimônio nacional, visto que promove a formação de pessoas as quais representam o processo de construção de uma sociedade?

Cumprе ressaltar que, historicamente a qualidade da educação junto às normas infraconstitucionais traz como já visto o significado numa perspectiva voltada para resultado e eficiência nos processos de ensino em resposta a necessidade de desenvolvimento econômico dos países latino americanos. A Constituição Federal de 1946, no art. 172, muito embora não seja o recorte temporal da presente dissertação, através das atribuições dos Conselhos de Educação do Ministério da Educação (MEC), Lei nº 4024/61, aponta como mecanismos para promover a elevação dos índices de produtividade escolar, atribuindo à qualidade da educação, a conotação de melhoria do ensino. (BRASIL, 1946).

Importante salientar que, mesmo antes da CF/88 a política educacional já era compreendida como derivações da globalização, competitividade e integração ao mercado mundial. Mas, somente com a Reforma do Estado na década de 1990 do séc. XX houve a consolidação do pensamento liberal que moldou os processos políticos no Brasil. Assim, com a aprovação do Plano Diretor de Reforma do Estado, delineararam-se as dimensões institucionais e estruturais para o conjunto de reformas, e a educação foi compreendida como componente da reforma advinda da crise do Estado.



O processo de redefinição do Estado na política educacional, bem como das mudanças estruturais no Estado e as políticas de ajuste econômico possibilitaram não apenas o desenvolvimento, mas a expansão e a manutenção do capital financeiro internacional que embasam e orientam a reforma na educação básica dos anos 1990, do séc. XX, e no séc. XXI, mas o ensino médio e o superior se tornaram objetos de profundas alterações como fruto das primeiras reformas do Estado.

Portanto, tratar a qualidade no campo da educação nos leva ao significado construído através de consensos políticos que servem de pilares às reformas e dos ajustes estruturais para a inserção no processo de globalização. Afinal, conforme já salientado a qualidade responde ao modelo concepção de educação, e, a estratégia fixada pelas reformas dos anos de 1990 e os consensos políticos internacionais financiadores da educação, refletem e justificam este setor como propiciador de desenvolvimento econômico e social do país. É pela instrução básica que se ampliará as possibilidades de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho de modo a reduzir sua pobreza.

E neste caso, a educação torna-se mediadora do crescimento econômico, da redução da pobreza e do desemprego, devendo ser monitorada através de índices que comprovem sua eficiência e eficácia.

O Estado tem um papel importante a desempenhar no desenvolvimento econômico e social, como parceiro, catalisador e facilitador. Para tanto precisa-se de um Estado efetivo, não de um Estado minimalista, capaz de fortalecer bens e serviços, além de regras e instituições, que permitam aos mercados prosperarem e às pessoas viverem mais saudáveis e felizes. (CHHIBER, 1997, p. 17).

Que conceitos, representações ou concepções sinalizam uma educação de qualidade? Quais são os principais conceitos e definições que embasam os estudos, as práticas e as políticas educativas, bem como quais os fatores e as dimensões que apontam a construção de uma educação de qualidade? Como identificar no âmbito das políticas internacionais e quais são os compromissos assumidos na área da educação que se configuram em programas, sistemas e ações educacionais nacionais? Quais são as políticas indutoras das agências internacionais e que concepções afetam a qualidade de maneira a balizar suas agendas? Em que medida as políticas públicas nacionais respondem a estes ideários internacionais e globalizantes? Estas são as principais perguntas que norteiam as análises neste item na dissertação e que propomos análise ao leitor, conforme a seguir retratamos.

Reportamo-nos à Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e à Lei nº 13.004/2014, Plano Nacional de Educação (PNE), uma vez que abordam a expressão “melhoria da qualidade de ensino” para referir a qualidade da educação prevista na CF de 88.

**Quadro 1 - Referenciais da palavra “melhoria” na Lei nº 9394/96 – LDB**

<b>LDB - Lei nº 9394/96</b>	<b>Art. 3º</b> O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: IX - Garantia de <u>padrão de qualidade</u> . (grifo nosso)
<b>LDB - Lei nº 9394/96</b>	<b>Art. 4º</b> O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: IX - <u>Padrões mínimos de qualidade de ensino</u> , definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. (grifo nosso)
<b>LDB - Lei nº 9394/96</b>	<b>Art. 47.</b> Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver. § 4º As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos <u>padrões de qualidade</u> mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária. (grifo nosso)
<b>LDB - Lei nº 9394/96</b>	<b>Art. 70.</b> Considerar-se-ão como de <u>manutenção e desenvolvimento do ensino</u> as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a: (grifo nosso) I - Remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; II - Aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; IV - <u>Levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino</u> ; (grifo nosso) V - Realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino; VI - Concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas.
<b>LDB - Lei nº 9394/96</b>	VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo; VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.
<b>LDB - Lei nº 9394/96</b>	<b>Art. 71.</b> <u>Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino</u> aquelas realizadas com: (grifo nosso) I - Pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao <u>aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão</u> ; (grifo nosso).

<b>LDB - Lei nº 9394/96</b>	<b>Art. 74.</b> A União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar <u>ensino de qualidade</u> . (grifo nosso) Parágrafo único. O custo mínimo de que trata este artigo será calculado pela União ao final de cada ano, com validade para o ano subsequente, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino.
<b>LDB - Lei nº 9394/96</b>	<b>Art. 75.</b> A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados serão exercidas de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o <u>padrão mínimo de qualidade de ensino</u> . (grifo nosso) § 1º A ação a que se refere este artigo obedecerá à fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo Estado, do Distrito Federal ou do Município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino. § 2º A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao <u>padrão mínimo de qualidade</u> . (grifo nosso)

**Fonte:** elaborado pela autora

Analisar a definição de qualidade nestes textos legais torna-se salutar, pois, contribui para a compreensão de como é concebida e utilizada esta categoria pela norma infraconstitucional, de maneira a tornar evidente a tratativa nos textos legais e diante das propostas e planos de ação dos organismos internacionais financiadores da educação no Brasil. Notadamente, as normas infraconstitucionais, após a CF/88, no tocante a qualidade utilizam-se da métrica quantitativa para nortear o resultado dos processos de ensino e aprendizagem.

Nesta conjuntura de textos legais para educação, tomamos a liberdade de trazer rapidamente, a análise do termo da qualidade posto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pela qual o perfil ancorado nas competências e habilidades fixadas e padronizadas em currículos, tratam as particularidades do sujeito e suas características através de processos formais e avaliativos, retratando uma característica de orientação do Estado Neoliberal, que consensualmente preceitua a hegemonia massificante onde não há singularidades.

Ao contrário, os resultados advindos dos processos de avaliação regem não apenas a intencionalidade do mercado voltado à educação, mas as políticas públicas educacionais brasileiras. A BNCC com sua pedagogia curricular de ensino reitera os conceitos de competências, eficiência e a produtividade aliada às avaliações em larga escala.

Os resultados são elementos definidores de desenvolvimento e expressam a qualidade da educação regida pelos mecanismos internacionais pautados apenas em dados. A BNCC, dentro desta perspectiva, representa um estreitamento educacional à lógica do aprender a

aprender, ou ainda, do aprender a avaliar. A ênfase da norma infraconstitucional expressa na BNCC propicia o recuo dos direitos fundamentais do homem à educação, promovendo o afastamento do desenvolvimento da pesquisa, das artes e da cultura no processo de ensino, como falar de um direito a educação de qualidade quando a concepção de educação de qualidade se submete a lógica do capital?

A CF/88 prevê o padrão de qualidade de ensino, vinculando-o ao direito à educação focalizando a qualidade com vistas ao pleno desenvolvimento do sujeito. A educação através da CF/88 se expressa como um direito universal, mas se origina do princípio da dignidade humana, entretanto, é a partir do princípio da qualidade de ensino que o Estado desenvolve sua atividade frente à educação, de modo a respaldar a concretude da regra em estrita conformação com a Constituição.

Mas que concretude é esta que por meio das normas infraconstitucionais responde aos preceitos do mercado e se efetiva diante da lógica neoliberal? Ou, coloca a educação como instrumento de interiorização dos valores de uma sociedade capitalista gerenciando os resultados improdutivos de uma educação de baixa qualidade? São questões complexas, mas a Lei necessita, mais do que nunca, defender uma educação inclusiva e equitativa que viabilize atender desigualdades que emergem de realidades educacionais diferentes, especialmente os países da América Latina, signatários de tratados internacionais.

Ainda dentro desta perspectiva, Pinar (1975, p. 21), pensando na contramão neoliberal, destaca a educação como a experiência que possibilita a reconstrução subjetiva e social promotora da formação onde “o indivíduo altera condutas e reconstrói experiências”. Defende ainda, que o sujeito é tratado em sua natureza subjetiva, não como um dado morto advindo das várias fórmulas, dados estatístico e índices de avaliações. Entretanto, considerando as exigências, ou seja, às métricas postas pelos acordos internacionais de financiamento da educação reduz pessoas a um dado morto e valoriza o mercado, portanto, não é mínimo, mas regulador “[...] o sujeito está morto, porque desapareceu, não são mais sujeitos, são códigos são números e são representados por teses e testes, onde só os resultados importam, bem como os símbolos gráficos, até porque o indivíduo e o motor da economia”. (PINAR, 1975, p. 21).

Por isso, compreender a qualidade decorre da apreensão do direito à educação que é um elemento fundante no campo educacional, de maneira que o princípio previsto pela CF/88, da qualidade de ensino efetivado pelas normas infraconstitucionais serve de referencial concreto frente aos ideários das agências internacionais, interpretadas como um mecanismo

onde a qualidade se pauta em práticas que medem a forma eficiente dos resultados aferidos numericamente sobre o desenvolvimento humano.

Mas antes de entrarmos na questão que nos remetem à influência dos parâmetros internacionais na educação nacional, advertimos o leitor que, ideários relativos aos princípios constitucionais, e que segundo Malinska (2001, p. 169) representam a base para a compreensão do direito à educação:

[...] os princípios são de extrema importância à compreensão do direito a educação. O texto constitucional sobre educação está repleto de princípios que devem ser observados e levados em conta na análise da legislação infraconstitucional. A resolução de uma situação concreta deve ter como ponto de partida os princípios para, a partir deles, desenvolver-se uma linha argumentativa que represente a solução mais acertada.

Partindo da compreensão sobre a relevância dos princípios como norteadores dos pressupostos infraconstitucionais, temos claro o conceito de que:

a educação não está a serviço do Estado e de suas conjunturas. Antes, as políticas educacionais constituem instrumentos de concretização dos direitos contemplados pela Constituição. Não é qualquer política que haverá de ser seguida pelo Poder Público, mas apenas aquela que mais fortemente seja capaz de satisfazer o direito fundamental. (CLÈVE, 2001, p. 14).

Reiteramos que a CF/88, embora garanta o princípio da qualidade do ensino, este conceito foi absorvido pelas políticas neoliberais das últimas décadas. Há um visível investimento em capital humano, como condição para sujeitar a função social da educação aos planos do mercado, a exemplo da formação técnica, basilar das políticas atuais. O conhecimento torna-se sinônimo de desenvolvimento, engodo que passa despercebido aos mais atentos olhares.

O que a noção de capital humano não responde, por sua circularidade, é a pergunta: os países e indivíduos pobres são pobres porque não têm escolaridade ou não têm boa escolaridade por que os países colonizados e os trabalhadores não podem investir em educação? Uma análise histórica da realidade vai mostrar que resposta adequada é a segunda. (FRIGOTTO, 2013, p. 5).

Desse cenário, afirmamos ainda que não vemos nos documentos da LDB, PNE, BNCC, um esclarecimento sobre o conceito de qualidade que valide os preceitos constitucionais voltados à educação, ou que apresente quais os parâmetros de qualidade de

ensino garantida como princípio constitucional deve ser efetivada nas normas infraconstitucionais, de modo a propiciar pleno desenvolvimento humano que o prepare para o exercício da cidadania.

Na mesma perspectiva de identificar o conceito de qualidade, revisitamos rapidamente, o relatório da UNESCO/Orealc<sup>10</sup> (2007) gerado pelo Instituto Internacional de Planejamento da Educação da UNESCO (IIPÉ) com a colaboração da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), onde o conceito de qualidade volta-se à melhoria das habilidades na alfabetização ao longo da vida como parte intrínseca do direito à educação:

Os países da região empreenderam valiosos esforços no sentido de amentar a educação obrigatória, melhorar a infraestrutura, desenhar novos currículos e melhorar a formação dos docentes [...] a região tem que dar um salto a partir da igualdade de oportunidade ao acesso [...] este documento finaliza com onze recomendações de políticas educacionais que precisam ser abordadas a médio e longo prazo para cumprir com os objetivos da educação de qualidade para todos, no âmbito de 5 focos da Prelac<sup>11</sup>. Elas envolvem medida de políticas gerais, nas quais se inserem as recomendações políticas de Estado concentradas com a sociedade, integrais, integradas e com o enfoque nos direitos. (UNESCO, 2007).

E ainda, mesmo diante de tantas propostas voltadas à educação, o relatório da UNESCO (2007, p. 28) aponta que o conceito de qualidade possui grande diversidade:

Trata-se de um conceito com grande diversidade de significados, com frequência não coincidentes entre os diferentes atores, porque implica um juízo de valor concernente ao tipo de educação que se queira para formar um ideal de pessoa e de sociedade. As qualidades que se exigem do ensino estão condicionadas por fatores ideológicos e políticos, pelos sentidos que se atribuem à educação num momento dado e em uma sociedade concreta, pelas diferentes concepções sobre o desenvolvimento humano e a aprendizagem, ou pelos valores predominantes em uma determinada cultura. Esses fatores são dinâmicos e mutantes, razão por que a definição de uma educação de qualidade também varia em diferentes períodos, de uma sociedade para outra e de alguns grupos ou indivíduos para outros.

Silva (2008), na mesma direção afirma que a escola de qualidade se traduz quando se concretiza na interpretação das suas reais necessidades a partir de certas condições históricas, territoriais, culturais, de classe ou grupo social. Neste interim, o conceito de qualidade

---

<sup>10</sup> Escritório Regional de Educação para América Latina e Caribe (Orealc/UNESCO Santiago).

<sup>11</sup> PRELAC - Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe.

é socialmente construído através da relação estabelecida entre os sujeitos e aquilo que é qualificado. Não se trata de uma propriedade, a ser identificada e apreendida na realidade, mas de um ajuizamento de valor partindo do pressuposto do que se tinha de qualidade. (SILVA, 2008, p. 17).

Em relação à definição sobre qualidade, esta é uma palavra que claramente repousa na inegável “existência de muitas definições de qualidade em educação, atestando complexa e multifacetada natureza do conceito” (UNICEF, 2002). E esta percepção do problema conceitual atinge a legislação brasileira, e o mesmo ocorre nos documentos da UNESCO, que pelos relatórios e diagnósticos realizados a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos 1990, afere restritivamente a qualidade à dimensão quantitativa de dados, índices e comparações entre países e regiões de maneira que, a qualidade da educação, via de regra é tratada como melhoria do ensino.

Essa falta de uma definição legislativa propicia a intervenção dos ideários internacionais cujas ofertas de financiamento para educação orbitam em torno da busca por melhoria na qualidade da educação, e nesse sentido ofertam projetos para o ensino e aprendizagem. É necessário perceber que, nesta busca, frente às demandas da educação de baixa qualidade, onde a desigualdade e a pobreza imperam, emerge nos relatórios realizados pelos organismos internacionais, um elemento de suporte a qualidade e que propiciará parcialmente a educação para todos, ou seja, a equidade “[...] El LLECE, tanto su Coordinación en UNESCO, Santiago, como sus Coordinadores Nacionales en 16 (dieciséis) países de la Región, a través de este informe, una vez más entrega datos de gran relevancia acerca del tema de la calidad y equidade de la educación en nuestras escuelas”. (UNESCO, 1997).

A partir dos relatórios e diagnósticos realizados pela UNESCO e demais agências internacionais, projetos são desenvolvidos com os governos visando soluções para superar os desafios e as dificuldades na educação. Estes projetos são criados e implementação dentro de uma agenda que favoreça o desenvolvimento humano. É com base nos dados e índices que ações são apontadas como urgentes e necessárias e mediante os recursos advindos de financiamentos a educação possa ser para todos, de qualidade e ainda que assegure a equidade.

Dentro desta perspectiva, a UNESCO, desde sua criação em 1945, do sec. XX, em resposta às necessidades estruturais dos pós Segunda Guerra Mundial, analisa e elabora diagnósticos, visando muito além de promover a educação igualitária, mas que atendam a equidade pela oferta, acesso e permanência de crianças e jovens na escola. Assegurando a

universalização da educação enquanto direito, a UNESCO entende que além da educação para todos, os processos igualitários e universais por vezes não garantem a equidade, e que projetos voltados para proporcionar a acessibilidade das minorias discriminadas pela sociedade, tornam-se urgentes para a proteção dos mais frágeis.

Dando continuidade as análises advindas das propostas realizados pelas agências internacionais como fomento e execução de projetos para educação, elencamos a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)<sup>12</sup> criada para incentivar a cooperação entre os países membros vinculados à Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de promover projetos e políticas públicas voltadas para atender as necessidades dos países da América Latina; a CEPAL.

Pela via das análises comparativas focalizam suas propostas de educação de qualidade e equidade, e seus relatórios também orientam, assim como os relatórios da UNESCO, que para haver educação de qualidade, é preciso privatizar o ensino, como uma das ações centrais. O discurso aferido por essas agências retrata a formação de um indivíduo flexível voltado às necessidades do mercado de trabalho e promove um novo formato de trabalhador para além da produção.

O modelo imperativo do sec. XIX, o taylorismo/fordismo transpassava para as abordagens de produção toyotista, um novo momento teórico adentrava o século XIX. Segundo Anderson (1996) e Boron (1996), o neoliberalismo representa uma tendência à mercantilização de direitos adquiridos que são transformados em bens e serviços, e agora, são ofertados e adquiridos no mercado. Para os autores, o projeto econômico mundial expressado pelo neoliberalismo representa o redirecionamento do Estado frente ao papel regulador do mercado, de maneira a criar um consenso comum de que não existe outra alternativa senão as reformas neoliberais.

Diante desta realidade, a educação torna-se um dos setores que sofre amplas reformas e o argumento principal e consensual criado para atingir o objetivo, refere-se ao atendimento das novas demandas do mercado, sendo a educação, um meio que propicia a resolução de problemas sociais, desenvolvimento, gerando alívio à pobreza mundial. Diante das propostas de reformas educacionais e do Estado, promovidas pelos relatórios e diagnósticos realizados pelas agências internacionais, surge um forte delineamento das políticas públicas brasileiras

---

<sup>12</sup> A CEPAL é uma das cinco comissões criadas pela ONU, e foi criada em 1948, com o objetivo de contribuir para o debate da economia e da sociedade latino-americana e caribenha. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/cepal/>. Acesso em: 20 ago. 2019.



norteadoras de consensos que ensejam além dos financiamentos de projetos educacionais, como o monitoramento desses projetos pelas instituições financiadoras.

Conforme já salientado, as reformas da década de 1990, no campo da educação foram fortemente difundidas no Brasil e abrangeram toda a América Latina pela via das agências multilaterais de financiamento como a UNESCO e a CEPAL. Nesta mesma conjuntura ideológica internacional, o Banco Mundial (BM)<sup>13</sup> que atua como uma cooperativa entre os países vinculados e age de forma a redistribuir recursos entre os países em desenvolvimento, possui marcos que priorizam a educação básica e a qualidade do ensino como eixo fundamental das reformas educacionais.

Entre as características dessas reformas temos: privatizações do ensino, a busca de financiamento, formas alternativas de levantamento de recursos e processos descentralizados orientações do BM com vistas a autonomia da escola realçando a produtividade e a competitividade a partir de resultados estatísticos e implementação de sistemas de avaliação em larga escala como mecanismo de monitoramento.

Dentro da perspectiva de fomento e financiamento realizado pelas agências internacionais, as recomendações apontadas pela UNESCO e os ideários da Conferência Mundial de Educação para Todos realizadas em 1990, apontam que o novo século exigirá que a educação universal seja voltada para a cooperação, ao progresso econômico e à pacificação. Os relatórios da UNESCO além de serem referenciais, impactam decisivamente na concepção de qualidade da educação, gestão pública e do financiamento das políticas públicas educacionais.

Especificamente sobre a formação do sujeito frente ao séc. XXI, o ideário internacional viabiliza assegurar que as necessidades educativas do ensino fundamental sejam satisfeitas e sigam acesso equitativo a uma educação adequada e a programas que promovam habilidades para a vida [...] “os programas de alfabetização são indispensáveis, dado que saber ler e escrever constitui-se uma capacidade necessária em si mesma, sendo ainda o fundamento de outras habilidades vitais”. (UNESCO, 1990, p. 4).

As propostas realizadas pela UNESCO pautam-se na melhoria do ensino como mecanismo de qualidade e propõe a formação de trabalhadores com capacidades para a

---

<sup>13</sup> Banco Mundial é uma agência especializada e independente do Sistema das Nações Unidas, é a maior fonte global de assistência para o desenvolvimento. Criada em 1945, após segunda Guerra Mundial atua no Brasil há mais de 60 anos e anualmente são realizados cerca de 3 bilhões em novos financiamentos em áreas de gestão pública, infraestrutura, desenvolvimento urbano, educação, saúde e meio ambiente. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/bancomundial/>. Acesso em: 23 ago. 2019.

execução de tarefas e solução de diferentes problemas. Este cidadão, envolto em um ambiente engajado e participativo contribui para que um novo modelo de trabalhador se desenvolva, ou seja, mais hábil, eficiente e flexível.

Saviani (2013) diante deste modelo de trabalhador formatado nas reformas ocorridas desde a década de 1990 entende que a educação é atingida com a demanda voltada para a formação do aluno/trabalhador mais flexível e, sobretudo, dinâmico. O mercado de trabalho se reestrutura diante das condições da lógica do capital e este processo de readequação do ensino à produção, instiga os sujeitos a desenvolverem seus próprios modos de aprendizagem para melhor desempenho em ambiente de trabalho, assim, a pedagogia das competências e do aprender a aprender ganham especial destaque.

A pedagogia das competências apresenta-se como outra face da pedagogia do aprender a aprender, cujo objetivo é dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se as condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência lhes são garantidos. Sua satisfação deixou de ser um compromisso coletivo, ficando sob a responsabilidade dos próprios sujeitos que [...] se encontram subjugados a mão invisível do mercado. (SAVIANI, 2013, p. 437).

Outro fator relevante, mas apresentado por Antunes (1997), dentro desta nova reestrutura do capital, refere-se à autoaprendizagem do sujeito/trabalhador, e a sua postura como colaborador no processo. Sua lógica está calcada em uma escola eficiente, e os resultados revelam-se formadores de alunos aptos, capazes de “sob a égide da qualidade total, o verdadeiro cliente das escolas é a empresa ou a sociedade e os alunos são os produtos que os estabelecimentos de ensino fornecem a seus clientes”.

Retomando a ênfase das análises do Relatório da UNESCO sobre o desenvolvimento humano e o Relatório do Banco Mundial de 2006, as metas para a educação do milênio apresentam a dimensão da qualidade centralizada em seus diagnósticos e trabalham para reforçar direitos adquiridos como a universalização da educação e, efetivá-los, como ferramenta que sustentam o crescimento econômico de maneira a fixar a equidade, vista como mecanismo fundamental para o desenvolvimento humano nos países mais pobres, reduzindo à desigualdade global.

Diante desse cenário, conceituar qualidade após as reformas educacionais observadas às orientações dos organismos internacionais no tocante as políticas públicas brasileiras, nos impõe aferir o conceito de equidade, o que torna a presente tarefa complexa e plural diante do fenômeno da educação para todos.

Dias Sobrinho (1994) apresenta as palavras a partir da dimensão pluralista, ou seja, a qualidade e a equidade são conceitos abrangentes constituindo em seu fim a educação como “aquela que, além de cumprir com rigor os imperativos da ciência, ajuda a construir patamares mais elevados de uma sociedade plural, justa e democrática”. (p. 150).

Promover a educação de qualidade, de maneira a focalizar os processos de ensino e de aprendizagem nas habilidades voltadas às soluções de problemas e na competência técnica e científica dos saberes, significa dizer que a educação não se perfaz das análises de resultados, mas resulta das articulações de diferentes dimensões e espaços da vida social “[...] uma educação de qualidade não é tão somente aquela que apresenta resultados esperados, mas também aquela que considera os avanços, no que diz respeito ao ser humano como um todo, em todas as suas dimensões e características”. (DIAS DOBRINHO, 1994, p. 150).

Muito embora a educação contemple aspectos e fatores para além dos dados e indicadores concernentes à qualidade da educação, a partir dos dados que relatórios são gerados, a exemplo disso são as agências internacionais que através de suas análises de dados identificam fatores que passaram a incidir nos processos educativos e que culminaram em cerceamento de direito a educação.

Estes fatores foram amplamente analisados no relatório da UNESCO (2020) que identificou “a exclusão aumentou ao longo da COVID-19, atingindo 40% dos países de renda baixa e média baixa, os quais apontam a falta de apoio aos estudantes desfavorecidos durante o fechamento temporário das escolas”. (UNESCO, 2020)<sup>14</sup>.

Diante desse cenário sem precedentes, onde a quarentena exigiu isolamento social visando preservação da vida, como equilibrar os acessos aos portais de comunicação, com as rotinas escolares e a produção de conteúdo de substância capazes de promover conhecimento? Ou ainda em que medida alunos excluídos de acessar os portais de comunicação na quarentena podem aferir resultados às avaliações onde a qualidade se reveste de eficiência e competência em seus processos de ensino e aprendizagem? Como viabilizar o padrão mínimo de qualidade aos casos de vulnerabilidade sem gerar mais exclusão? Como assegurar que a oferta de atividades escolares em tempo de pandemia, supram as atividades de ensino e a mediação do professor no ambiente coletivo onde o ensino e a aprendizagem se fortalecem para conhecimento e apreensão dos conteúdos trabalhados? O que fazer com as normas de protocolos de segurança para o retorno das aulas cujas recomendações preveem o uso de álcool em gel, testagem de temperatura, protocolos que asseguram o retorno as aulas, quando

---

<sup>14</sup>Disponível em: <https://nacoesunidas.org/UNESCO-40-dos-paises-mais-pobres-nao-apoiam-estudantes-em-situacao-de-vulnerabilidade-na-pandemia/>. Acesso em: 26 jun. 2020.

no Brasil mais de 10 (dez) mil escolas<sup>15</sup>, cerca de 2 (dois) milhões de alunos entre 0 (zero) a 6 (seis) anos, não dispõe de água potável na escola e nas suas casas?

E por fim, como responder às recomendações feitas pela relatora da ONU Koumbou Boly Berry<sup>16</sup> relativas às questões sanitárias que exigem o isolamento de milhares de crianças e jovens e o direito a educação? É possível analisar o direito a educação sem pensar na interdependência com demais direitos? E os desafios de enfrentar as desigualdades sociais e estruturais existentes no Brasil, sem pensar em financiamento estrutural para gerar educação de qualidade?

É diante destas questões que a presente dissertação, considerando as reformas da educação ocorridas após o ano 2000, fornece uma contribuição para o debate e a compreensão do direito à educação e suas formas de manifestação no âmbito do sistema educacional, especialmente, as reformas do ensino médio e os embates referentes a nova BNCC que expressam não apenas o conceito de qualidade, como elemento estruturante do próprio direito a educação, mas expõe a concepção de educação para o milênio quando a pauta centralizadora de todo o processo de ensino e de aprendizagem redundam em competências e habilidades como ferramentas para vida.

Por todas essas considerações, é que procuramos e ousamos correlacionar as ações diretas e indiretas da AMSOP para a melhoria da qualidade da educação nos municípios a ela atrelados. O significado de qualidade entendido nessa pesquisa traz contribuições teóricas que apontam fatores e contextos conjunturais que, associados a indicadores vigentes, permitem complementar e aprimorar as análises realizadas através das métricas oficiais adotadas pelo sistema de ensino em nosso país.

---

<sup>15</sup> De acordo com o censo realizado pelo Instituto Trata Brasil: 8,5 % das 116,5 mil escolas que atendem a educação infantil no Brasil (0 a 6 anos), não dispõe de água tratada. Este percentual representa cerca de 10 mil escolas no BRASIL não dispõe de água tratada. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/edison-carlos-escolas-sem-banheiros-e-saneamento>. Acesso em: 20 jun. 2020.

<sup>16</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1ZaLJ\\_7pWU8&fbclid=IwAR3DMDsdOSEMY6vP\\_wuSnhema1pdn3gPjwXjwS3DsXSAXj5ebDniOG5jBNI](https://www.youtube.com/watch?v=1ZaLJ_7pWU8&fbclid=IwAR3DMDsdOSEMY6vP_wuSnhema1pdn3gPjwXjwS3DsXSAXj5ebDniOG5jBNI). Acesso em: 06 jul. 2020

## 2. ABORDAGEM HISTÓRICA DA AMSOP NO SUDOESTE DO PARANÁ

Caminhando e cantando e seguindo a canção  
Somos todos iguais braços dados ou não  
Nas escolas nas ruas campos construções  
Caminhando e cantando e seguindo a canção  
Vem vamos embora que esperar não e saber  
Quem sabe faz a hora não espera acontecer  
Vem vamos embora que esperar não e saber  
Quem sabe faz a hora não espera acontecer  
Pelos campos ha fome em grandes plantações  
Pelas ruas marchando indecisos cordões  
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão  
E acreditam nas flores vencendo o canhão  
Vem vamos embora que esperar não e saber  
Quem sabe faz a hora não espera acontecer  
Vem vamos embora que esperar não e saber  
Quem sabe faz a hora não espera acontecer  
Ha soldados armados...

(Geraldo Vambré<sup>17</sup>)

Este capítulo será organizado por dois tópicos. Primeiramente, a abordagem histórica da Associação Municipal do Sudoeste do Paraná, dentro de um recorte temporal de 20 anos, ou seja, de 1999 a 2019. Este recorte é necessário para identificarmos os referenciais históricos, legais e jurídicos concernentes à constituição da AMSOP e, em que medida a nova constituinte de 1988 e a reforma do Estado na década de 1990 contribuíram à formação de novos marcos legais relativos às associações civis no Brasil e que, conseqüentemente, atingiram a organização da AMSOP ao longo da sua história. Em seguida, analisaremos os objetivos da AMSOP e as adaptações na gestão pública que propiciaram o protagonismo de influência política gerando reflexos no desenvolvimento regional e na educação.

### 2.1 O histórico da criação da AMSOP e seus objetivos

A abordagem histórica da AMSOP parte do pressuposto da contextualização da análise apresentada por Ventura (1989), ao afirmar que o ano de 1968, ocasião da criação da AMSOP foi considerado como “o ano que não terminou”. Segundo o autor, o espírito retratado em sua obra, o ano de 1968 é marcado por múltiplos movimentos sociais, movidos por forte enfrentamento, imposições e decisões políticas que permeavam o mundo propiciando, paralizações em massa, eclosões de levantes em favor de direitos adquirido, mas que nesse momento histórico, eram cerceados. Em todos os continentes do globo havia

<sup>17</sup> Para ouvir a música baixe o APP Spotify em seu celular e direcione sua câmera sobre o código.



manifestações, como nos Estados Unidos da América (USA) onde paralizações populares retratava contrários à Guerra do Vietnã. As mortes de líderes como do Presidente Robert Kennedy e de Martin Luther King abriam lacunas representativas e geraram mobilizações chamadas de Domingo Sangrento<sup>18</sup>, entretanto, em todos os movimentos reforçavam a busca por reconhecimento e proteção de princípios da igualdade e conclamados como “valor supremo de uma convivência ordenada, feliz e civilizada”. (BOBBIO, 1995, p. 11).

Passeatas estudantis contra a política conservadora eclodiam na França, e não eram menos intensas e distantes às mobilizações em prol do *Apartaid* na África, ou ainda do massacre conhecido como Primavera de Praga e do México que, ao contrário do espírito dos Jogos Olímpicos, abre as competições da época com sangrentos recordes. As bandeiras que se levantavam e unificavam a diversidade de manifestações mundiais cercavam-se de reivindicação em busca de liberdade e de igualdade. Mas igualdade entre quem? Igualdade em quê? Cumpre salientar que, considerando tratar-se da segunda metade do séc. XX onde os meios de comunicação avançavam massivamente e hegemonicamente, em especial a televisão era um recurso fortemente difundido e contribuiu para que a propagação das notícias no mundo, atualizando a todos os continentes os últimos acontecimentos.

No Brasil não foi diferente, em meio a toda a turbulência de violência mundial, as mobilizações populares no país apareciam para além de suas pautas específicas, defendiam um projeto democrático para o país como um eixo central de suas ações em posição ao Estado autoritário e antidemocrático que se instalava. Movimentos artísticos e festivais de música expressavam posicionamentos políticos retratando em som e voz audíveis, a busca por liberdade e igualdade. Mas foi nas ruas que estudantes brasileiros, na chamada mobilização dos “100 mil”, conclamavam através da morte de um<sup>19</sup>, o direito de todos frente aos atos de repressão do AI-5, de 13 de dezembro de 1968. A história de um país democrático e republicano abre portas ao cerceamento de direitos constitucionalmente assegurados, aplacando princípios, cujos conteúdos relativos à liberdade e igualdade foram banidos, exilados ou ainda, encarcerados.

Segundo Ventura (1988), o ano de 1968 os eventos mundiais marcaram a sociedade e a história e neste pano de fundo de acontecimentos globais elencados pelo autor é que levam o

---

<sup>18</sup> Manifestação sangrenta contra a segregação racial no sistema de transporte americano dos anos 60, liderado por John Lewis, um dos fundadores dos Passageiros da Liberdade, ativista com Martin Luther King foi fortemente agredido gerando grande comoção. Faleceu em 18/07/2020 e ao longo de sua vida lutou em favor da justiça e da igualdade racial, foi condecorado por Barack Obama, o primeiro presidente negro dos USA.

<sup>19</sup> A morte do estudante Edson Luiz pela polícia na cidade do Rio de Janeiro, conclamou manifestações populares onde setores da sociedade foram chamados a se manifestar compondo as buscas por direitos cerceados.

ano a “não acabar”. Dentro desta perspectiva histórica, ousamos aferir paralelos ao ano de 2020 que acometido por um único acontecimento mundial, também representa que teremos na história mais um ano que “não acabou”. O acontecimento da epidemia do Corona Vírus, o COVID-19, abriu panoramas mundial de lutas que, vão além das conquistas por reconhecimentos de direitos, abrangem a proteção dos princípios norteadores dos direitos adquiridos, como a proteção da liberdade e da igualdade como fonte garantidora do pertencimento a uma sociedade que busca antes de tudo, viver.

Feita essa analogia, retomemos ao contexto histórico apresentado por Ventura (1988), que analisa os primórdios da AMSOP como expressão do impacto político e social constituídos por processos de lutas advindos dos movimentos sociais, de associações e sindicatos em geral, que neste momento histórico do Brasil organizam e marcam uma época na busca da redemocratização do Estado brasileiro. Similar foi a iniciativa de movimentos da sociedade civil organizada, que impulsionaram a constituição da AMSOP.

É dentro deste cenário histórico de lutas pela redemocratização do Estado brasileiro, e frente ao consenso de 27 (vinte e sete) municípios da região do Sudoeste do Paraná que objetivava, pelo trabalho cooperado, constituir o protagonismo político na região que enfrentava além da escassez de recursos a completa ausência de interlocução representativa com o Estado. A AMSOP nasceu da necessidade regional que “[...] desprovida de recursos básicos e marcada pela baixa produtividade” buscava sanar as inúmeras carências estruturais da região que abrangiam desde as estradas precárias, atendimento saúde, educação e os meios de produção, com agravantes para a agricultura, base da economia regional:

[...] todo mundo tinha esperança na AMSOP, tanto o empresariado, como comerciantes, educadores, os próprios agricultores. E ela se tornou um centro de todas essas discussões<sup>20</sup> [...] é um fórum de debates, um laboratório de ideias, que por meio da união entre os municípios, busca encontrar soluções para graves problemas regionais<sup>21</sup>. (AMSOP, 2018, p. 12-13).

Através da Constituição Estadual do Paraná (CE/PR) de 1947, em seu art. 133 e da ABM - Associação Brasileira de Municípios, a AMSOP salvaguardou e pautou ideários em busca de constituir-se como uma associação representativa, juridicamente organizada e de porte regional. Conforme já salientado, a época da organização da AMSOP se instalou no Brasil o AI-5 que restringia a liberdade dos cidadãos brasileiros relativos a aglomerações e reuniões. No entanto, a força de marcos legal e jurídico não apenas resistiam ao sistema

---

<sup>20</sup> FREDEGO, José. Prefeito do mun. de Verê, nas gestões de 69-72; 83-88; foi presidente da AMSOP em 1984.

<sup>21</sup> FRIEDRICH, Nelton. Secretário de Estado do Interior em 1983.

político da época, como davam respaldo para que associações e fundações se organizassem conforme se depreende dos marcos legais e de cunho associativistas que chamamos o leitor a leitura a seguir.

Art. 133. Os municípios poderão associar-se para realização de qualquer empreendimento de interesse comum. (CE/PR, 1947, n.p).

[...] O programa da ABM incluía entre seus objetivos: o estudo da organização, do funcionamento e dos métodos de trabalho dos municípios brasileiros, visando sua melhoria; a promoção de intenso intercâmbio entre os vários municípios e a assistência técnica aos mesmos; a disseminação das técnicas de administração municipal, mediante a realização de conferências, congressos e publicações; e a consecução dos objetivos de cooperação da Comissão interamericana de Cooperação Intermunicipal de acordo com as recomendações dos Congressos Panamericanos de Municipalidade e da VI Conferência Americana Internacional. (MELO, 1947).

Através dos mecanismos jurídicos e por registros em ata pública, lavra seu Estatuto Social, instrumento regido pelas normas legais do Código Civil Brasileiro e da Lei de Registro Públicos, fixa não apenas sua natureza jurídica, como também cria seus objetivos e finalidades que norteiam a sua constituição estatutária.

A AMSOP trouxe uma vivência que nós não tínhamos, pois não existia televisão, nem telefone, o único meio de comunicação era o rádio e na região era só em Pato Branco e Beltrão. Era um isolamento muito grande. Com a criação da Amsop, passamos a conhecer os demais municípios. (AMSOP, 2018, p. 150).

Para melhor compreender a organização da AMSOP e sua contextualização histórica frente à administração pública, apresentaremos os requisitos necessários de reconhecimento para execução e funcionamento de suas ações, conforme exposto no Quadro 2.

#### **Quadro 2 - Requisitos necessários para a constituição de uma entidade civil**

<b>Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas</b>	É o órgão público competente para registrar o Estatuto Social. Todas as associações ou fundações devem ser registradas para iniciar suas atividades. Alterações estatutárias devem ser devidamente regularizadas	Lei 6015/73 Lei de Registros Públicos;
---	--	--



<b>Receita Federal</b>	Abrir um CNPJ, para ter movimentação financeira, conta bancária e poder receber doações e donativos.	CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
<b>Prefeitura</b>	O espaço físico da Sede Associação deve possuir Alvará de Localização e Funcionamento e demais observações conforme a área de atuação.	
<b>Ministério do Trabalho</b>	Regularização de atividades trabalhistas, recolhimentos de INSS, e demais encargos frente a cada atividade e área exercida a legislação organizadora incidirá.	RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, que deve ser entregue ao Ministério do Trabalho, com perfil de cada trabalhador e se não houver a declaração a ser entregue a negativa.

**Fonte:** AMSOP (2018), adaptação da autora

Superadas as dificuldades políticas e legais, os municípios da região do Sudoeste do Paraná, em 09 de março de 1968, oficializam através do registro a primeira versão do Estatuto Social da AMSOP. Em seus artigos 1º e 4º encontram-se os ideários firmados pelo trabalho cooperado bem como o protagonismo político regional:

Art. 1º. A AMSOP é uma entidade com duração indeterminada que visa à interação administrativa, econômica e social dos municípios que a compõe.

[...]

Art. 4º - A Associação atuará em regime de íntima cooperação com as entidades congêneres e afins, bem como órgãos estaduais, federais, entidades privadas e mistas. (AMSOP, 1968).

Após a organização e sua devida constituição, a entidade para pela fase de adesão de seus trabalhos no território do sudoeste e paulatinamente, os municípios que compõe a região foram se vinculando a AMSOP. De acordo como Gráfico 1, há um marco histórico central que gerou unanimidade estrutural, ou seja, a vontade de enfrentar a crise financeira e transição de regime político no Brasil, associados aos efeitos da CF/88, a qual estabeleceu novas diretrizes para emancipação de municípios em todo o país, o que culminou em um novo traçado no território do sudoeste do Paraná, conforme podemos observar a seguir:



Uma vez legalmente constituída e respaldada sua legitimidade, a AMSOP dentro modelo de administração pública voltada a procedimentos, se deparava com uma nova realidade, a burocracia que não apenas atingiu as fases de sua constituição como a execução de seus projetos junto aos municípios a ela vinculados. A burocracia enquanto modelo administrativo de gestão se agigantava no Brasil, tornando a máquina estatal lenta, formal, exigindo por consequência, a profissionalização dos servidores públicos, assim como o conhecimento dos requisitos que envolviam os procedimentos estruturais e que permeavam a execução de projetos a serem encaminhados para o Estado e União. (MOTTA; BRESSER-PEREIRA, 2004).

Sinalizamos que a burocracia enquanto uma expressão de modelo de administração pública facilitava a estabilidade econômica desejada pelo capitalismo. Este modelo burocrático foi implantado no Brasil a partir de 1930, com o Presidente Getúlio Vargas, gestão pública esta que priorizava a industrialização no país. (COSTA, 2008).

A burocracia, associada ao distanciamento regional da interlocução do cidadão com o Estado e ainda as dificuldades de comunicação e deslocamento exigiam mais que superação frente à gestão municipal. No entanto, a burocracia sofre desgastes e a lentidão de respostas, o apego ao formalismo às regras e a despersonalização do relacionamento entre o Estado e o cidadão, a ausência de liberdade de acessos e execução de serviços. (MOTTA; BRESSER-PEREIRA, 2004).

Conforme já salientado, com o advento da transição de regime democrático em 1988 e a reforma do Estado de 1995, na primeira gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o modelo de administração pública experimentou inovações rompendo com os padrões anteriores. Mas somente em 1999, na segunda gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso que, o novo momento de gestão pública se instala baseada em cortes de gastos públicos, alterações nos repasses de recursos entre os entes federados, afetando especialmente os municípios do Sudoeste do Paraná.

Os processos de gestão de projetos executados pelos gestores exigiam capacitação dos servidores, pois, o preenchimento dos requisitos era muito rigoroso, frente aos financiamentos realizados pelo Banco Mundial e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD).

Foi uma fase muito interessante, uma fase em que junto com a Secretaria do Estado, a Amsop trouxe os técnicos, que ajudavam a fazer os projetos, era tudo em cima de projetos. Isso era uma exigência do Banco Mundial por causa dos altos empréstimos. A Amsop é fantástica, teve uma participação

excepcional no Paraná, sempre foi à associação que esteve à frente de tudo, principalmente quando se trata de desenvolvimento, de recursos, de capacitação e em trazer técnicos para fazer os projetos dentro da própria Amsop. (AMSOP, 2018, p. 233).

Neste cenário marcado pela austeridade fiscal, surge o desafio de priorizar os projetos com maior impacto e otimização de recursos (OECD, 2013). A AMSOP enfrenta ao longo da sua constituição, a reforma do Estado, e dentro deste novo momento, o governo federal exige da gestão mais eficiência de seus serviços como transparência nas contas públicas, redução de custos e serviços bem como a inovação tecnológica.

Este panorama da reforma do Estado se concretizou na AMSOP não apenas com relação à redução de gastos públicos, mas também na necessidade de prestar contas em seu portal de transparência: “[...] em 2018, a entidade, implantou o portal da Transparência colocando todas as suas contas e atividades à disposição da sociedade. Foi à primeira Associação de municípios do Paraná com portal da transparência e uma das primeiras no Brasil que tomou a iniciativa” (AMSOP, 2018, p. 291). Estas são as propostas da reforma do Estado, promover a melhoria da máquina pública.

[...] na nossa região tivemos vários municípios proibidos pelo Ministério Público de fazer as contribuições para a Amsop. Isso levaria ao fechamento da entidade, mas conseguimos superar tudo isso, discutindo com muita humildade e fazendo uma conscientização ao Ministério Público do verdadeiro papel da Amsop no desenvolvimento dos municípios do Paraná. Era algo que preocupava todos os presidentes das associações, inclusive conseguimos a aprovação de uma lei na Assembleia Legislativa que reconhece as entidades, associações regionais, que são 18 no Paraná e a própria Associação dos Municípios do Paraná - AMP - como associação de cunho político e que tem essa função importante de defender os municípios e seus interesses [...]. Implantamos o processo licitatório e o portal da transparência. Estamos caminhando para uma transparência, para que a população tenha conhecimento de que o dinheiro público está sendo bem investido<sup>22</sup>. (AMSOP, 2018, p. 283).

Com as políticas de cortes nos repasses de recursos decorrentes da reforma do Estado, os municípios do Sudoeste encararam muitas dificuldades financeiras gerando certa inadimplência. Os gestores públicos vinculados a AMSOP enfrentavam uma “época de muita crise” (AMSOP, 2018, p. 221) justificando o discurso o qual pregava que o desenvolvimento do país apenas seria possível pelas reformas que abrangessem a economia como um todo, mas especialmente, a previdência e a tributação. Cortes de gastos e serviços formavam um

---

<sup>22</sup> SHIAVINI, Frank. Prefeito do município de Coronel Vivida, na gestão de 2012-2016; 2007-2020; foi presidente da AMSOP em 2017 e presidente da AMP em 2018.

mecanismo de contenção criado para conter as contas públicas, especialmente nos municípios que fizeram ajustes fiscais do governo federal.

Tudo começa no município. E com base no município que tudo surge. Slogan Sudoeste forte, Brasil forte [...]. Tivemos uma luta muito grande que foi a queda do FPM na maioria dos municípios da região. Ou seja, municípios que, perderam população, conseguimos com o ex-senador Osmar Dias, uma lei dilatando esse desconto pra ser feito em 10 anos e não em uma única parcela. Essa lei não foi uma conquista para o Sudoeste, mas para todo o município do Brasil. (AMSOP, 2018, p. 221).

Administrar os efeitos da reforma de Estado nos municípios foi tarefa que a AMSOP conduziu ao longo de sua trajetória, e nessa fase de constituição, buscou como meta principal, novos recursos que propiciassem não apenas mais autonomia e eficiência nos resultados frente às reduções de repasses junto ao Fundo de Participação Municipal, mas também a promoção do desenvolvimento regional. Fomentar a agroindustrialização da região do Sudoeste do Paraná tornou-se o centro das buscas aferidas pela AMSOP, como podemos visualizar na sequência de citações:

[...] Em 98 o governo federal editou uma medida provisória extinguindo o fundo de pensão municipal, e a maioria dos municípios extinguiu. Lembro que eu fui um dos poucos prefeitos que mantiveram o fundo de pensão e lutei na AMSOP, como presidente, porque entendia que era viável pras prefeituras e para economia local, pois você segura o recurso aqui, não vai para o INSS, não para Brasília. Fica fomentando a economia da região. Foi uma das lutas que tivemos na época. (AMSOP, 2018, p. 222).

[...] maior participação dos governos estadual e federal em seus projetos. (AMSOP, 2018, p. 15).

[...] a grande batalha da nossa época era com relação ao FPM, que havia uma tendência de diminuição por causa dos índices populacionais. A AMSOP se mobilizou e foi a Brasília, no Tribunal de Contas da União - TCU - e foram mantidos os índices ajudando muitos municípios, pois alguns dependem especificamente do FPM. Foi uma fase muito interessante, uma fase, em que, junto com a Secretaria de Estado, a AMSOP trouxe técnicos que ajudavam a fazer os projetos, era tudo em cima de projetos. Isso era uma exigência do Banco Mundial - BM – por causa dos altos empréstimos. A AMSOP é fantástica, teve uma participação excepcional no Paraná, sempre foi à associação que esteve à frente de tudo, principalmente quando se tratava de desenvolvimento, de recurso de capacitação e em trazer esses técnicos pra fazer os projetos dentro da própria AMSOP. Foi uma mudança muito grande de conceito<sup>23</sup>. (AMSOP, 2018, p. 233).

---

<sup>23</sup>CENI, Enio foi prefeito do município de Chopinzinho nas gestões de 1993-1996; 2001- 2004 e presidente da AMSOP em 2001.

Diante da reforma do Estado, um aspecto relevante a salientar refere-se a análise da AMSOP no tocante a sua existência enquanto associação civil e seu impacto participativo e democrático na sociedade, cerne de sua criação. Segundo Avritzer (1997, p. 169), analisando a importância destas entidades frente ao acolhimento constitucional, “a organização das associações civis na política passa por um impasse que pode ser resumido pela inexistência no direito de uma forma institucional e legal que garanta o *status* público às associações que efetivamente desempenham um papel público”. Ou seja, para o autor, mesmo a CF/88 assegurando a liberdade ao associativismo como direito fundamental ao Estado Democrático, o Código Civil recepcionando e regulando este direito, ainda assim as associações em especial àquelas voltadas para esfera pública, carecem de incentivos e recursos para melhor aferir seus preceitos públicos.

Em resposta a esta indagação, o governo federal com o objetivo de construir uma legislação que avançasse na perspectiva de terceirização das políticas públicas, cria a Lei nº 9719/99 para facilitar o repasse de recursos públicos às associações e fundações através de um sistema de classificação. Neste processo, diferencia as associações e fundações de interesse público daquelas de caráter comercial onde a centralidade de atuação e objetivos, depende das respectivas áreas de atuação sem que isso afaste o rigor do controle das contas e dos gastos públicos justificando ao seu turno a transparência na prestação de contas associados à eficiência na prestação de serviços executados.

Os novos parâmetros criados pela Lei nº 9719/99 exigiram mudanças estatutárias da AMSOP, de maneira a ajustar-se frente às exigências do novo modelo de administração pública proposto pelo Estado, que em um primeiro momento não apenas reduziu os repasses do Fundo de Participação Municipal (FPM) aos municípios como passou, através da Lei de Responsabilidade Fiscal, punir gestores públicos que não apresentassem com transparência as suas contas, gastos e repasses de dinheiro público.

A nova legislação entrega às associações civis uma esfera legal e organizacional que as legitima e qualifica por meio de suas áreas de atuação ao recebimento de recursos públicos. Entretanto, isso não representa redução no rigor frente à transparência nas contas e à eficiência nas ações executadas que são medidas por processos avaliativos expressados em índices de resultado e eficiência. Com o governo eletrônico, a implantação dos portais e das notas fiscais eletrônicas e a fiscalização advinda da LRF, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Tribunal de Contas do Paraná (TC/PR), tudo isso possibilita a harmonização da legislação e às associações civis aos ideários do novo papel do Estado.

[...] entendo que as gestões municipais têm que estar profissionalizadas. Fizemos isso na Amsop e estamos trabalhando na AMP. Temos um convenio com a Itaipu Binacional para trabalhar a capacitação. A administração pública não tem mais espaço para pessoas inexperientes, não é lugar para pessoas aprenderem as coisas. Pra que? Pra que os municípios possam se desenvolver pra que haja qualidade administrativa e pra que não deixe os entes públicos, não só os políticos, mas os que administram os municípios, como funcionários concursados em situação de risco. Tendo em vista toda a informação, toda a celeridade que temos nos processos de informação, Tribunal de Contas, Ministério Público, essa aproximação que as pessoas tem com o portal da transparência, as administrações tem que estar capacitadas. (AMSOP, 2018, p. 283).

A AMSOP, com vistas a regular-se frente à necessidade de justificar as contribuições oriundas dos municípios a ela vinculados, ajusta seu estatuto tornando-se entidade civil de representação pública, qualificação esta que supre as exigências da Lei nº 9719/99, de modo a validar os repasses realizados pelos municípios a ela vinculados. Por força austera da fiscalização, atualmente a AMSOP possui além de um portal da transparência, conta com mecanismos administrativos para realizar processos licitatórios em demandas que exijam a contratação de corpo técnico para serviços advindos de projetos e programas a serem implementados na região.

Reiteramos que atualmente, a AMSOP é recepcionada pela nova legislação como uma OSCIP - Organização de Sociedade Civil de Interesse Público, e consubstanciado aos ideários democráticos participativos previstos na Constituição Federal de 1988, muito embora tenha sido organizada antes da CF/88, ajusta-se aos marcos da Lei nº 9719/99 e altera seu art. 1º: “A AMSOP é uma entidade de duração indeterminada, visando à integração administrativa, econômica e social dos municípios” para “Art. 1º: A AMSOP é uma entidade de caráter civil, de duração indeterminada e sem fins lucrativos”.

Cumpramos salientar que em 1995, mesmo antes da Lei nº 9719/99, a AMSOP havia realizado ajustes estatutários com vistas moldar-se aos preceitos da administração pública da época e evocar para seus objetivos ao status de entidade de utilidade pública viabilizando estabelecer mecanismos legais para o recebimento de recursos. Esta alteração estatutária torna-se harmonizada com a nova Lei da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS), a Lei nº 9719/99. O reconhecimento da AMSOP em 2018 como uma entidade representativa do poder público culmina com os últimos ajustes estatutários justificando os mecanismos jurídicos que permitem a esta organização, o acesso de recursos públicos.

### Quadro 3 - Datas históricas de organização da AMSOP

<b>09-03-1968</b>	Assembleia de Fundação da associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná	AMSOP
<b>05-02-1969</b>	Registro da Amsop no Cartório de Registro e Documentos de Curitiba/PR	
<b>26-09-1979</b>	Assembleia Geral Extraordinária - 1ª Reforma Estatutária	AGE
<b>19-02-1982</b>	Inauguração da 1ª Sede	
<b>24-08-1989</b>	Assembleia Geral Extraordinária - 2ª Reforma Estatutária	AGE
<b>20-05-1994</b>	Assembleia Geral Extraordinária - 3ª Reforma Estatutária	AGE
<b>30-06-1995</b>	Declaração de Utilidade Pública	Lei Estadual nº 11.121
<b>30-03-2007</b>	Assembleia Geral Extraordinária - 4ª Reforma Estatutária	AGE
<b>07-07-2012</b>	Inauguração da 2ª Sede	
<b>07-02-2018</b>	Reconhecimento da AMSOP e Associações Regionais de Municípios, como entidades representativas do PR	Projeto nº 696/2017 que altera a Lei nº 19.2016/2017

Fonte: elaborado pela autora

O repasse de recursos públicos é classificado em diretos e indiretos e atingem as associações e fundações brasileiras, em especial na manutenção e execução de projetos da AMSOP. Todos estes mecanismos jurídicos foram preenchidos a rigor pela entidade, a saber:

### Quadro 4 - Mecanismos jurídicos que possibilitam o repasse de recursos públicos diretos

<b>Mecanismo Legal</b>	<b>Descrição</b>	<b>Entidade</b>	<b>Legislação</b>
<b>Auxílios</b>	São transferências de capital destinadas a investimentos ou inversão financeira de entidades públicas ou privadas, independentemente de contraprestação de bens e serviços, decorrentes diretamente da lei orçamentária anual	Associações, fundações e órgãos Públicos  AMSOP	Lei nº 4320/64  Lei nº 10.524/02 Lei Diretriz Orçamentária (LDO)
<b>Contribuições</b>	São títulos de transferências correntes, que nem sempre corresponde a contraprestação de bens e serviços; ou são transferências de capital para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços. São realizadas mediante Lei especial, e se destina a atender ao ônus ou encargo assumido pela União	Associações, fundações e órgãos públicos  AMSOP	Lei nº 4320/64 Lei nº 10.524/20 (LDO)  Decreto nº 93872/86
<b>Convênios</b>	Convênios administrativos são acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes. Convênio é acordo, mas não é contrato	Associações, Fundações e órgãos públicos	Lei nº 8666/93  Instrução Normativa STN nº 01, de 1997



<b>Termo de Parceria</b>	Instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, destinado à formação de vínculo de cooperação ente as partes, para o fomento e a execução de atividades de interesse público.	Associação e Fundações qualificadas como OSCIP  AMSOP	Lei nº 9719/99  Decreto nº 3100/99  Lei nº 11.121/95
--------------------------	--	---	--

**Fonte:** elaborado pela autora

Outro dado importante refere-se aos mecanismos de recursos indiretos que atingem às associações em geral e propiciam melhores condições de administrar as receitas públicas, haja vista previsões constitucionais e infraconstitucionais que limitam o poder de tributar do Estado favorecendo as entidades que em razão de sua área de atuação estão dispensados do dever de pagar tributos sejam eles federais ou estaduais.

No campo dos tributos de competência municipal, as isenções tributárias encontram-se previstas na CF/88, normatizadas pelo Código Tributário Nacional (CTN) e nos CTMs, reguladas por lei complementar indicam em que medida as isenções devem incidir sob pena de renúncia de receita municipal. Este limite é aferido pela LRF nº 101/2000 que modula as receitas e despesas dos entes da federação, sob pena de responsabilização do gestor civil e criminalmente. Tendo em vista seu objetivo estatutário, a AMSOP recomenda ações aos gestores públicos da região no sentido de cumprimento das obrigações fiscais com os requisitos legais e dos princípios constitucionais da eficiência e da legalidade.

#### **Quadro 5 - Mecanismos jurídicos que possibilitam o repasse de recursos públicos indiretos**

<b>Mecanismo Legal</b>	<b>Descrição</b>	<b>Tipo de Entidade</b>	<b>Legislação</b>
<b>Imunidades de Impostos</b>	Refere-se à limitação constitucional ao poder de tributar e atinge a União, Estados e Municípios e que atinge os impostos que incidem no patrimônio, renda ou serviços relacionados às finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos	Entidades de educação e assistência social sem fins lucrativos	CF/88 Art. 150, VI, c  CTN Art. 14
<b>Imunidades e Contribuições</b>	A CF prevê imunidade de contribuições sociais que possuem certificado de entidade beneficente de assistência social	Entidade beneficente de assistência social, saúde e de educação	CF/88 Art. 195, § 7º  Lei nº 8742/93

<b>Iisenção</b>	Os entes federativos possuem poder para instituir e isentar contribuinte do pagamento de determinados tributos	Criadas e descritas pelos entes federativos	CTN Art. 175 a 179
<b>Incentivos Fiscais ao doador</b>	Doações para projetos voltados para a cultura promovidos por pessoas físicas ou jurídicas com ou sem fins lucrativos	Entidades que tenham projetos aprovados pela Lei Rouanet	Lei nº 8313/91 Lei Rouanet
	Doações a entendidas portadoras de certificados de utilidades pública	Associações e fundações com certificado de utilidade pública AMSOP	Lei nº 9249/95 Art. 13  MP nº 215835/2001 Art. 59 a 60
	Doações para os fundos de Direitos da Criança e Adolescente	Entidades votadas para o setor com projetos aprovados Pelos Conselhos dos Direitos da criança e do adolescente	Lei nº 8069/1990 Art. 260

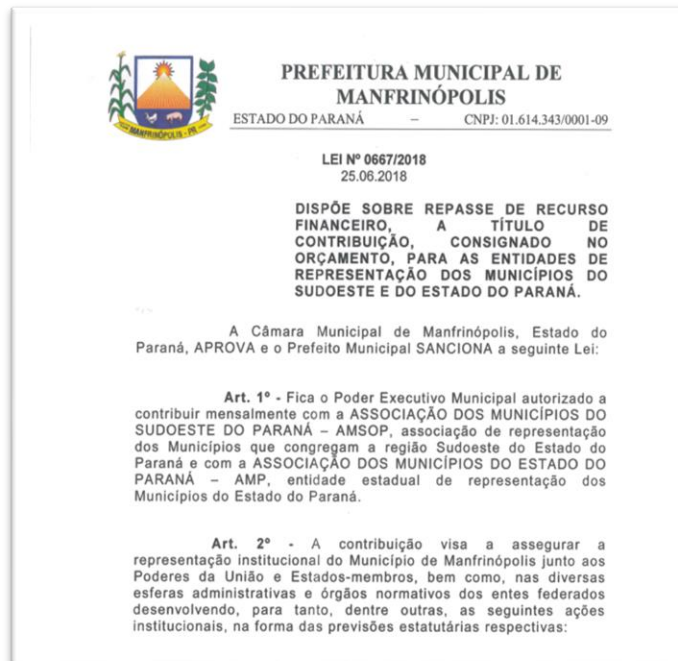
**Fonte:** AMSOP (2018), adaptação da autora

Outro aspecto não menos relevante refere-se à fixação de percentual advindo do repasse da receita do ICMS (Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço) tributo estadual, no importe máximo de 0,4% (quatro décimos percentuais). Este percentual fixado mediante consenso entre municípios signatários da entidade e representa a centralidade de sua receita “[...] fruto de muito trabalho, hoje a AMSOP desponta como uma associação das mais organizadas, equilibradas financeiramente, politizada, servindo de modelo para o Paraná e o Brasil”<sup>24</sup>. (AMSOP, 2028, p. 291).

Os gestores públicos em razão dos preceitos legais relativos aos atos da administração e tendo em vista os princípios da administração pública advindos da CF/88, em especial de sua EC 19, que outorga a eficiência associada a legalidade e a transparência como regramento de todo ato administrativo, sobe pela de crime de improbidade administrativa, tramitam suas leis, informando à sociedade acerca das receitas direcionadas à AMSOP, contribuindo assim com a publicidade outro relevante princípio da administração pública, conforme Figura 2.

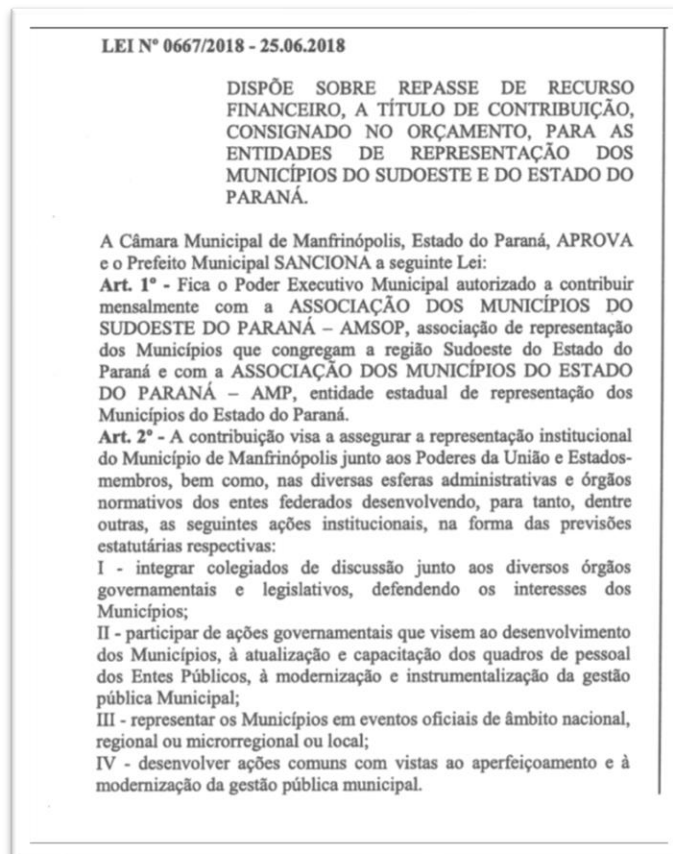
<sup>24</sup> KRESTENIUK, José. Prefeito do município de Renascença, nas gestões 1997-2000; 2001-2004; 2009-2012; foi presidente da AMSOP em 2002 e diretor executivo entre 2009-2012 estando à frente do projeto que organizou o Livro AMSOP 50 anos.

**Figura 2 - Legislação Municipal que regulamenta o pagamento da contribuição à AMSOP**



Fonte: Diário Oficial, 2018

**Figura 3 - Diário Oficial da Lei Municipal que regulamenta o pagamento da contribuição à AMSOP**



Fonte: Diário Oficial, 2018

Diante dos ajustes legais que propiciaram a legitimidade dos repasses de recurso advindos dos municípios associados à AMSOP, a entidade garante outro patamar de gestão, tornando-se mais elaborada e eficiente. Através de sua equipe interna, o alinhamento dos planejamentos anuais da associação com a agenda dos prefeitos, melhorou não apenas no atendimento das demandas municipais, como possibilitou ao presidente decisão mais concentrada frente à gestão de seus municípios.

Dentro deste cenário de ajustes e adaptações legislativas a AMSOP, se expande em suas aquisições patrimoniais e constrói nova sede, confirmando seus anseios, mostrando que ao longo dos 50 (cinquenta) anos de existência, apesar dos desafios, muitos limites foram rompidos avançando para além das conquistas patrimoniais, a AMSOP através de sua sede, oferta amplo espaços para os gestores municipais contemplarem suas pautas, ofertando informações e conhecimento, conforme veremos na galeria de fotos da AMSOP (Figuras 4 a 8).

**Figura 4 - Sede antiga**



**Fonte:** AMSOP (2018)

**Figura 5 - Sede atual com novas instalações**



Fonte: AMSOP (2018)

**Figura 6 - Entrada de acesso à estrutura interna**



Fonte: AMSOP (2018)



**Figura 7 - Recepção da AMSOP**



**Fonte:** AMSOP (2018)

Atualmente, a entidade encontra-se localizada na Rua Peru, Bairro Miniguaçu, no município de Francisco Beltrão - Paraná, mas por aproximadamente 15 (quinze) anos a AMSOP se utilizou das dependências da prefeitura municipal deste município como base de suas atividades. Em 2012, ocorreu a inauguração de novas e amplas dependências, como dois auditórios, um de maior e outro de menor capacidade, salas de reuniões, salas destinadas às diretorias, e espaços cedidos a parcerias como Paracidade,<sup>25</sup> facilitando não apenas o acesso como o contato com os gestores municipais junto a projetos desenvolvidos na região.

---

<sup>25</sup> A parceria entre o Governo do Paraná e os municípios está cada vez mais forte. Obras, aquisições de equipamentos e serviços são realizados em todas as Regiões com recursos do Tesouro do Estado, do Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM) e com Contrapartidas Municipais. Disponível em: <http://www.paracidade.org.br/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

**Figura 8 - Grande Auditório**



Fonte: AMSOP (2018)

Desde a fundação da AMSOP, muitas autoridades contribuíram para esta conquista, entre eles, Governador (em exercício em 2015) Ademar Traiano, ex Ministro da Saúde Alceni Guerra (1992), e ex Ministro de Estado do Desenvolvimento e Meio Ambiente Deni Schwartz (1995). A região possui representantes junto ao Poder Legislativo Estadual e Federal. Destaca-se ainda, a participação de prefeitos da região junto à Associação Municipal Paranaense (AMP) e Comitê Nacional Municipal em comissões que compõe conselhos e comitês favorecendo o fomento de ações frente as necessidades municipais.

**Quadro 6 - Relação de prefeitos representando a região do Sudoeste do Paraná em Comissões e Conselhos junto à AMP**

<b>Nomes</b>	<b>Municípios</b>	<b>Cargos</b>
Frank Shiavini	Coronel Vivida	Vice-Presidente (Presidente da AMSOP - 2018)
Altair Gasparetto	São João	Suplente do Conselho Fiscal
Elidio de Moraes	Mangueirinha	Suplente do Conselho Fiscal
Cezar Bueno	Bom Jesus do Sul	Presidente do Comitê de Saúde
Luciano Dias	Honório Serpa	Membro do Comitê de Desenvolvimento Urbano
Mauro Cenci	Saudade do Iguçu	Membro do Comitê de Meio Ambiente
Nilson Engels	Perola d'Oeste	Presidente do Comitê da Agricultura
Moacir Fiamoncini	Santa Izabel d'Oeste	Presidente do Comitê de Finanças Públicas
Milton Andreoli	Realeza	Membro do Comitê de Finanças Públicas

Gilmar Paixão	São João d'Oeste	Membro do Comitê de Assistência Social
Cleber Fontana	Francisco Beltrão	Membro do Comitê de Desenvolvimento Econômico
Dilmar Turmina	Cruzeiro do Iguaçu	Presidente do Comitê de Turismo
Paulo Horn	Sulina	Membro do Comitê de Turismo
Disnei Luquini	Ampére	Membro do Comitê de Desenvolvimento Tecnológico
Adroaldo Hoffelder	Nova Prata do Iguaçu	Presidente do Comitê de Direitos Humanos
Jaime Carniel	Pinhal de São Bento	Membro do Comitê de Direitos Humanos
Lucianda Rosa	Flor da Serra do Sul	Membro do Conselho da Mulher
Maikon Parzianello	Enéas Marques	Membro de Conselho Consultivo

Fonte: AMSOP (2018)

Feita esta abordagem histórica no tocante à fundação da AMSOP nas conquistas e avanços enquanto entidade civil, em busca de interlocução com o Estado, passaremos para a exposição dos objetivos que culminaram em ações diretas e indiretas executadas visando o desenvolvimento da região.

## **2.2 Objetivos gerais da AMSOP e sua relação com a educação e desenvolvimento no Sudoeste do Paraná**

Os objetivos da AMSOP desde sua fundação sofreram ajustes, especialmente, após a CF/88 que viabilizou as associações de todo o país a possibilidade de mediar, como mecanismo descentralizado e participativo, nas políticas públicas. Neste período de cinco (cinco) décadas, a entidade norteia seus objetivos e finalidades frente à possibilidade de articular-se como auxiliar de eficiência e competência do Estado sem afastar a interdependência e a participação.

No art. 4º do Estatuto Social, “a associação atuará junto e em regime de cooperação com entidades congêneres e afins, bem como com órgãos estaduais, municipais e federais, entidades privadas e mistas, com o objetivo de defender os interesses da região”. Tem-se ainda:

A Amsop se tornou hoje o principal fórum de debates de assuntos relacionados ao Sudoeste e seu desenvolvimento, tudo feito a partir da organização de prefeitos junto a outros setores (entidades, federações e governo), além de ter voltado seu foco para a profissionalização do seu setor. (AMSOP, 2018).

Também se articula, paralelamente promovendo espaços institucionais de participação discussões em campos políticos de atuação mais amplos. Por meio de Conselhos,



Conferências, Fóruns, Congressos e Comitês, a AMSOP se reveste de protagonismo político representativo gerando reflexos para o desenvolvimento regional. Esta articulação externa está expressa no art. 5º do Estatuto Social da entidade (2007), cuja finalidade dispõe:

1. Fomentar, promover e proporcionar meios que viabilizem a modernização das administrações públicas locais, com a capacitação dos servidores públicos municipais, a eficiência do controle interno, a organização dos serviços e ações junto à comunidade local e regional;
2. Atuar conjuntamente com a entidade representativa dos legisladores municipais na adoção de medidas que concorram para a melhoria das administrações municipais;
3. Defender os interesses das administrações municipais, que correspondam à atuação dos poderes do Executivo e Legislativo, e que importem em melhorar a imagem e a representação política dos agentes públicos locais;
4. Realizar convênios, acordos, contratos e parcerias de interesse da entidade e dos municípios associados;
5. Promover iniciativas que objetivam elevar as condições econômicas e sociais da população nos municípios associados;
6. Reivindicar, assessorar, elaborar e executar programas, projetos, serviços e ações das administrações públicas visando ao desenvolvimento das comunidades locais;
7. Disponibilizar os meios necessários á realização de eventos, tais como seminários e congressos técnicos, cursos e treinamentos, aos funcionários e servidores da associação e dos municípios associados;
8. Divulgar e instruir as administrações municipais sobre as normas, procedimentos e exigências dos órgãos públicos das demais esferas de governos e das instituições de assistência técnica e financeira, em todos os assuntos de interesse dos municípios associados;
9. Viabilizar a obtenção de recursos financeiros aos municípios, mediante a formalização de acordos, convênios ou contratos, com o Estado e a União;
10. Reivindicar, fomentar e tornar possível a descentralização dos serviços públicos estaduais e federais, de interesse dos municípios associados;
11. Estimular e promover o intercâmbio técnico-administrativo com órgãos e entidades públicas e privadas das demais esferas de governo para a realização de ações, iniciativas e serviços de interesse da comunidade da região;
12. Elaborar, propor e executar estudos, planos e programas de desenvolvimento integrado e sustentável, compatíveis e adequados ao desenvolvimento de ações político-administrativas, econômicas e sociais, nos municípios associados e na região;
13. Propiciar o fornecimento de recursos técnicos e operacionais, visando à realização e ao desenvolvimento de campanhas promocionais, congressos e seminários técnicos, em parceria com outras instituições públicas e privadas (grifos da autora).

A amplitude de objetivos da AMSOP revela a sua importância no desenvolvimento regional e, conseqüentemente, educacional dos municípios a ela vinculados. Chama nossa atenção especialmente alguns objetivos. O primeiro a ser analisado, mas não menos

importante, é o objetivo 6º (sexto), porque é com este objetivo que desenharemos o terceiro capítulo desta dissertação. É sabido que a AMSOP não atua diretamente com a educação, no entanto, temos que considerar os fatores externos e internos que estão ligados, a educação, a exemplo da ação de assessorar, elaborar e executar programas, projetos, serviços e ações das administrações públicas para o desenvolvimento das comunidades locais. Este fator é muito significativo para a Região, considerando a agricultura familiar e a grande população que reside na zona rural dos municípios da mesorregião.

Desenvolver as comunidades locais é fundamental para estimular e possibilitar as novas gerações ao interesse ao acesso à educação básica, bem como na educação Superior, processo importante nas últimas décadas, de maneira a contemplar educação superior na maioria dos municípios vinculados a AMSOP. Salientamos que muito embora a educação superior não seja objeto de discussão na presente dissertação, cumpre destacá-la face a sua salutar relevância para a região do Sudoeste do Paraná. A AMSOP, contrariando a lógica da Reforma do Estado que baseava-se na descentralização do setor público e na promoção da privatização de instituições públicas, fomentou ações voltadas a estadualização da Faculdade de Francisco Beltrão - FACIBEL - instituição de ensino superior privado, na atual Uniãoeste - Campus Francisco Beltrão, que em 2019 completou 20 (vinte) anos de fundação e em sua trajetória histórica contempla conquistas para além do seu crescimento proeminente (seja no quadro de docentes e discentes, na ampliação de cursos e estrutura física, no ensino, pesquisa e extensão, ou seja, contempla a qualidade da educação pública como um valor que culmina em desenvolvimento.

Muitas outras ações voltadas para a implantação do ensino superior fomentadas pela AMSOP ocorreram ao longo de seus 50 (cinquenta) anos de fundação e contribuíram para que na região do Sudoeste os municípios pudessem ter acesso a este nível de ensino.

**Quadro 7 - Demonstrativo de Instituições de Ensino Superior - recorte temporal de 1998 a 2018**

<b>Instituições</b>	<b>Municípios</b>	<b>Cursos</b>
<b>Centro Federal de Educação Tecnologia do Suldoeste do Paraná- Cedet</b>	Pato Branco	-Agronomia -Administração -Ciências Contábeis -Processamento de Dados
<b>Faculdade de Ciências Humana - Facibel</b>	Francisco Beltrão	-Economia Doméstica -Geografia -Pedagogia -Ciências Econômicas
<b>Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – FaFi</b>	Palmas	-Filosofia -Pedagogia -História

		<ul style="list-style-type: none"> <li>-Letras</li> <li>-Biologia</li> <li>-Matemática</li> <li>-Física</li> <li>-Química</li> <li>-Educação Física</li> </ul>
<b>Faculdade Reunidas de Administração, Ciências Contábeis Econômicas - Facepal</b>	Palmas	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Administração</li> <li>-Ciências Economia</li> <li>-Análise de Sistemas</li> <li>-Administração Rural</li> </ul>
<b>Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste</b>	Francisco Beltrão	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Administração</li> <li>-Ciências Econômicas</li> <li>-Direito</li> <li>-Geografia</li> <li>-Medicina</li> <li>-Nutrição</li> <li>-Pedagogia</li> <li>-Serviços Social</li> </ul>
<b>Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro</b>	Chopininho	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Administração</li> <li>-Pedagogia</li> </ul>
<b>Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR</b>	Francisco Beltrão	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Engenharia Ambiental</li> <li>-Engenharia de Alimentos</li> <li>-Engenharia Química</li> <li>-Licenciatura em Informática</li> </ul>
<b>Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR</b>	Dois Vizinhos	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Agronomia</li> <li>-Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia</li> <li>-Engenharia Florestal</li> <li>-Ciência Biológicas (licenciatura)</li> <li>-Zootecnia</li> </ul>
<b>Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR</b>	Pato Branco	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Administração</li> <li>-Agronomia</li> <li>-Ciências Contábeis</li> <li>-Engenharia Civil</li> <li>-Engenharia da Computação</li> <li>-Engenharia Elétrica</li> <li>-Engenharia Mecânica</li> <li>-Letras (Português/Inglês)</li> <li>-Matemática</li> <li>-Química</li> <li>-Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema</li> <li>-Tecnologia em manutenção Industrial</li> </ul>
<b>Instituto Federal do Paraná - IFPR</b>	Palmas	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Administração</li> <li>-Artes Visuais</li> <li>-Ciências Biológicas</li> <li>-Ciências Contábeis</li> <li>-Direito</li> <li>-Educação Física</li> <li>-Enfermagem</li> <li>-Engenharia Agrônômica</li> <li>-Engenharia Civil</li> <li>-Farmácia</li> </ul>

		-Letras (Português/Inglês) -Química -Sistemas de Informação
<b>Universidade Federal Fronteira Sul – UFFS</b>	Realeza	-Ciência Biológicas -Física -Letras (Português / Espanhol) -Medicina Veterinária -Nutrição -Química
<b>Centro Sulamericano de Ensino Superior - Cesul</b>	Francisco Beltrão	-Direito -Administração
<b>Faculdade de Ampére – Famper</b>	Ampere	-Administração -Arte -Ciência da Computação -Ciências Contábeis -Engenharia Civil -Engenharia de Produção -História -Letras (Português/Inglês) -Matemática -Pedagogia -Serviços Social
<b>Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente - Fama</b>	Clevelândia	-Administração -Pedagogia -Análise desenvolvimento de Sistemas
<b>Centro de Ensino Superior de Realeza - Cesreal</b>	Realeza	-Administração -Ciência Contábeis
<b>União de Ensino do Sudoeste do Paraná – Unisep</b>	Francisco Beltrão	-Administração -Agronomia -Ciências Contábeis -Engenharia Civil -Engenharia Elétrica -Engenharia Mecânica -Engenharia de Produção -Farmácia -Fisioterapia -Odontologia -Sistema de Informação
<b>União de Ensino do Sudoeste do Paraná - Unisep</b>	Dois vizinhos	-Administração -Agronomia -Arquitetura e urbanismo -Biblioteconomia -Ciências Contábeis -Direito -Educação Física -Engenharia Ambiental -Engenharia Civil -Farmácia -Fisioterapia -Medicina Veterinária -Pedagogia
<b>Faculdade Mater Dei</b>	Pato Branco	-Administração -Arquitetura

		<ul style="list-style-type: none"> <li>-Sistema de Informações</li> <li>-Direito</li> <li>-Engenharia de Produção</li> <li>-Engenharia Civil</li> <li>- Agronomia</li> <li>-Ciência Contábeis</li> <li>-Medicina Veterinária</li> </ul>
<b>Faculdade de Pato Branco - Fadep</b>	Pato Branco	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Administração</li> <li>-Ciências Contábeis</li> <li>-Direito</li> <li>-Enfermagem</li> <li>-Engenharia Civil</li> <li>-Engenharia Elétrica</li> <li>-Engenharia Mecânica</li> <li>-Engenharia de Produção</li> <li>-Engenharia de Software</li> <li>-Fisioterapia</li> <li>-Medicina</li> <li>-Nutrição</li> <li>-Odontologia</li> <li>-Pedagogia</li> <li>-Publicidade e Propaganda</li> <li>-Psicologia</li> <li>-Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema</li> <li>-Tecnologia em Estética e Cosmética</li> <li>-Tecnologia em Gastronomia</li> </ul>
<b>Faculdade do Iguçu</b>	Capanema	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Administração</li> <li>-Pedagogia</li> <li>-Sistema de Informação</li> </ul>
<b>Universidade Paranaense – Unipar</b>	Francisco Beltrão	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Administração</li> <li>-Arquitetura</li> <li>-Ciência Contábeis</li> <li>-Estética e Cosmética</li> <li>-Direito</li> <li>-Educação Física</li> <li>-Enfermagem</li> <li>-Engenharia Civil</li> <li>-Farmácia</li> <li>-Nutrição</li> <li>-Odontologia</li> <li>-Psicologia</li> <li>-Sistema de Informação</li> </ul>

**Fonte:** AMSOP (2018)

Dando continuidade à identificação de objetivos da AMSOP que fazem parte da análise da presente dissertação, expomos outros dois objetivos presentes no Estatuto Social da entidade que vinculamos ao objeto da presente dissertação, são os itens 7º e 8º do Estatuto Social da entidade. No item 7º, a AMSOP articula-se como mediadora ao disponibilizar meios

(materiais) para a realização de eventos, como os treinamentos para merendeiras e para os conselheiros do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), propiciando que representantes da comunidade que compõem o Conselho participem dos embates, centralizando as discussões em um único espaço físico, viabilizando o conhecimento sobre o planejamento orçamentário voltado para a educação; e ainda, formação para funcionários dos Centros Municipal de Educação Infantil (CMEI's), modalidade berçário e infantil.

Em relação à oferta de formações e treinamentos para profissionais da educação, a AMSOP através de parcerias realizou treinamentos em gestão e financiamento da educação com vistas à proposições e intervenções em nível de sistema de ensino e de gestão escolar; treinamento para auxiliar a melhoria da gestão educacional em parceria com a Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI/ BR), e ainda cursos voltados ao planejamento do Plano de Ações Articuladas (PAR); fomento à discussões referentes a estrutura de planos de carreiras e a adequação do piso do magistério municipal; apoio à questão FUNDEB/2020, embates políticos sobre os valores de repasse para à educação, sua atualização e ampliação das discussões custo aluno que significam muito mais que conquistas para o setor e seus integrantes, resultam em saltos na qualidade da educação:

[...] a educação recebendo o valor que merece. (SCHIAVINI, 2020).

[...] não haverá votos contrários. Um novo Fundeb, com melhores perspectivas para infraestruturas educacionais, e a valorização constante de todos os envolvidos na comunidade escolar, será muito positivo, uma educação mais humanizadora. (LUPATINI, 2020)<sup>26</sup>.

Já no tocante ao item 8º, a entidade com intuito de divulgar e instruir as administrações municipais sobre as normas, procedimentos e exigências dos órgãos públicos das demais esferas de governos e das instituições de assistência técnica e financeira, em todos os assuntos de interesse dos municípios associados, isso foi salutar para a implantação do Plano Municipal de Educação e recomendações focalizadas na realização de reformas e novos planejamentos fiscais observando a Lei nº 101/2000, LRF, de ações aos municípios vinculados com vistas ao equilíbrio fiscal, como a nuclearização de escolas municipais com baixo número de alunos.

---

<sup>26</sup> Ambas as citações encontram-se no site da AMSOP e foram proferidas por gestores da região no dia da votação do Fundeb no dia 20 de julho de 2020.

Por meio de suas comissões, a AMSOP, os gestores municipais passam a deliberar em assembleias assuntos de impacto regional, e que afetam a educação, a exemplo a indicação de representantes da entidade para acompanhar e instruir os gestores acerca da implantação do Plano Municipal de Educação – PME na região em 2015 e 2016; Informações sobre o Fundo Pensões Municipal da Educação com a participação de equipe do Tribunal de Contas Estadual (TCE/PR).

Outro aspecto relevante relativo a organização e atuação da entidade na região frente a temas voltados a educação, refere-se ao item 9º do Estatuto Social da entidade, onde a entidade com respaldo legal, passa a viabilizar a obtenção de recursos financeiros aos municípios, mediante a formalização de acordos, convênios ou contratos com o Estado e a União viabilizando parcerias como demais entidades públicas e privadas, a exemplo as parcerias com a Associação dos Municípios do Paraná, órgão do Ministério da Educação e Cultura (MEC), na busca de recursos para o investimento na educação básicas, em especial, os recursos bloqueados no Plano de Ações Articuladas (PAR). Estas ações diretas fomentas pela entidade em temas voltados a educação, visam atingir os municípios com melhorias diante das dificuldades estruturais de orçamento, que por vezes prejudicavam os municípios e conseqüentemente a qualidade da educação básica.

Assim, feitas estas considerações acerca dos objetivos que cercam as ações da AMSOP, a presente dissertação em seu capítulo terceiro, avançará em suas análises visando identificar em que medida estas ações, proporcionaram melhoria para a qualidade da educação. Utilizaremos para esta averiguação, os dados do IDEB relativos aos anos de 2007 a 2019, período de 12 (doze) anos.

Neste tocante, lembramos ao leitor, que o IDEB não pode ser tomado como único dado, mas neste caso, aliaremos às ações externas a educação e fomentadas pela AMSOP, que com certeza, possibilitaram a melhoria da qualidade da educação nesses municípios. Quanto a qualidade da educação, ela será tratada nesta pesquisa, como um conceito que vai além da gestão gerencial e meritocrata, pois, está ligada ao desenvolvimento humano na sua forma integral, conforme apontamos no próximo capítulo.

### **3. AÇÕES DA AMSOP E O IMPACTO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS SIGNATÁRIOS**

Neste último capítulo, o objetivo é evidenciar a hipótese inicial projetada na pesquisa, ou seja, que as ações diretas e indiretas da AMSOP, influenciaram a melhoria da qualidade da educação dos municípios do Sudoeste do Paraná, considerando o recorte temporal entre 1999 a 2019. A estrutura pretendida se traduz por 5 (cinco) pontos basilares. O primeiro ponto mostra a forma conjuntural utilizada pela AMSOP, para fomentar e estruturar políticas para a Região. No segundo, as especificidades sobre o programa Pacto Nova Itália - PNI, o qual se configura a materialização da expansão da entidade. O projeto deixou heranças na região, uma vez que os aprendizados adquiridos na Itália fomentaram inovações em diversos setores produtivos, modificando a concepção de muitos produtores a respeito do potencial de sua propriedade.

O terceiro item do capítulo vai ao encontro das Cartas do Sudoeste e as prioridades regionais de desenvolvimento. Assim, como o Projeto Nova Itália trouxe inovações e outros olhares para a economia da região, as Cartas do Sudoeste é o extrato das reivindicações de gestores municipais e produtores, que buscaram ampliar e agregar necessidades indispensáveis para a conclusão das metas que foram planejadas a curto, médio e longo prazo. No quarto item, o exercício se constitui em aproximar as ações da AMSOP e a forma como esta entidade valorizou os fatores intra e extraescolares de modo a possibilitar o avanço educacional na Região.

Para encerrar o capítulo, trazemos no quinto item, o protagonismo da AMSOP na melhoria da qualidade da educação no Sudoeste do Paraná, utilizando-se dos dados do IDEB no período de 2007 a 2019. Lembrando que IDEB, não será a única referência para a verificação da melhoria da educação, porque o setor educacional não pode ser analisado de modo isolado. Dentro desta perspectiva, Lacruz (2019, p. 18) lembra que:

a educação se articula em diferentes dimensões e espaços da vida social sendo ela própria, elemento constitutivo e constituinte das relações mais amplas. A educação é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica pedagógica, econômica, social, cultural e política de uma dada realidade.

Isso se identifica na própria construção do capítulo, que tenta aproximar as ações internacionais, locais, intra e extraescolares, pois a junção de todo esse esforço é que poderá propiciar a melhoria da educação. Esperamos que os pontos aqui analisados contribuam para a



identificação do cenário educacional do Sudoeste do Paraná e sua correlação com o protagonismo da AMSOP, que dentro de seus limites e perspectivas, têm agregado grandes contribuições para a região.

### **3.1 A AMSOP e a estruturação de políticas no Sudoeste do Paraná**

Desde a criação da AMSOP, foram inúmeras as iniciativas e parcerias com entes governamentais e com a sociedade civil, as quais favoreceram avanços da região. Isto posto, com vistas a melhor aludir o protagonismo da AMSOP no Sudoeste do Paraná, partimos, preliminarmente, da identificação das ações fomentadas pela entidade, estas delimitadas pelo recorte temporal entre os anos de 1999 a 2019. Este processo de identificação das ações envolve a análise constitucional e integracionista da mesma, característica esta que, não apenas marca o modelo de gestão pública no Brasil, como, também regula a organização e o fomento as ações da AMSOP.

Dentro deste modelo de gestão pública, a entidade atua na região promovendo a adesão dos entes municipais tendo como ponto convergente o interesse coletivo pelo desenvolvimento territorial. Esta integração propiciou à AMSOP, a formulação do programa intitulado como Pacto Novo Itália (PNI), criado no ano de 1997. Esta ação se classifica como um fomento realizado diretamente pela instituição e abre o primeiro item deste capítulo.

Por meio da análise bibliográfica e documental, observamos que através do programa PNI, a instituição passa a promover ações mais amplas em todos os setores. Estas articulações desdobraram-se em novos mecanismos para a produção regional, como também propiciou o suporte técnico para a agricultura local e aparatos educativos que viabilizaram além da formação humana, o acesso à democratização do conhecimento às comunidades rurais que passam a se organizar para recepcionar políticas públicas voltadas à agricultura familiar de maneira a garantir, regular e normatizar a educação formal e informal através da ampla atuação de convênios de iniciativa pública e privada.

Identificamos ainda as ações voltadas para fortalecer o PNI, como os Fóruns e Conferências regionais, onde a AMSOP, sendo que a partir das deliberações dos encontros, a entidade cria a Carta do Sudoeste. Esta ação, assim como o PNI, integrarão os próximos itens deste capítulo nos quais apontaremos conjunturas estruturais que convergem em melhorias para educação, especialmente em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos municípios signatários. Lembrando que a qualidade não pode ser medida apenas por este índice, por isso a importância de trazermos as ações diretas e indiretas porque elas

revelam os fatores internos e externos da educação, os quais a AMSOP sempre levou em consideração.

Portanto, a Carta do Sudoeste, foi fundamental para o reconhecimento e atendimento das necessidades da região, agindo conjuntamente a partir do compromisso político que favorece a execução de programas e obras que servem de vias para o desenvolvimento econômico regional e estes por sua vez, impactam com melhorias em todo o território do Sudoeste do Paraná.

Especificamente no campo da educação básica, o documento se apresenta marcado pela busca de recursos para expansão da rede de ensino de tempo integral e na fixação de convênios para manutenção do transporte escolar. Paralelamente aos pedidos das Cartas, a entidade focaliza suas ações na sede local e entre estas ações destacamos: treinamentos voltados à gestão escolar; capacitação dos funcionários, especialmente as merendeiras, visando a melhoria da qualidade da merenda ofertada nas unidades escolares da região; aprimoramento técnico e normativo para os Conselheiros do FUNDEB; cursos voltados para as práticas de controle e fiscalização de recursos da educação básica ofertados aos gestores da educação de todos os municípios da região; oficinas para o aprimoramento e implantação de sistemas e planos como o Plano Municipal de Educação. Ou seja, todas estas ações, ainda que com formatos indiretos e extra escolares contribuem com a educação convergindo em melhorias, impactando nos resultados e no desempenho apresentados no IDEB dos municípios signatários da entidade, processo que trataremos com dedicação, no último item desse capítulo.

Dentro deste cenário de produção e das demandas setorizadas no campo da agricultura familiar, o leitor ainda poderá identificar a AMSOP como uma entidade que busca melhorias para a região e que ao longo de 50 (cinquenta) anos representa, além de um canal de participação da comunidade rural regional frente à dinâmica do aparato do Estado e suas arenas internas, também se posiciona como instituição que fomenta a representatividade na implementação e gestão de políticas públicas locais, protagonizando a incorporação das agendas dos atores sociais do território do Sudoeste do Paraná.

No contexto histórico de sua criação e atuação, ressaltamos que, muito embora já tenhamos salientado no capítulo II desta dissertação, lembramos que a AMSOP articula suas ações impulsionadas pelo processo de contribuição da reforma do Estado na década de 1990, no pós Constituição de 1988, especificamente a reforma dos anos de 1995; e, a nova relação do Estado e sociedade dos anos de 1999, marcando o início do século XXI com o modelo de

gestão pública que impacta todo território nacional e proporciona adensamentos institucionais participativos frente às esferas de governo.

Neste cenário, o novo modelo de gestão da administração pública favoreceu a atuação das instituições de participação social nos governos locais, a exemplo da estruturação da AMSOP que representa um “[...] traço característico da nossa institucionalidade democrática, estando prevista em princípios constitucionais, legislações subsequentes e no próprio aparato administrativo do Estado”. (SÁ E SILVA, LOPEZ, PIRES, 2010).

Neste interim, o advento da CF/88 com a abertura ao processo de desenvolvimento associativista propiciou a AMSOP maior representação em relação ao Estado, e isso se evidencia com mais expressividade, ao longo dos anos 1990 “com a reforma do Estado e a redução de suas funções, face à implantação de programas de privatização e terceirização nas quais as organizações sociais assumem um papel protagonista, centralizando algumas funções que antes eram do Estado. (BRESSER-PEREIRA, 2004).

A AMSOP, a partir da adesão dos gestores municipais regionais, traçou metas e objetivos para desenvolver economicamente a região através da elaboração de projetos regionais, com intuito de alavancar recursos estaduais e federais de maneira a suprir as necessidades na agricultura, como também viabilizar que demais setores de produção fossem contemplados, promovendo o desenvolvimento através da ampliação e eficiência às cadeias de produção no Sudoeste do Paraná.

O Brasil avançava tecnicamente e a região tinha dificuldades para acompanhar, tanto que não recebia sem sinal de televisão. O único meio de comunicação de massa aqui, era o rádio. Grandes dificuldades também eram enfrentadas pelas administrações municipais, que se ressentiam de pessoal qualificado e necessidade de agilizar seu andamento burocrático, para obter maior participação dos governos estadual, federal em seus projetos. (AMSOP, 2018, p. 15).

Assim, o nexos dos municípios do Sudoeste do Paraná, tendo como ponto convergente a interlocução da AMSOP com o Estado, promoveu além da adesão integracionista dos entes municipais, como o fomento de ações, contribuiu para o atendimento dos interesses de todo o território que em sua totalidade apresentavam diversas realidades e necessidades contextuais variadas, entretanto, o interesse da maioria pautava-se nas demandas da agricultura familiar. Na análise de Habermas (1983, p. 173), “[...] as partes são orientadas para o acordo e não somente aos seus próprios respectivos sucessos”. É com este perfil que a entidade “se

transforma em vitrine para assuntos regionais” entre os entes da municipalidade. (AMSOP, 2018).

Desse modo, “o cidadão ordinário não é o principal protagonista dos novos espaços participativos para a elaboração e monitoramento das políticas públicas, mas as organizações civis legalmente investidas como representantes” (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELL, 2005). Neste percurso, especialmente a partir dos anos de 1990 a AMSOP passa a protagonizar ações com forte adesão entre os entes estatais, trabalho que se materializou conjuntamente em ações num cenário de democratização e de revitalização da sociedade civil.

A AMSOP, enquanto entidade civil, representa o espírito do associativismo na região e a emergência dos movimentos sociais organizados amparados constitucionalmente “[...] e isso tem consequência, a própria democratização do Estado que, ao reestabelecer vários procedimentos democráticos formais, dá acesso a novas forças políticas constituídas na luta contra o regime autoritário” (DAGNINO, 2002). Resta lembrar que o Brasil dos pós CF/88, retrata um país de transição de regime e a necessidade de superação das heranças deixadas pelas antigas instituições.

Imersa nesse contexto, a AMSOP, além da busca por compreender a dinâmica das transformações urbanas, das novas modalidades de produção, a relevância do caráter territorial e da inclusão dos atores sociais nos debates sobre a transformação e das necessidades regionais, fomentou atividades voltadas a agricultura familiar. A convergência de ações e interesse mútuos por parte dos gestores municipais, consolidou a atuação da mesma, levando ao desenvolvimento econômico associado ao fortalecimento de uma consciência de pertencimento territorial, que emerge das forças de produção vocacionais regionais, mobilizando ainda mais as ações da AMSOP.

De acordo com Paiva (2013), este processo de fortalecimento das vocações “exige o conhecimento do processo de encadeamento de produção”, de modo a dinamizar a venda de produtos para além de seus territórios e assim promover o fortalecimento das fontes primárias da renda provenientes de outros territórios. Focada nessa busca, a instituição aqui pesquisada passa a fomentar ações diretas e indiretas voltadas ao fortalecimento e desenvolvimento econômico, social e educacional na região “[...] unir e se reunir em torno dos interesses maiores da sociedade sudoestina”. (AMSOP, 2018, p. 14).

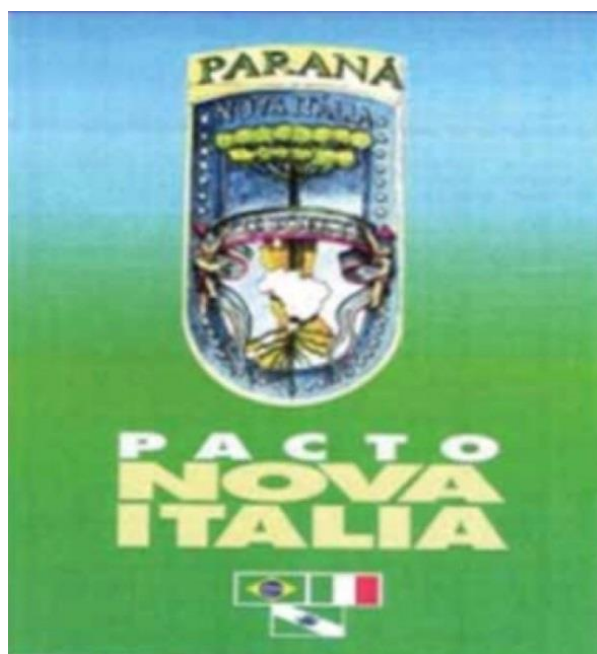
Diante da crise econômica dos anos de 1980 e dos reflexos da transição de regime político, fixa 2 (duas) frentes para nortear as ações da entidade no território do Sudoeste do

Paraná, sendo, as novas modalidades de produção e o papel econômico e social da agricultura familiar e camponesa da região, o que culminou por decorrência, na organização do Programa Pacto da Nova Itália - PNI - programa este que trataremos a seguir.

Com o objetivo de situar o leitor sobre a dinâmica do impacto do programa PNI, tanto para esta pesquisa, quanto às ações da AMSOP, o próximo item tratará com base nas análises bibliográficas e conjunturais, a organização do referido programa que deixou grandes heranças que ainda hoje podem ser identificadas no Sudoeste.

### 3.2 Pacto Nova Itália (PNI)

**Figura 9 – Pacto Nova Itália – PNI**



Fonte: AMSOP (2018)

Com o propósito de viabilizar novas modalidades de produção em relação ao papel econômico e social da agricultura familiar e camponesa da região, no ano de 1997, a AMSOP desenvolve o Pacto da Nova Itália - PNI. A entidade neste ano era presidida pela figura do ex - Ministro da Saúde Alcení Guerra que vivendo os impactos da Reforma do Estado, levou 11 (onze) prefeitos, vinculados a instituição, até a Itália mais precisamente, para a região da Emília - Romagna, com vistas à melhor apreender o trabalho cooperado de pequenos produtores e implantar cooperativas em todo o território do Sudoeste do Paraná, “[...] em torno de 600 (seiscentas) cooperativas em dez anos, era o objetivo final.

O projeto tinha como base a organização para trazer tecnologia de qualidade e desenvolver o mercado” (AMSOP, 2018, p. 80). Esta perspectiva de trabalho cooperado não

apenas favorecia a produção como o beneficiamento regional de produtos gerados pelos pequenos e médios produtores rurais locais. A instalação de cooperativas na região, a partir desta ação fomentada pela AMSOP, foi salutar para a região e, representa hoje, um impacto econômico de amplitude nacional e internacional que abriu precedentes para a instalação de cooperativas na região<sup>27</sup>.

Vale ressaltar que após a implantação do Pacto Nova Itália - PNI outra visão foi instituída na região, pois o programa trazia ainda como objetivos estratégicos, além da organização de pequenas cooperativas, a promoção da transferência de tecnologia; a agregação da qualidade em todas as fases da produção e o investimento num sistema de mercado eficiente.

O programa do NPI abriu espaço para fomentar o trabalho cooperado, que por sua vez exigiu diretamente qualificação de mão de obra, conhecimento técnico e estrutural por parte das famílias de pequenos produtores, que ao longo dos 42 (quarenta e dois) municípios associados, não sofriam apenas com os poucos recursos, que eram insuficientes em face do enfrentamento de secas e enchentes que devastavam a região, como o despreparo na produção pela falta de conhecimento técnico que melhor orientasse a força da agricultura familiar:

[...] a gente foi para a Itália, aprender e trazer a concepção de cooperativismo e associativismo [...] e isso serviu para muita gente, se observar, verá que temos muito mais iniciativas de transformação de produtos da agricultura, da pecuária aqui no Sudoeste do que nas demais regiões do Paraná [...] enfrentar esse desafio na região, que é agroindustrializar as pequenas propriedades de forma associativa, preferencialmente ou cooperativa. (AMSOP, 2018, p. 222-225).

Percebe-se que o programa do NPI exigia para sua efetividade, uma estrutura que se articulasse entre setores da administração pública e privada, e que aproximasse a sociedade civil sudoestina. Para isso, foi necessário a elaboração de políticas “representadas por programas, legislações, ancoradas por Secretarias, órgãos governamentais, Conselhos, Comitês e Instituições de apoio levando a região além do crescimento econômico, mas atinja o desenvolvimento humano” (PDRI, 2019, p. 44). O programa nascia exigindo desde logo, a figura de um “ente gestor de caráter territorial” (PDRI, 2019, p. 23) que viabilizasse a implementação do Programa no território do Sudoeste do Paraná.

---

<sup>27</sup> O Pacto Nova Itália abre as portas para a instalação mais expressivas de cooperativas na região. Em 1985 - as cooperativas começaram se instalar COAGRO de Capanema, CAPEG, em Pato Branco e tantas outras instaladas em todo o território da região do Sudoeste do Paraná.

Assim, inspirados no modelo italiano, a AMSOP liderou, em agosto de 2000, a criação da Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná. Desde então, essa instituição coordena os mais variados projetos de interesse relevante para o território, como os projetos de desenvolvimento da bacia leiteira, os programas de desenvolvimento da agricultura familiar, estudo de tráfego nas rodovias da região. (PDRI, 2019, p. 24).

De igual modo, as transformações socioeconômicas associadas às variáveis contextuais e conjunturais da região, exigiam que a AMSOP paralelamente ao seu papel de interlocução das demandas regionais com o Estado, se articulasse politicamente em campos mais amplos, com fomento e participação em Fóruns, Conselhos e Redes de organizações. Essas foram estratégias da entidade frente as demandas de seu vasto território, possibilitando unir força política para impulsionar projetos e evitar a fragmentação de iniciativas, e ainda agregar saberes regionais, experiências e potencialidades institucionais rurais e urbanas.

Com esses desdobramentos, Ganança (2006, p. 80) analisa que “os fóruns e redes de organização são sujeitos políticos coletivos e são formados por associações, instituições privadas e públicas que se unem em torno de uma causa ou objetivo de interesse comum”. A AMSOP adotou essa posição e fomentou, nos anos de 1998 e 1999, ações voltadas as necessidades regionais, promovendo, além das discussões voltadas ao desenvolvimento regional, o fomento da organização de comitês e de conselhos gestores de política pública, os quais expressavam a organização social que contribui com a dinâmica institucional dentro do contexto de gestão integrada. Assim, ela executa e coordena atividades e treinamentos de representantes da sociedade civil e membros de conselhos.

[...] a disseminação de conselhos gestores de políticas públicas no nível local foi bastante expressiva, alcançando a cobertura quase plena dos municípios brasileiros em áreas como saúde, educação, assistência social, direitos da criança e do adolescente, além da cobertura também expressivas em áreas como habilitação, meio ambiente, cultura e direito dos idosos<sup>28</sup>. (MARX, 2009, p. 184).

A partir da realização de Fóruns e Conferências, ocorreu o fortalecimento e organização de comitês e conselhos de gestores municipais e da sociedade civil na região, que ao longo de 50 (cinquenta) anos passaram a participar de treinamentos, ou seja, “[...] a entidade levanta problemas e viabiliza a indicação de caminhos técnicos e tecnológicos

---

<sup>28</sup> Cumpre aqui salientar que neste tocante ao atendimento ao idoso, a entidade através da Carta do Sudoeste fomenta ações visando à democratização e à efetivação de direitos, conforme pode se verificar nos Quadros 2, 9 e 10 deste capítulo, face à fragilidade e urgência de ações no campo da assistência ao idoso no Sudoeste do PR.

através das parcerias, visando à solução dos problemas existentes e que perpassam ao longo do território”. (AMSOP, 2018, p. 45).

Como resultado, instituições governamentais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), atuante na região passou a ter sede própria nos anos de 2006,<sup>29</sup> para melhor atender as demandas, em especial, às comunidades rurais da região, que por sua vez foram contempladas com programas principalmente de orientação e manejo da produção leiteira. Pelos convênios efetuados, a entidade viabilizou os repasses de recursos para o suprimento das dificuldades no processo de produção e de escoamento do leite na região, como mão de obra qualificada, o que exigiu processos de capacitação das famílias produtoras.

Neste tocante, a intervenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, mediada pela entidade, propiciou além da assistência técnica, estudos e projetos voltados para a melhoria da produção leiteira, adequação do solo e capacitação dos produtores das comunidades rurais e treinamentos à gestão municipal. Com esse aparato as comunidades rurais ao buscarem o ente municipal, contavam com suporte para as demandas que abrangiam tanto a organização de suas propriedades, como mecanismos de ajustes as políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

A Amsop está intensificando neste ano a formação dos servidores para melhorar os governos municipais. Nesta capacitação, em específico, o objetivo é que os técnicos e gestores saibam todas as fases e procedimentos dos convênios firmados entre as prefeituras e o governo federal. (AMSOP, 2018).

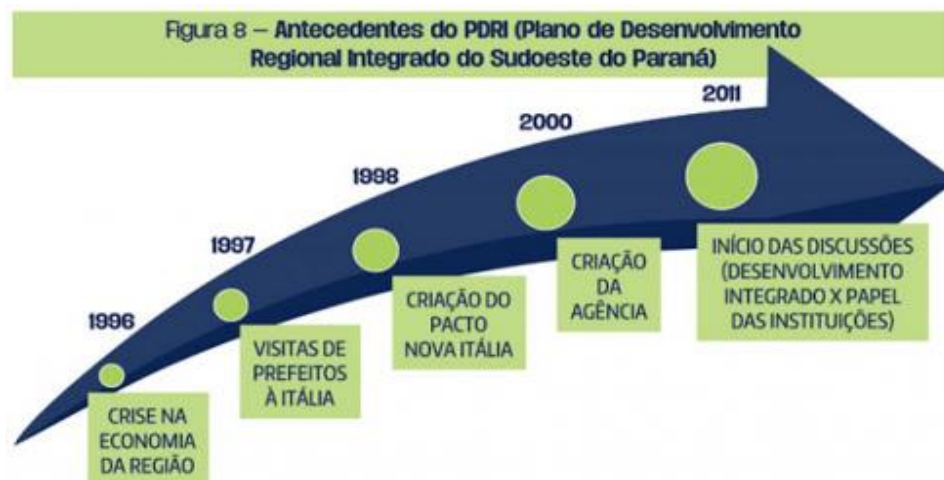
Por meio destas e outras ações, ocorreu a mediação e o debate focalizado em problemáticas regionais mais amplas que emergiram do programa do PNI, o qual diante de sua complexidade foi transformado na Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná, entidade que por sua vez, estrutura o Plano de Desenvolvimento do Sudoeste do Paraná (PDIR). Muito embora a Agência e suas ações, não sejam o objeto desta dissertação, sua relevância no território possui relação ao objeto estudado, até porque a mesma nasce de uma ação anterior criada pela AMSOP, inclusive ela ocupa uma cadeira no Conselho Consultivo da Agência, e se manifesta junto às deliberações relativas aos programas e projetos que afetam a região, conforme Figura 10.

---

<sup>29</sup> O pedido da fixação da sede da EMBRAPA na região do Sudoeste do PR foi uma conquista advinda da Carta do Sudoeste de 2006 aos candidatos ao governo do Estado, uma vez que segundo a AMSOP, as demandas relativas à agricultura familiar e da produção leiteira exigiam atenção técnica com mais efetividade e manter a EMBRAPA representa trazer as agendas do governo as necessidades dos atores sociais da região.



**Figura 10 - Evolução temporal e caminho conjuntural da criação do PNI**



Fonte: PDRI (2019)

Considerando a conjuntura estrutural para ao andamento do programa PNI, a AMSOP, em agosto dos anos 2000 lidera a criação da Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná, “[...] esta instituição coordena os mais variados projetos de interesse relevante para o território, especialmente os voltados a bacia leiteira, os programas de desenvolvimento da agricultura familiar”. Também realiza ações voltadas à expansão da malha rodoviária da região, fomentando o turismo na região “[...] o estudo de tráfego das rodovias da região e a atuação como Instância de Governança Regional do Turismo conferida pelo Ministério do Turismo e Governo do Estado do Paraná”. (PDRI, 2019).

Em 2012, a Agência inicia a proposição do Plano de Desenvolvimento Regional Integrado com a participação de lideranças públicas, da iniciativa privada e do terceiro setor “[...] propondo-se agregar a questão da integração territorial como Missão da instituição: Promover e estimular o desenvolvimento integrado do Sudoeste do Paraná”. Este foi o ponto de partida para a busca de um planejamento integrado do território, que culminou na estruturação do PDRI, que se baseia no conceito integrador das diversas ações executadas pelas mais variadas instituições e, mais do que isso, a construção de uma estratégia inovadora de iniciativas convergentes e planejadas como meio de promoção do desenvolvimento territorial e também educacional, projeto este ainda em fase embrionária.

Assim, retomando ao programa do PNI, este não apenas impactou a região com suas ações voltadas às demandas socioeconômicas da região, como propiciou o aprimoramento das ações do programa na organicidade da Agência de Desenvolvimento Regional. Feitas estas breves considerações no entorno das ações da entidade realizadas dentro do recorte temporal

da presente dissertação, o programa PNI se transformou em uma das ações que mais propiciou abertura para novas formas de produção, estimulou o conhecimento das comunidades rurais tendo como ponto convergente os processos educativos como papel crucial na formação do indivíduo. Resta-nos salientar que este aspecto relativo ao campo da educação ficará melhor evidenciado no próximo item deste capítulo, uma vez que a AMSOP por meio das Cartas do Sudoeste consolida efetivamente suas ações, as quais conjuntamente convergem em processos de desenvolvimento e de formação humana.

### 3.3 Cartas do Sudoeste e as prioridades regionais de desenvolvimento

Com a eminência no Brasil das instituições que promovem a participação nos pós CF/88, a AMSOP cria a Carta do Sudoeste, documento que focaliza as prioridades regionais e centraliza o fomento de suas ações no entorno dos pedidos que compõe o documento.

A carta é um documento onde temos a representação política dos prefeitos e vereadores, do setor produtivo e empresarial, da agropecuária, da educação, meio ambiente e ainda de instituições de desenvolvimento regional e isso nos permite sintetizar de forma mais abrangente os pedidos e dar um peso maior às reivindicações. (FIAMONCINI, 2018).<sup>30</sup>

A Carta do Sudoeste representa para a região o compromisso político dos candidatos ao governo do Estado do Paraná na realização das demandas locais, aproximando às agendas do governo estadual com as necessidades da região, é através deste documento que entidades públicas e privadas reúnem, no intervalo de 4 (quatro) anos, as demandas da região em eixos de atuação, conforme se observa no Quadro 8.

**Quadro 8 - Das Cartas do Sudoeste - 5 (cinco) ciclos**

<b>5 (cinco) Ciclos Carta do Sudoeste</b>	<b>Local de Entrega</b>	<b>Candidatos que receberam a Carta do Sudoeste – PR</b>
1ª Carta do Sudoeste 2002	Marmeleiro PR Festa do Melado	Roberto Requião, Beto Richa, Álvaro Dias, e Padre Roche
2ª Carta do Sudoeste 2006	Marmeleiro PR Festa do Melado	Osmar Dias, Flavio Arms, Rubens Bueno, Roberto Requião
3ª Carta do Sudoeste 2010	Marmeleiro PR Festa do Melado	Osmar Dias, Flavio Arms
4ª Carta do Sudoeste 2014	Francisco Beltrão PR Club Santa Fé	Beto Richa, Requião, Gleisi Hoffman
5ª Carta do Sudoeste 2018	Francisco Beltrão PR Sede AMSOP	Dr. Rosinha, Ratinho Jr, Cida Borgheti, João Arruda

**Fonte:** AMSOP (2018), adaptação da autora

<sup>30</sup>Disponível em: <https://www.jornalbeltrao.com.br/noticia/276724/carta-do-Sudoeste-vai-pedir-aos-candidatos-ao-governo-investimentos-em-rodovias>. Acesso em: 12 jan. 2020.

Considerando que as Cartas do Sudoeste representam a focalização das ações executadas pela AMSOP, passaremos a elencá-las, destacando seus principais eixos de atuação na região, o que contribuirá para a classificação das mesmas. As cartas se dividem metodologicamente em eixos voltados a atender as demandas da região e representam os anseios da comunidade sudoestina.

Este documento viabiliza que conjunturas socioeconômicas estimulem a criação de políticas públicas, as quais representam vias para a melhoria estruturais que atingem os processos educativos abrangendo da educação básica, conforme revela, em especial, os Quadros 9 (p. 91), 10 (p. 98) e 11 (p. 100), descritos neste item.

Como anteriormente salientado, por meio da Carta do Sudoeste, as reivindicações dessa região puderam ser analisadas no Plenário do Congresso Nacional e são recepcionadas junto às pautas dos representantes do Senado:

A Carta destaca a necessidade de revitalização das rodovias do Paraná e defende ainda a melhoria da segurança pública e a construção do Aeroporto Regional do Sudoeste. A saúde pública é uma das áreas mais necessitadas. A Carta do Sudoeste, explicou Álvaro Dias, enumera os principais problemas da região e sugere providências do Poder Público para alavancar o crescimento econômico do Sudoeste paranaense. O documento é dividido em quatro partes: municipalismo e desenvolvimento regional; agropecuária e meio ambiente; saúde e ação social; educação, cultura e esporte. (AGÊNCIA SENADO, 2017)<sup>31</sup>.

#### Quadro 9 - Carta do Sudoeste (documento de 2002 e 2006)

Eixos	Carta do Sudoeste 2002	Eixos	Carta do Sudoeste 2006
<b>Saúde</b>	-Viabilização imediata do funcionamento do Hospital do Câncer de Pato Branco -Implantação do Hospital Regional em Francisco Beltrão -Programa de Saneamento Urbano com ênfase em tratamento de esgoto -Saneamento Rural com Instalação de Micro Sistema de água e programa de preservação de	<b>Municipalismo e Desenvolvimento Regional</b>	<b>Rodovias</b> -Anel de Integração com o Estado do PR -Construção de terceira faixa e acostamento <b>Aeroporto</b> -Apoio Governamental para integração do Sudoeste com PR e BR <b>Ramal Ferroviário</b> -Ligação Sudoeste - Ferroeste -Interligação Argentina Paraguai <b>Reabertura Estrada Colono</b> -Apoio Estadual e Federal para construção da estrada dentro dos parâmetros ambientais

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2007/08/23/alvaro-dias-le-carta-do-Sudoeste-que-pede-investimentos-naquela-regiao-do-parana>. Acesso em: 12 nov. 2019.

	nascentes e mananciais		<p><b>Turismo Regional</b> -Incremento dos Lagos do Iguaçu e Caxias, Área Indígena, Turismo Rural e Águas Termais</p> <p><b>Industrialização do Sudoeste</b> -Programa estadual de incentivo na construção de barracões -Infraestrutura em distritos industriais -Redução de tarifas de energia -Fortalecimento da Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste</p> <p><b>Melhoramento de Segurança na Região</b> -Instalação do Batalhão Militar em Francisco -Aumento do efetivo -Apoio para a instalação da Delegacia da Polícia Federal</p> <p><b>Apoio dos governos para Instalação e funcionamento</b> -Alfandega Capanema Santo Antônio do Sudoeste - Barracão -Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu</p> <p><b>Pacto Federativo</b> -Apoio federativo para reivindicações da AMP e CNM -Reforma Tributária -Aumento de 22,5% para 23,5 FPM -Repasse de 10% das contribuições do município</p> <p><b>Programa Estadual para Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos</b> -Recursos subsidiados para renovação da frota municipal -Isenção do ICMS - Governo Estadual -Apoio na Luta pela Isenção do IPI - Governo Federal</p>
<b>Comunicação</b>	-Implantação de telefonia celular em todos os municípios do Sudoeste do PR -Expansão de Fibra Óptica e otimização do Sistema ROTPAR -Atendimentos com telefones públicos as comunidades do interior	<b>Agropecuária e Meio Ambiente</b>	<p><b>Programa Estadual de Calcário</b> -Programa de aquisição com subsídio para mini e pequena propriedade rural -Terminal Regional de Calcário</p> <p><b>Adequação e Pavimentação de Estradas Rurais</b> -Apoio financeiro para adequação de estradas rurais -Programa regional de pavimentação com pedras irregulares</p>

			<p><b>EMBRAPA no Sudoeste</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Pesquisa nas áreas de sementes</li> <li>-Melhoria genética com ênfase na produção de leite</li> <li>-Integração Embrapa e IAPAR em pesquisa no Sudoeste</li> </ul> <p><b>Implantação de Centros Tecnológicos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Dotar o Sudoeste de estruturas de pesquisas e treinamentos objetivando a transformação da produção agropecuária</li> <li>-Instalação de Cursos na área de Engenharia de Alimentação</li> </ul> <p><b>Pecuária Leiteira</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Apoio à produção integrada e a melhoria de qualidade</li> <li>-Recursos para aquisição de matrizes e equipamentos</li> <li>-Programa de melhoria na genética e de pastagens</li> </ul> <p>Postergação do ICMS do leite e derivados com a aplicação dos recursos na melhoria da qualidade pecuária leiteira</p> <p><b>Habitação Rural</b></p> <p>Programa de habitação rural subsidiada para pequenos agricultores</p> <p><b>Programa Estadual de Meio Ambiente</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Criação de Parques Ambientais em todos os municípios da região</li> <li>-Isolamento dos rios e riachos com reposição de mata ciliar</li> <li>-Apoio governamental para o Programa Adote uma Nascente</li> <li>-Horas Máquinas para a conservação e manejo dos Solos</li> <li>-Recursos para abertura de poços artesianos e distribuição de água no meio rural</li> </ul> <p><b>Comitê Sudoestino de Vigilância Sanitária</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Programa de prevenção da sanidade Agropecuária</li> <li>-Combate à febre aftosa, gripe aviária</li> </ul> <p><b>Agroindustrialização e comercialização</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Programa Estadual de financiamento e apoio técnico</li> <li>-Implantação de uma unidade de comercialização do CEASA</li> </ul>
--	--	--	---

			<p>-Programa de apoio a produção agroecológica</p> <p><b>Fórum Intergovernamental e da Sociedade do Sudoeste do Paraná</b></p> <p>-Consolidação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste</p> <p>-Reestruturação da Assistência Técnica e Extensão Rural</p> <p>-Integração de recursos estaduais dentro do Projeto Território de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudoeste</p>
<b>Indústria</b>	<p>-Programa de incentivo estadual par instalação de indústria no Sudoeste do PR para frigorífico de suínos; fábrica de leite em pó; indústria de sucos</p> <p>-Programa de incentivos a industrialização do Sudoeste com a liberação de barracões em todos os municípios</p>	<b>Saúde e Ação Social</b>	<p><b>Hospital Regional</b></p> <p>-Conclusão, funcionamento e gestão</p> <p><b>Oncologia - Hospital do Câncer</b></p> <p>-Implantação, funcionamento, financiamento das unidades de Pato Branco e Francisco Beltrão</p> <p><b>Consórcios de Saúde</b></p> <p>-Construção de sedes dos consórcios de saúde de Pato Branco e Francisco Beltrão</p> <p>-Expansão de serviços</p> <p>-Reestruturação e descentralização</p> <p><b>Saneamento Rural e Urbano</b></p> <p>-Ampliação do atendimento do tratamento de água e de esgoto na região</p> <p><b>Indicadores de Saúde</b></p> <p>-Maior participação do Estado nos trabalhos preventivos</p> <p>-Aumento dos Recursos Estaduais no apoio do Programa PSF</p> <p><b>Hospital de baixa Complexidade</b></p> <p>-Rever Políticas de parcerias públicas</p> <p>-Maior participação financeira do Estado</p> <p><b>Curso de Medicina no Sudoeste</b></p> <p>-Apoio a criação do curso de medicina no Sudoeste</p> <p><b>Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e Programa ser Mulher</b></p> <p>-Incentivo do Estado em forma de custeio Ampliado</p> <p>-Programa de atendimento ao usuário de álcool e drogas</p> <p><b>Estadualização dos hospitais públicos Microrregionais</b></p> <p>-Hospital de Dois Vizinhos e demais cidades do Sudoeste</p>

<p><b>Agricultura</b></p>	<p>-Terminal Regional de Calcário</p> <p>-Programa de incentivo a agroindústria com transformação da produção excedente</p> <p>-Consolidação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste do PR</p> <p>-Consolidação do Fórum Intergovernamental e da Sociedade do Sudoeste, respaldada pela AMSOP, através da implantação de programas específicos nas áreas do leite, hortifrutículas, agroindústria, alimentação escolar, crédito e assistência técnica</p> <p>-Programa de Habitação rural com financiamento regulamentação de Vilas Rurais</p> <p>-Unidades de comercialização de Ceasa</p>	<p><b>Educação e Cultura e Esporte</b></p>	<p><b>Escola em Tempo Integral</b></p> <p>-Implantação gradativa, com prioridade nas comunidades mais carentes de 5ª à 8ª série</p> <p><b>Transporte Escolar</b></p> <p>-Convênio com aumento do repasse do Governo Estadual aos Municípios proporcional ao número de alunos transportados</p> <p><b>Universidade Tecnológica Federal do Paraná</b></p> <p>-Expansão do Campus de Pato Branco e Dois Vizinhos</p> <p>-Consolidação do TEXCEL no campus da UTFPR</p> <p><b>Unioeste, expansão de novos cursos conforme demanda da região</b></p> <p>-Investimento de infraestrutura</p> <p>-Transformação do Campus avançado da Unicentro em Campus Universitário</p> <p><b>Estrutura Física das Escolas municipais</b></p> <p>-Construção de espaços educacionais; salas de aula; refeitórios; quadras de esporte cobertas; bibliotecas</p> <p>-Reestruturação dos laboratórios de informática</p> <p><b>Fortalecimento das Casas Familiares Rurais</b></p> <p>-Convênios para sua manutenção</p> <p>-Ampliação das estruturas com a valorização dos profissionais</p> <p><b>Cursos Profissionalizantes</b></p> <p>-Colégios Agrícolas - Fortalecimento e ampliação</p> <p>-Implantação de novos cursos</p> <p><b>Cultura Regional</b></p> <p>-Construção de Centros Culturais em todos os municípios</p> <p>-Ações culturais nas áreas de teatro, dança, música, cinema</p> <p>-Resgate de manifestações culturais e folclóricas regionais</p> <p><b>Esporte Regional</b></p> <p>-Integração do Sudoeste em atividade de esporte e lazer</p> <p><b>Mapeamento do Patrimônio Histórico Cultural da região Sudoeste</b></p> <p>-Levantamento através de parcerias com Faculdades e Universidades</p>
---------------------------	---	--	---

<b>Regional</b>	-Reabertura da estrada do Colono -Ramal Ferroviário -Aeroporto Regional		
<b>Turismo</b>	-Incremento dos Lagos do Iguaçu e Caxias -Programa de Turismo Rural		
<b>Educação</b>	-Expansão da Unioeste -Manutenção do Programa da Casa Familiar Rural -Programas de Transporte Escolar da rede estadual		
<b>Transporte</b>	-Programa de melhorias nas rodovias estaduais do Sudoeste com novas interligações, duplicações, restaurações e atendimento aos municípios que não possuem ligação asfáltica -Programa de readequação das estradas rurais e calçamento com pedras irregulares		
<b>Segurança Pública</b>	-Efetivação do Batalhão da Polícia Militar em Francisco Beltrão e aumento do efetivo policial do Sudoeste PR -Instalação do Instituto de Criminalística do Sudoeste, PR		

**Fonte:** AMSOP (2018), adaptação da autora.

Em relação às ações identificadas na Carta do Sudoeste apresentadas no Quadro 9, supra mencionado, e que, contempla os anos de 2002 e 2006, observamos que as mesmas apontam significados profundos para os processos educativos e, que especialmente, atingem à agricultura familiar da região favorecendo as comunidades rurais, centralizando o fomento da entidade. Ainda no Quadro 9, verificamos que as ações da AMSOP geram o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável como meio para priorizar a produção agroecológica,



dando início a abertura da produção de alimentos *in natura* voltada para a merenda escolar dos municípios da região.

Este processo viabilizou a economicidade destes atores, os quais puderam acessar mecanismos de gestão e de conhecimento, legitimando sua participação em licitações assegurados pela Lei Complementar nº 147/2014. Esta lei favoreceu as famílias rurais, agora chamadas de micro e pequenos empreendedores, o direito de participar de circuitos curtos de comercialização de sua produção agrícola.

Dentro desse cenário de produção e distribuição de alimentos às escolas de educação básica, a AMSOP, em convênio com a Embrapa e Sebrae promoveu treinamento, tanto para gestores públicos e produtores das comunidades rurais, fomentando ações extraescolares que de modo indireto, favoreceu os processos educativos, tendo em vista a disseminação de saberes e conhecimentos fundamentais para ao exercício da cidadania. Com as referidas ações, ocorreu a ampliação de conhecimento, especialmente aqueles advindos dos convênios, fortalecendo segmentos representantes da produção agrícola da região.

Indo além, destacamos o aprimoramento de sementes e da produção leiteira, a implantação de Centros de tecnologia, ações que impulsionaram a estruturação do Parque Tecnológico Virtual do Paraná (PTV/PR), onde o Sudoeste foi contemplado como o 8º Polo Tecnológico. Nesta correlação de avanços, entendemos que produzir exige escoamento através de rodovias, cuja malha viária passam a ser objeto de projetos estaduais e federais, o que por sua vez contribuiu diretamente com o transporte escolar rural público e de qualidade, garantindo não apenas o acesso e a permanência, mas diminuição da evasão escolar. Ainda em relação às ações externas da AMSOP, outro aspecto relevante refere-se ao fato de que, os municípios da região em quase sua totalidade, dependem de fontes de receitas externas, ou receitas que não advém das verbas dos municípios, porque tais recursos dependem da execução de projetos para viabilizar os repasses à região.

Lembramos que por meio da via gerencial a AMSOP contribui junto aos municípios da região para que os projetos sejam executados, levando em consideração, não apenas os aspectos meritocráticos, mas a transparências e legalidade no uso da coisa pública. Através da promoção de treinamentos, estudos de impacto na região no setor tributário que são repassadas receitas externas às arrecadas pelos municípios, advindas das orientações realizadas pela entidade, conforme se verifica no Quadro 10.

**Quadro 10 - Receitas externas utilizadas pelos municípios e direcionadas à região por meio de projetos executados e orientados pela AMSOP**

<b>Municípios</b>	<b>Receitas</b>
Ampére	0
Barracão	85,7%
Bela Vista da Caroba	0
Boa Esperança do Iguaçu	94%
Bom Jesus do Sul	93,2%
Bom Sucesso do Sul	90%
Capanema	0
Chopinzinho	84,7%
Clevelândia	84,3%
Coronel Domingos Soares	81,6%
Coronel Vivida	87,6%
Cruzeiro do Iguaçu	91,2%
Dois Vizinhos	0
Enéas Marques	93,2%
Flor da Serra do Sul	92,2%
Francisco Beltrão	70,2%
Honório Serpa	94,6%
Itapejara d'Oeste	88,2%
Manfrinópolis	92,89%
Mariópolis	81%
Mangueirinha	0
Marmeleiro	82,5%
Nova Esperança do Sudoeste	88,9%
Nova Prata do Iguaçu	90,3%
Palmas	80,7%
Pato Branco	75,8%
Pérola d'Oeste	90%
Pinhal de São Bento	94,1%
Planalto	88,9%
Pranchita	87,7%
Realeza	84,4%
Renascença	84%
Salgado Filho	93,5%
Salto do Lontra	85,4
Santa Izabel do Oeste	84,8%
Santo Antônio do Sudoeste	89%

São João	83,2%
São Jorge d'Oeste	90,7%
Saudade do Iguaçu	89,8%
Sulina	94,8%
Verê	90,3%
Vitorino	86,8%

**Fonte:** IBGE (2018), adaptação da autora

Observamos que além das contribuições relativas à execução de projetos que viabilizaram os repasses de recursos aos municípios signatários, a Carta do Sudoeste no período que contempla os anos de 2010 a 2014, merece ser colocada novamente em pauta. Neste sentido, o Quadro 11, exposto a seguir, retrata a preocupação da AMSOP com melhoria e ampliação da malha viária, porque essas ações indiretas influenciam sobremaneira a educação dos municípios a ela associados. Claro, levou-se em conta, também, as questões do meio ambiente e os processos de licenciamento que exigiram do pequeno produtor apreensão das normativas incidentes na legislação ambiental.

Concomitantemente à melhoria de acesso e à escoação de produção e transporte escolar, a valorização do ser humano e seu entrelaçamento com o meio ambiente foram destacados também por iniciativas advindas de convênios com instituições públicas e privadas. E nesta perspectiva, fatores ambientais como a escassez de recursos hídricos na região demandaram ações da entidade voltadas à construção de cisternas para o atendimento de escolas municipais tanto rurais, como urbanas.

Outro aspecto a salientar dentro da esteira ecológica, refere-se à promoção convênios efetuados com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IAPAR). Estas instituições estimularam a produção agroecológica, como o controle e o cuidado com o uso de agrotóxicos, favorecendo o manejo de resíduos que, além de prejudicar a saúde do pequeno agricultor e suas famílias, afetam o meio ambiente, e ainda, propiciaram diretamente na extensão e revitalização da malha rodoviária regional o que por sua vez, culminou na elaboração do programa estadual intitulado Corredor do Sudoeste e Corredor Aviário, os quais prevêem mais de 285 km (duzentos e oitenta e cinco quilômetros) de estradas renovadas na região, como a implantação de novas terceiras faixas, melhorias do pavimento, inclusive com cobertura de concreto bem como a sinalização e dispositivos de segurança viários.

Tais benefícios são decorrentes da interlocução da entidade expressados nas Cartas do Sudoeste que, propiciam avanços significativos não apenas o escoamento da produção agrícola, como a circulação de bens e serviços na região, mas promovem o acesso a interiorização da região, uma vez que interligam o Sudoeste do Paraná as demais regiões do Brasil através da BR 153. De acordo com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) estão previstas obras em 27 (vinte e sete) segmentos da PR-280 que compreendem entre tantos outros trechos, a revitalização das vias entre Realeza e Palmas. Estas melhorias estruturais fortalecem os municípios inseridos neste contexto viário e possibilita a retomada do crescimento econômico, social e educacional, conforme Quadro 11.

**Quadro 11 - Carta do Sudoeste (documento de 2010 e 2014)**

<b>Eixos</b>	<b>Carta do Sudoeste 2010</b>	<b>Eixos</b>	<b>Carta do Sudoeste 2014</b>
<b>Rodovias</b>	<p>-Modernização da malha, prioritariamente nos trechos que compreende o anel de integração da região principalmente com terceira faixa e acostamentos nos trechos mais críticos</p> <p>-Construção de uma ponte sobre o Rio Chopim, ligando os municípios de Verê e São Jorge D'Oeste</p> <p>-Construção de uma ponte sobre o Rio Capanema, ligando os municípios Bela Vista da Caroba e Ampére</p>	<b>Infra estrutura de Transporte</b>	<p>Anel de integração:</p> <p>-Corredor do Sudoeste - Palmas</p> <p>-Corredor da Produção Avícola Capanema, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Chopinzinho, Trevo da BR 373</p> <p>-Corredor Fronteira - Barracão a Santa Tereza do Oeste</p> <p>Ligações asfálticas:</p> <p>-PR 912 - interligando o município de Coronel Domingos Soares, Nova Prata do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, Dois Vizinhos, Mariópolis a São Domingos (SC)</p> <p>Conexão Sudoeste-Oeste via Parque Nacional do Iguaçu:</p> <p>-Estrada do Colono interligando a região</p> <p>-Pavimentação das Estradas Rurais</p> <p>-Programa permanente de pavimentação com pedras irregulares</p> <p>Ramal Ferroviário:</p> <p>-Construção do ramal Ferroviário Sudoeste - Oeste de Santa Catarina - interligação da Ferroeste a Ferrovia Norte e Sul</p> <p>Conexão Aeroviária:</p>

			-Aeroporto Regional Sudoeste/PR Corredor Logístico do Mercosul: -Liberação alfandegária de cargas em Capanema e Santo Antônio do Sudoeste
<b>Pavimentação de Estradas</b>	-Programa regional de pavimentação com pedras irregulares -Pavimentação asfáltica ligando a cidade de Coronel Domingos Soares à PR - 449	<b>Agricultura Pecuária e Meio Ambiente</b>	Licenciamento Ambiental: -Programa de Apoio e fortalecimento da agricultura familiar -Projeto de fortalecimento da bacia leiteira -Instalação de central de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros no Sudoeste -Instalação da Embrapa -Apoio à implantação do Novo Código Florestal
<b>Ramal Ferroviário</b>	-Construção do Ramal Ferroviário - Ferrovia Norte-Sul com a Ferroeste	<b>Saneamento Rural e Urbano</b>	-Ampliação do acesso ao tratamento de água e esgoto na região -Programa de incentivo ao armazenamento de água, construção de cisternas -Tratamento e destinação adequada dos resíduos sólidos e afluentes
<b>Aeroporto Regional do Sudoeste</b>	-Apoio Governamental estadual e federal para a integração do Sudoeste com o PR e o BR	<b>Educação</b>	-Instalação do curso de Medicina da FEDEP - Pato Branco -Parcerias entre os municípios e as instituições de ensino visando ao desenvolvimento regional -Fortalecimento da Escola do Campo -Campus da Unioeste - Fronteira
<b>Reabertura da Estrada do Colono</b>	-Apoio dos governos estadual e federal para a construção da estrada dentro dos padrões ambientais	<b>Segurança Pública</b>	-Instalação da Delegacia da PF
<b>Melhoria na Segurança Pública</b>	-Consolidação do Batalhão da Polícia Militar de Francisco Beltrão -Criação de Companhias da Polícia Militar -Apoio para instalação da Polícia Federal -Liberação alfandegária de cargas em Capanema, Santo	<b>Saúde</b>	-Instalação de Centro de Tratamento de Álcool e Drogas

	Antônio do Sudoeste -Aumento dos efetivos - Polícia Militar e Civil		
<b>Pacto Federativo</b>	-Reforma tributária -Repasse 10% para os municípios das Contribuições Sociais -Apoio para a aprovação da Emenda 29 - Saúde -Conversão do Simples Nacional em imposto Municipal	<b>Fortalecimento da Administração Pública Municipal</b>	-Reforma Tributária para o fortalecimento dos municípios -Repasse de 10% das Contribuições Sociais -Aprovação da Emenda 26 - Saúde -Aumento dos repasses do FPM de 23,5% para 25% -Programas para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos -Programa para modernização da gestão fiscal
<b>Programa Estadual e Federal para aquisição de máquinas, veículos e equipamentos</b>	-Recursos subsidiados por Governos Estadual e Federal para renovação da frota municipal -Isenção de ICMS -Isenção de IPI	<b>Programa de Industrialização e Agroindustrialização</b>	-Desenvolvimento tecnológico e Inovação -Apoio para o desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas
<b>Desenvolvimento Regional</b> <b>Habitação Rural e Urbana</b> <b>Saneamento Rural e Urbano</b>	-Apoio ao Grupo Gestor do Território do Sudoeste do Paraná e a Mesoregião Grande Fronteira do MERCOSUL -Apoio para concretização da Usina Baixo Iguaçu -Viabilização da instalação de central de comercialização do CEASA no Sudoeste -Viabilização de recursos para atualização do sistema de gestão dos municípios -Programa de habitação rural, subsidiadas para pequenos agricultores -Programa de habitação cidadã -Ampliação do atendimento do tratamento de água e esgoto da região -Viabilização de recursos para a construção de cisternas nas escolas da rede municipal	<b>Comunicação</b>	-Cidades digitais
<b>Cursos Universitários</b>	-Apoio à criação do curso de Medicina na Uniãoeste -Apoio à criação do curso de Odontologia na Uniãoeste		
<b>Centro de Atenção Psicossocial</b>	-Construção de unidade de atendimento -Programa de atendimento		

	ambulatorial e hospitalar dos usuários de álcool e drogas		
<b>Escola em Tempo Integral</b>	-Implantação gradativa do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries com a prioridade das comunidades mais carentes, (uma escola em cada município)		
<b>Meio Ambiente</b>	-Viabilização de recursos para desenvolver um projeto de meio ambiente (recursos hídricos, recuperação de mata atlântica, resíduos) para o Sudoeste do PR		

**Fonte:** AMSOP (2018), adaptação da autora

Ainda sobre as ações fomentadas pela entidade relativas à revitalização e modernização da infraestrutura viária da região, observamos a pavimentação de estradas rurais como uma categoria que se apresenta em consonância em todos os ciclos expostos na Carta do Sudoeste, de forma a constituir-se essencial dentro do contexto das comunidades. Portanto, assegurar ações direcionadas à infraestrutura, significa promover novos conceitos e paradigmas à região, a qual necessita de instrumentos mediadores para a ressignificação de condutas. Essa ressignificação ocorre por ações educativas diretas e indiretas oferecidas pelos convênios que ao acessar as comunidades, oportunizaram além do resgate de saberes, o aprimoramento de técnicas, renda e um impacto na educação das famílias.

Dando continuidade a este estudo, identificamos, além da categoria relacionada a infraestrutura da malha viária da região do Sudoeste, outros elementos que nos chamam a atenção por revelarem a amplitude das ações da AMSOP, ao contemplar setores como: ensino superior e projetos de educação ambiental que se desdobram em processos educativos de prevenção, preservação e formações que chegam à população urbana e rural<sup>32</sup>.

A seguir, colocaremos em exposição, o documento da Carta do Sudoeste (2018). É esse exercício comparativo que permite visualizarmos a amplitude das ações em relação aos anos anteriores. Isso se deu, em decorrência dos acordos e parcerias que foram fortalecidas nas esferas estaduais e regional, visitemos o documento.

<sup>32</sup> Cumpre ainda salientar que o tema relativo ao meio ambiente direcionou a organização da Carta do Sudoeste Ambiental, cuja elaboração adveio da parceria dos setores governamentais e da sociedade civil, onde a AMSOP e a Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná lideram a organização do documento, o qual culminado no Seminário Territorial, realizado na UNIOESTE-FB/PR, com a participação de 350 lideranças sudoestinas e de estudantes universitários.

**Quadro 12 - Carta do Sudoeste (documento de 2018)**

Eixos	Carta do Sudoeste 2018
<b>Infraestrutura de Transporte</b>	<p><b>Modernização da malha viária</b>                      -Agilidade na recuperação e melhoria do Corredor Sudoeste: Realeza à Palmas                      -Investimento no Corredor de Produção Avícola: Capanema, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Chopinzinho, Trevo BR 373</p> <p><b>Ligação Asfáltica</b>                      -Mariópolis a São Domingos (SC)                      -Honório Serpa à Mangueirinha</p> <p><b>Conexão Sudoeste-Oeste via Parque Nacional do Iguaçu</b>                      -Criação da Estrada - Parque Caminho do Colono</p> <p><b>Pavimentação de Estradas Rurais</b>                      -Recursos para investimento em pavimentação com pedras irregulares (estradas vicinais)</p> <p><b>Ramal Ferroviário</b>                      -Apoio para a construção do Ramal Ferroviário Sudoeste PR/Oeste SC – Interligação Ferroeste à Ferrovia Norte-Sul</p> <p><b>Conexão Aeroviária:</b>                      -Apoio para construção Aeroporto Regional do Sudoeste do PR</p> <p><b>Corredor Logístico do Mercosul</b>                      -Agilidade na Implantação alfandegária – Porto Seco nos municípios de fronteira</p>
<b>Plano de Desenvolvimento Regional Integrado - Sudoeste 2030</b>	<p>-Apoio aos programas, projetos e ações prioritárias do PDRI</p>
<b>Programa de Desenvolvimento Industrialização e Agro industrialização</b>	<p><b>Ampliação dos espaços de Ciência, Tecnologia e Inovação</b>                      -Estímulo ao processo de incubação de novas empresas                      -Apoio para o desenvolvimento de micro e pequena empresa em comoras governamentais                      -Programa de apoio e fortalecimento da agroindústria                      -Criação de incentivos à industrialização em pequenos e médios municípios                      -Investimentos e melhorias na distribuição de energia elétrica urbana e rural</p>
<b>Segurança Pública</b>	<p>-Criação da Companhia Independente da Polícia Militar em Palmas                      -Implantação da Delegacia de Polícia nas comarcas do Sudoeste                      -Instalação de núcleos da divisão de Combate a Corrupção                      -Fortalecimento do sistema de recuperação prisional – APAC</p>
<b>Assistência Social</b>	<p>-Construção de centro de referência para atendimento à mulheres em situação de risco e violência doméstica                      -Recursos para construção de Centros de Dia para Idosos                      -Suporte para a implantação do Programa Cidade Amiga do Idoso</p>
<b>Saúde</b>	<p>-Ampliação do Hospital Regional do Sudoeste, com ênfase na implantação do Serviço de Hemodinâmica                      -Implantação de Leitos UTI Pediátrica e do Banco de Leite no Hospital Regional                      -Implantação do serviço de Radioterapia no Hospital do Câncer de Francisco Beltrão                      -Implantação do Hospital Intermunicipal na microrregião de Francisco Beltrão                      -Disponibilização de recursos à implantação do CER - Centro Especializado em Reabilitação - Rede da Pessoa com Deficiência de Francisco Beltrão e Pato Branco</p>



<b>Agropecuária e Meio Ambiente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Programa de apoio e fortalecimento da agricultura familiar</li> <li>-Recursos para viabilização das atividades da EMBRAPA/UMIPTT</li> <li>-Programa de apoio à produção Agroecológica</li> <li>-Aperfeiçoamento de legislação sobre o uso e controle de agrotóxicos</li> <li>-Programa de fortalecimento do Leite do Sudoeste: parte II</li> <li>-Projetos de incentivos e energias renováveis: solar, eólica, PCH</li> <li>-Programa ambiental das bacias hidrográficas do Sudoeste</li> <li>-Aprimoramento da Defesa Sanitária</li> </ul>
<b>Educação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Recursos para a implantação da escola em tempo integral, ampliação de creches e unidades escolares</li> <li>-Parcerias entre os municípios e as instituições de ensino visando o desenvolvimento regional</li> <li>-Implantação de centros de ensino profissionalizantes em nível técnico, integrados as cadeias produtivas da região</li> </ul>
<b>Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Reforma tributária, unificação de impostos e padronização de alíquotas</li> <li>-Redução de alíquotas do IPVA</li> <li>-Isenção de ICMS e IPI para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos</li> <li>-Programa para modernização da gestão fiscal</li> <li>-Incentivos à criação de observatórios sociais</li> </ul>
<b>Saneamento Rural e Urbano</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Investimento da Sanepar em coleta e tratamento de esgoto no Sudoeste</li> <li>-Programa de incentivo ao armazenamento de água pela construção de cisternas</li> <li>-Implantação do Projeto BIO-USINA, central de tratamento de resíduos sólidos urbano</li> </ul>
<b>Comunicação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Projeto cidades digitais</li> <li>-Melhoria da qualidade de telefones móveis nos municípios do Sudoeste</li> </ul>
<b>Combate à Corrupção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Compromisso com as medidas de combate à corrupção</li> </ul>

Fonte: AMSOP (2018), adaptação da autora

Ao marcar um comparativo com a Carta anterior, percebe-se que outros serviços foram incluídos na pauta de discussões, a exemplo dos projetos de incentivos a energias renováveis: solar, eólica, PCH, programa ambiental das bacias hidrográficas do Sudoeste, Projeto Bio - Usina, central de tratamento de resíduos sólidos urbanos, projeto cidades digitais e melhoria da qualidade de telefones móveis nos municípios do Sudoeste entre outras iniciativas. São esses fatores externos que constroem um novo patamar de avanços para a região.

Importante destacarmos que os novos projetos pretendidos para o Sudoeste, precisam ser analisados para além do seu caráter singular e regional, porque eles se inserem na proposta de crescimento da América Latina marcada por reformas de gestão e tecnologias as quais a AMSOP sempre está atenta. Tanto que marcamos uma analogia entre as ações dessa instituição, com documentos internacionais a exemplo da UNESCO, que nos idos de 1997 já indicava a importância da associação de fatores externos e internos no campo educacional no seu caráter extracurricular, pois

se assume que há dimensões da realidade social que podem ser trabalhadas quantitativamente, e outras são trabalhadas com mais efetividade a partir de técnicas qualitativas onde o enfoque indaga a profundidade dos fatores que incidem os resultados aos alunos, como elementos críticos e ambientais voltados aos processos de aprendizagem, relacionamento entre docentes e alunos capazes de promover aspectos emocionais positivos; realização de atividades extracurriculares; participação dos pais, e conformações coletivas das deliberações propiciando o pertencimento do indivíduo ao grupo ou a comunidade escolar. (UNESCO, 1997, p. 15).

Nessa conjuntura, Dourado e Oliveira (2007) corroboram com a análise ao afirmarem que a associação de múltiplos fatores na formação humana, possibilita o desempenho integral dos sujeitos ao seu meio, essa junção fica evidente nos documentos da Carta do Sudoeste, em especial o documento de 2018. Isso justifica a tendência do documento de 2018 em priorizar as demandas da região, a partir do diálogo com gestores e munícipes.

Ao lançarmos uma leitura conjuntural desse processo, deparamos com as orientações lançadas pelo Laboratório Latino Americano de Avaliação da Qualidade da Educação (LLECE), e da Oficina Regional de UNESCO para a América Latina e do Caribe (1997). Para este órgão internacional, ações conjunturais propiciam a construção de processos educativos que contribuem, não apenas para o rendimento escolar, mas para o desenvolvimento de mecanismos que servem de apoio ao crescimento do meio social, de modo que o sujeito seja compreendido como indivíduos “los niños, y niñas empiezan a adquirir importância como indivíduos” (UNESCO, 1997, p. 11). O termo indivíduo, neste contexto toma significado de pertencimento e tomada de decisões.

As Cartas do Sudoeste apresentam esse perfil, pois, elas emergem das reivindicações das famílias de produtores, comerciante e gestores, visando à integração com programas cujo objetivo é o aprimoramento dos insumos e tecnologias, eficácia da produção e melhoria na qualidade de vida. De outro modo, esse processo se configura na conjugação dos fatores intra e extra escolares, categorias que serão discutidas no próximo item. A importância da discussão se justifica, pois ainda há um consenso que tais fatores estão alheios a escola.

### **3.4 A AMSOP e a valorização de fatores intra e extraescolares para o avanço educacional no Sudoeste do Paraná**

Neste item, a partir do esforço decorrente do processo de identificação das ações da AMSOP, analisamos de modo mais conceitual os fatores intra e extraescolares, pois, segundo Dourado e Oliveira (2007), Lacruz (2019) e UNESCO (1997), são indissociáveis, o que permite melhorias na educação além de fomentar políticas públicas de qualidade e equidade.

No que se refere à aproximação das dimensões intra e extra escolares, a AMSOP através das suas iniciativas, prioriza melhoria de fatores como: gestão das finanças nos municípios, direcionando-as para o setor educacional por meio de recursos e financiamento, políticas e gestão escolar; incentivo à melhoria de estradas da região, que perfazem investimentos de manutenção e extensão do Corredor Rodoviário e Corredor Aviário, usados para o escoamento da produção local e para atender o transporte escolar, garantindo não só a segurança no transporte, mas o acesso, a permanência, e sobretudo, serve de ferramenta para a redução da evasão escolar ao longo dos últimos anos. Complementa essa dinâmica, a capacitação dos trabalhadores rurais através da Casa Familiar Rural,<sup>33</sup> que oferta cursos profissionalizantes, formação gerencial e humana para os pais de alunos das comunidades rurais.

Estas ações indiretas promovidas pela AMSOP e fomentadas pelas Cartas do Sudoeste culminam em vias pelas quais as melhorias refletem na educação como em toda sociedade sudoestina. Também na correlação dos fatores intra e extraescolares; Dourado e Oliveira (2007) defendem que este processo faz avançar em direção às dinâmicas pedagógica, econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade ou região.

Um conjunto de determinantes que incidem, nesse processo educacional, no âmbito das relações mais amplas, envolvendo questões macroestruturais, com concentração de renda, desigualdade social, educação como um direito, entre outras. Envolve igualmente, questões concernentes a análise de sistemas de unidades escolares, bem como ao processo de organização e gestão do trabalho escolar, que implica questões como condições de trabalho, processos de gestão da escola, dinâmica curricular, formação e profissionalização docente. Em outras palavras, é fundamental ressaltar que a educação se articula a diferentes dimensões e espaços da vida social sendo, ela própria, elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas. A educação, portanto, é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica pedagógica, econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade. (DOURADO; OLIVEIRA, 2007, p. 45).

A partir da perspectiva de educação perpassada por diferentes dimensões e fenômenos diferenciados apresentados pelos autores, o campo da educação e a escola passam a compor o cenário, exigindo programas e projetos voltados para além do acesso e permanência escolar.

---

<sup>33</sup>A casa familiar rural é uma instituição de educação profissional fundada em 2002 e que oferece formação de qualidade a jovens de 14 a 18 anos, residentes na zona rural e filhos de agricultores, e tem como propósito estimular-lhes a permanência no campo e na agricultura familiar. Na região do Sudoeste, as unidades serão administradas e financiadas pelos municípios. Disponível em: <https://www.jornaldebetrato.com.br/noticia/247647/casa-familiar-rural-sera-responsabilidade-dos-municipios->. Acesso em: 11 dez. 2019.

Esta dinâmica abre espaço para o fomento de ações que viabilizem a melhorias no tocante ao ensino e a aprendizagem através do desenvolvimento de políticas públicas que promovam a qualidade desse setor que reúne tantas realidades e articulações diferenciadas.

As ações extraescolares envolvendo dois níveis: o espaço social e as obrigações do Estado. O primeiro refere-se, sobretudo, à dimensão socioeconômica e cultural dos entes envolvidos (influência do acúmulo de capital econômico, social e cultural das famílias e dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem); a necessidade do estabelecimento de políticas públicas e projetos escolares para o enfrentamento de questões como fome, drogas, violência; a consideração efetiva da trajetória e identidade individual e social dos estudantes, tendo em vista o seu desenvolvimento integral e, portanto, uma aprendizagem significativa; o estabelecimento de ações e programas voltados para a dimensão econômica e cultural, bem como aos aspectos motivacionais que contribuem para a escolha e permanência dos estudantes no espaço escolar, assim como para o engajamento em um processo de ensino aprendizagem exitoso. O segundo diz respeito à dimensão dos direitos dos cidadãos e das obrigações do Estado, cabendo a este último ampliar a obrigatoriedade da educação básica; definir e garantir padrões de qualidade, incluindo a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; definir e efetivar diretrizes nacionais para os níveis, ciclos e modalidades de educação ou ensino; implementar sistema de avaliação voltado para subsidiar o processo de gestão educativa e para garantir a melhoria da aprendizagem; implementar programas suplementares, de acordo com as especificidades de cada Estado e Município, tais como: livro didático, merenda escolar, saúde do escolar, transporte escolar, recursos tecnológicos, segurança nas escolas. (DOURADO; OLIVEIRA, 2007, p. 130).

Diante da perspectiva apresentada pelos autores, o que se consta é uma aproximação gradual das ações da AMSOP com o campo educacional, principalmente aquelas expostas nas “Cartas do Sudoeste”, mesmo sendo elas, classificadas como dimensão extraescolar. Tomamos como exemplo a melhoria na malha viária, que possibilita o transporte rural de qualidade, e, conseqüentemente a inclusão e igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Outro ponto a ser destacado é o estabelecimento de políticas públicas que implementam programas voltados a merenda escolar para a educação básica, oriunda da agricultura regional familiar. Diante destas abordagens relativas à melhoria da qualidade da educação contempladas em ações mais amplas tendo em vista a amplitude de dimensões do campo, analisamos o relatório sobre educação e desenvolvimento da UNESCO realizado em 1997, onde já mencionava a importância de valorização do campo extraescolar no estabelecimento de metas para a igualdade educacional partindo de ações para promoção a formação integral dos estudantes.

As orientações apontadas pelo Relatório da UNESCO corroboram com a contribuição de Dourado e Oliveira (2009) sobre a indissociabilidade dos fatores extra e intraescolares. Salientamos que para os autores cada um desses fatores são ferramentas que conseguem traçar perfis diferenciados tanto de escolas como de redes de ensino, e especificamente sobre a perspectiva intraescolar, essa dimensão pode ser compreendida por meio de 4 (quatro) planos de análise, conforme Quadro 13.

### **Quadro 13 - Dimensões intraescolares**

<b>Dimensões intraescolares: Dourado e Oliveira (2009)</b>
<p><b>O plano do sistema - condições de oferta do ensino</b>  Segundo os autores, a garantia de instalações estruturais gerais promove qualidade. O ambiente escolar adequado à realização de atividades de ensino, lazer e recreação, práticas desportivas e culturais, reuniões com a comunidade etc.; equipamentos em quantidade, qualidade e condições de uso adequadas às atividades escolares; biblioteca com espaço físico apropriado para leitura, laboratórios de ensino, informática, brinquedoteca. Outro serviço relevante é o de apoio ao apoio e orientação aos estudantes; condições de acessibilidade e atendimento para portadores de necessidades especiais; ambiente escolar dotado de condições de segurança para alunos, professores, funcionários, pais e comunidade em geral; programas que contribuam para uma cultura de paz na escola; definição de custo-aluno anual adequado que assegure condições de oferta de ensino de qualidade.</p>
<p><b>O plano de escola - gestão e organização do trabalho escolar</b>  Os autores apresentam a escola organizada frente a finalidade do trabalho pedagógico; <u>planejamento, monitoramento e avaliação</u> dos programas e projetos, sendo que a organização do trabalho escolar compatível com os objetivos educativos, tendo em vista a garantia da aprendizagem dos alunos como mecanismos adequados de informação e de comunicação entre os todos os segmentos da escola. Nesse quesito, os autores <u>reforçam o fator gestão democrático-participativa, incluindo condições administrativas, financeiras e pedagógicas; mecanismos de integração e de participação dos diferentes grupos e pessoas nas atividades e espaços escolares</u> associando o perfil de formação do dirigente da escola, incluindo formação em nível superior, forma de provimento ao cargo e experiência; projeto pedagógico coletivo da escola que contemple os fins sociais e pedagógicos da escola, a atuação e autonomia escolar, as atividades pedagógicas e curriculares, os tempos e espaços de formação; disponibilidade de docentes na escola para todas as atividades curriculares; definição de programas curriculares relevantes aos diferentes níveis, ciclos e etapas do processo de aprendizagem; métodos pedagógicos apropriados ao desenvolvimento dos conteúdos; processos avaliativos voltados para a identificação, monitoramento e solução dos problemas de aprendizagem e para o desenvolvimento da instituição escolar; tecnologias educacionais e recursos pedagógicos apropriados ao processo de aprendizagem; planejamento e gestão coletiva do trabalho pedagógico; jornada escolar ampliada ou integrada, visando à garantia de espaços e tempos apropriados às atividades educativas; mecanismos de participação do aluno na escola; valoração adequada dos usuários no tocante aos serviços prestados pela escola.</p>

**O plano do professor - formação, profissionalização e ação pedagógica**

Os autores reforçam o perfil docente: titulação/qualificação adequada ao exercício profissional; vínculo efetivo de trabalho; dedicação a uma só escola; formas de ingresso e condições de trabalho adequadas; valorização da experiência docente; progressão na carreira, por meio da qualificação permanente e outros requisitos; políticas de formação e valorização do pessoal docente: plano de carreira, incentivos, benefícios; definição da relação alunos/docente adequada ao nível, ciclo ou etapa de escolarização; garantia de carga horária para a realização de atividades de planejamento, estudo, reuniões pedagógicas, atendimento a pais etc.; ambiente propício ao estabelecimento de relações interpessoais que valorizem atitudes e práticas educativas, contribuindo para a motivação e solidariedade no trabalho; atenção/atendimento aos alunos no ambiente escolar.

**O plano do aluno - acesso, permanência e desempenho escolar**

O acesso e condições de permanência adequadas à diversidade socioeconômica e cultural e à garantia de desempenho satisfatório dos estudantes convergem com a visão de qualidade que os pais e estudantes têm da escola e que levam os estudantes a valorarem positivamente a escola, os colegas e sobre tudo os professores. Os processos avaliativos, centrados na melhoria das condições de aprendizagem, que permitam a definição de padrões adequados de qualidade educativa focados no desenvolvimento dos estudantes contribui para a percepção positiva dos alunos quanto ao processo de ensino-aprendizagem, às condições educativas e à projeção de sucesso no tocante a trajetória acadêmico-profissional.

**Fonte:** Dourado e Oliveira (2009), adaptação da autora

Como o leitor deve ter percebido, nosso esforço até aqui foi mostrar que a escola não pode ser analisada fora do contexto social, político econômico e ideológico, que de algum modo a constitui. Isso implica compreendermos efetivamente a dinâmica das ações extra e intraescolares, e neste sentido a AMSOP, comunga com esta perspectiva, muitas vezes despercebida aos olhos do senso comum.

Neste interim, vale sinalizarmos que as ações da entidade no campo intraescolar convergem com os planos mostrados no quadro acima, especialmente, aqueles intitulados por Dourado e Oliveira (2009) como: “O plano do sistema - condições de oferta do ensino; O plano de sistema e organização dos trabalhos escolares; e Plano do aluno - acesso, permanência e desempenho escolar”. Essa constatação pode ser conferida ao longo dos 5 (cinco) ciclos, a partir dos quais se organizaram as Cartas do Sudoeste, mais especificamente no Quadro 9 (p. 91), Quadro 11 (p. 100), Quadro 12 (p. 104), e ainda no Quadro 16 (p. 114), deste capítulo.

Feitas essas considerações, a seguir focaremos mais especificamente no protagonismo da AMSOP sobre as questões educacionais. Toma-se aqui as ações da entidade, as quais contribuíram em vias diretas e indiretas para a melhoria da qualidade da educação.

### **3.5 O protagonismo da AMSOP na melhoria da qualidade da educação no Sudoeste do Paraná: considerações a partir do IDEB**

Apresentados os documentos das Cartas do Sudoeste e a categorização das dinâmicas intra e extraescolares, julgamos oportuno encaminharmos para as análises relativas ao último item desse capítulo, fechando a presente dissertação. O que se pretende neste item é discutir a hipótese central da pesquisa, ou seja, a correlação das ações efetivadas pela AMSOP com a melhoria da qualidade da educação na Região.

Todavia, vale lembrar que não concebemos esse processo de forma linear, pois, a efetivação das ações da entidade em parceria com as gestões municipais, estaduais e federais seguem o ciclo das políticas em seus contextos macros. As políticas são elaboradas, analisadas e executadas em um todo social, em diferentes totalidades que expressam relações de poder e disputas de agendas, nacionais e internacionais.

Este conjunto de elementos indica que não há uma linearidade de percurso nas ações da AMSOP, porque políticas não são implementadas diretamente em direção à prática.

O processo de traduzir políticas em práticas é extremamente complexo; é uma alternância entre modalidades. A modalidade primária é textual, pois as políticas são escritas, enquanto que a prática é ação, inclui o fazer coisas. Assim, a pessoa que põe em prática as políticas tem que converter/transformar essas duas modalidades, entre a modalidade da palavra escrita e a da ação, e isto é algo difícil e desafiador de se fazer. E o que isto envolve é um processo de *atuação*, a efetivação da política na prática e através da prática. É quase como uma peça teatral. Temos as palavras do texto da peça, mas a realidade da peça apenas toma vida quando alguém as representa. (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 305, grifo dos autores).

Destarte, as proposições feitas nas Cartas do Sudoeste e os projetos pretendidos para a região se defrontam com variáveis sociais, econômicas, políticas e ideológicas, justificando a consolidação, expansão ou não de projetos e programas, especialmente no campo da educação. A propósito, reiteramos que a identificação da melhoria da qualidade da educação, se dará pelos dados do IDEB, em conjunto com as ações extras e intraescolares que constroem esse setor. Isso ocorre pelos limites do próprio índice, justamente porque as políticas não são lineares, assim, os dados do IDEB, ainda que não possam revelar a totalidade da escola, eles servirão nesta pesquisa para traçarmos um comparativo, partindo das análises de evolução com a linha temporal das ações da AMSOP entre os anos de 2007 a 2019.

Especificando sobre os índices da avaliação em larga escala no Brasil, até 2006, o valor de referência estava no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Em 2007 um

novo formato foi estruturado, qual seja, o Índice Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Este processo foi impulsionado pela intensificação dos acordos internacionais que por meio das suas orientações, reforçavam a necessidade de se compor sistemas de avaliação em larga escala, como forma de modernização do setor educacional, e o Índice de desenvolvimento da Educação Básica, se consolida como a mais nova referência para a mensuração da qualidade da educação.

O IDEB, elemento central do PDE, é calculado a partir dos resultados da Prova Brasil e do fluxo escolar indicado pelo censo educacional. O IDEB não apenas situa o nível alcançado pela escola e pela respectiva rede de ensino, mas, no contexto do PDE e do Compromisso Todos Pela Educação, possibilita o exercício de prospecção de metas a serem alcançadas em direção à melhoria da qualidade de ensino, tendo em vista um nível considerado mínimo a ser atingido em 2021, o que converge com a perspectiva temporal do movimento Todos Pela Educação. Ora, a criação do IDEB só foi possível mediante as informações oferecidas pela Prova Brasil. Mas a articulação de dados oriundos do Censo e da Prova Brasil permitiram a construção de um indicador que se torna meta a ser obtida pelos sistemas de ensino. (WERLE, 2011, p. 787).

Do ponto de vista metodológico do sistema oficial de avaliação atuante globalmente estabelece metas e provas a cada dois anos, e os países precisam alcançar a média 6,0 em seus resultados. Essa avaliação atua no Brasil verificando o desempenho dos estudantes ao final das etapas de ensino, ou seja, no 5º e 9º ano do Ensino Fundamental, e no 3º ou 4º ano do Ensino Médio, e objetivando atingir metas, a exemplo do item 7 (sete) do PNE: “Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB”. De acordo como MEC, até o ano de 2022, o Brasil deve seguir as metas do Quadro 14 a seguir:

**Quadro 14 - Metas PNE para o Brasil até 2022**

<b>Níveis de Ensino</b>	<b>Metas</b>
Ensino Fundamental Anos Iniciais	6,0 pontos
Ensino Fundamental Anos Finais	5,5 pontos
Ensino Médio	5,2 pontos

**Fonte:** elaborado pela autora

Cumpramos ressaltar que as pontuações correspondem à média do sistema educacional de países desenvolvidos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico



(OCDE), como Suécia, Inglaterra e Canadá. Atualmente, as notas obtidas nas respectivas etapas de ensino são as descritas no Quadro 15.

**Quadro 15 - Metas da OCDE**

<b>Níveis de Ensino</b>	<b>Metas</b>
Ensino Fundamental Anos Iniciais	5,9 pontos
Ensino Fundamental Anos Finais	4,9 pontos
Ensino Médio	4,2 pontos

**Fonte:** elaborado pela autora

No Brasil, esta realidade regulatória, a exemplo do que ocorreu em grande parte da América Latina e do Caribe, se consolida então com o IDEB. Segundo Beech (2009, p. 46), estes índices mudam “[...] o perfil de avaliação se transforma em uma ferramenta analítica que pauta políticas públicas de maneira a estabelecer parâmetros oficiais para definir o que se convencionou de qualidade na educação em todo o território nacional”.

Desde então, o sistema brasileiro examina escolas e estudantes das redes públicas e privadas, em áreas rurais e urbanas, matriculados nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e que estão concluindo o ensino médio. Relembramos que o IDEB contempla todo o contexto ideológico e político do país e muitas vezes seus dados são utilizados na perspectiva de padronizar os resultados obtidos em nível nacional, com orientações internacionais a exemplo das metas expostas no Programme for International Student Assessment (PISA).

Ou seja, é um desenho da avaliação nacional, ou ainda, um padrão oficial daquilo que deveria ser considerado fundamental na aprendizagem ao final de cada ciclo de escolarização, conforme esclarece Lacruz (2019, p. 15):

As análises diagnósticas oferecidas pelo SAEB representavam um problema político e gerencial. Isso porque, mesmo possibilitando o monitoramento panorâmico das redes escolares, o planejamento de políticas públicas e a orientação de tomadas de decisões, os resultados dessa avaliação ainda representavam uma ferramenta com baixo nível de interferência na vida escolar (ZAPONI; VALENÇA, 2009), situação que gerou certa percepção de que a implementação de formas de avaliação que particularizassem os resultados da análise poderia ser uma estratégia eficaz na identificação dos atores responsáveis pelo sucesso ou pelo fracasso escolar. Os resultados dessa prova bianual são apresentados nominalmente por escola em conjunto com indicadores sobre o contexto escolar.

Desse modo, há duas maneiras de conceber os índices do IDEB. A primeira, está no aspecto gerencial, comparativo e meritocrata de avaliar. A segunda, identifica a avaliação como processo, pois, os índices servem como apontamentos para retomada e revisão da gestão pública, reorganização dos espaços pedagógicos, claro, é nesta perspectiva que nos amparamos para analisar os dados do IDEB dos 42 (quarenta e dois) municípios signatários da AMSOP e que serão expostos mais à frente nessa pesquisa.

Feitas essas considerações mais teóricas, encaminhamos para análise dos dados do IDEB nos municípios atendidos pela AMSOP e nesta dialética é que se encontra a difícil tarefa de identificar os avanços que ocorreram em paralelo e associados às ações intra e extraescolares fomentadas e executadas pela entidade ao longo do recorte proposto nesta dissertação.

E neste interm uma questão é pertinente: em que medida conjuntamente estas ações contribuíram para a melhoria dos índices do IDEB dos municípios signatários da AMSOP? Muito embora a entidade não fomente diretamente a eficácia da escola, seu rendimento enquanto unidade escolar, e tão pouco age nos aspectos das variantes contextuais intraescolares, suas ações se constituem como extraescolares porque orbitam a escola, favorecendo de modo mais amplo o campo da educação.

Esse processo permite caminhar para resposta da hipótese inicial de que, a AMSOP influência nos resultados do IDEB de seus municípios associados, para isso, o Quadro 16 expõe a forma como a AMSOP se aproxima da escola, dos docentes e ainda dos conselhos normativos educacionais, abrindo o espaço ao debate das realidades regionais e das demandas enfrentadas em cada município, ou ainda, em cada núcleo de ensino existente no Sudoeste do PR, conforme Gráfico 4, favorecendo a análise de dados que contribuem para a formulação de estratégias que permitam melhorias nos resultados de cada núcleo de ensino.

**Quadro 16 - Ações da AMSOP direcionadas para o campo da educação básica**

<b>Educação: Carta do Sudoeste</b>	<b>Ano</b>	<b>Educação: AMSOP</b>	<b>Temas de treinamentos efetuados pela AMOSP</b>	<b>Ano</b>
<b>Expansão da Unioeste - FB/PR</b>	2002	Cursos Políticas de Planejamento e Financiamento	Monitoramento Avaliação do PME Piso salarial Plano de Ações Articuladas (PAR) Financiamento da Educação Básica	2016

<b>Manutenção da Casa Familiar Rural</b>	2002	Cursos Políticas de Planejamento e Financiamento	-Plano Plurianual -Lei Diretriz Orçamentária (LDO) -Lei Orçamentaria Anual (LOA) -Plano de Ação Articulada -FUNDEB -Piso Nacional do Magistério – Lei nº 11.738/2008 -Ensino Fundamental Integral -Da Educação Infantil -Da Educação Especial	2016
<b>Programa de Transporte Escolar</b>	2002	Projeto de Gestão Escolar	-Assistência e desbloqueio do PAR -Monitoramento das obras da educação -Termo de adesão ao Projeto Educação Continuada com o Convênio Parque Itaipu	2018
<b>Escola em Tempo Integral</b>	2006	Organização da Educação Municipal	-Sistema Municipal de Ensino -Conselho de Educação	
<b>Transporte Escolar</b>	2006	Gestão de Prestação de Contas dos Recursos da Educação		
<b>Expansão da UTFPR - Pato Branco</b>	2006	Financiamento da Educação, Gestão, Transparência e Controle Social		
<b>Expansão Unioeste e Transformação da Unicentro de Campus Avançado para Campus Universitário</b>	2006	BNCC	-Etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental -Referencial Curricular	
<b>Estrutura Física das Escolas Municipais</b>	2006	Gestão de Recursos Humanos na Educação	-FUNDEB -Piso Salarial -Plano Nacional de Educação -Resoluções do Conselho Nacional de Educação -Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério - estrutura da carreira, progressões na carreira, remuneração	
<b>Fortalecimento das Casas Familiares Rurais</b>	2006			
<b>Cursos Profissionalizantes</b>	2006			
<b>Escolas em Tempo Integral</b>	2010			
<b>Unioeste - Curso de Medicina e Apoio à Odontologia</b>	2010			

<b>Recursos Governamentais para Implantação Escola em Tempos Integral</b>	2014			
<b>Instalação do Curso de Medicina na FADEP - Pato Branco</b>	2014			
<b>Fortalecimento das Escolas do Campo</b>	2014			
<b>Campus da Unioeste - Região Fronteira</b>				
<b>Recursos Governamentais para Implantação Escola em Tempos Integral</b>	2018			
<b>Implantação de Centros de Educação Profissional em Níveis Técnicos Integrados à Cadeia Produtiva da Região</b>	2018			

Fonte: AMSOP (2018), adaptação da autora

Segundo Lacruz (2019), o conceito deste formato de atuação é compreendido como macroestruturais ou exógenos, ou ainda, segundo Dourado e Oliveira (2018) extraescolares. Entretanto, independentemente de sua nomenclatura, destacamos a capacidade destes esses elementos no tocante a avaliação no campo da educação, sem falar que promovem um olhar mais adequado para o desempenho, porque aproxima as distorções e especificidades intra e extraescolares, advindas de realidades sociais e políticas que impactam resultados, a exemplo disso os projetos e programas apontados no Quadro 16; como dos pedidos inseridos ao longo dos 5 (cinco) ciclos das Cartas do Sudoeste, onde as ações externas fomentadas pela AMSOP propiciaram melhorias estruturais e para o campo educacional.

De acordo com Dourado e Oliveira (2019), analisar os elementos extraescolares, significa observar contextos que emergem de realidades sociais distintas e plurais, as quais apontar o progresso dos alunos e sua inserção na escola, seja na educação básica, como no ensino médio; a regularidade do aluno na escola relacionando fatores de reprovação e evasão em razão da idade-série é salutar para a compreensão acerca dos elementos extraescolares que compõe a vida escolar.

Nessa mesma esteira, as considerações de Lacruz (2019) elencam as variáveis extraescolares como relevantes para a investigação acerca da eficácia escolar, e salienta a relevante a investigação no tocante ao campo familiar, aspectos como renda, escolaridade e

grau de participação dos pais e ou responsáveis junto a gestão escolar; como promover a investigação no campo de relacionamento entre docente e discente como fatores que contribuem nas análises da eficácia escolar.

Mais uma vez convidamos o leitor a retomar os dados do Quadro 16, onde podemos identificar fatores que agregam diferentes níveis de ensino e ultrapassam o entorno escolar. Neste quadro, podemos observar políticas mais amplas que acarretaram mudanças significativas para a região do sudoeste do Paraná e que visam responder as necessidades efetivas de cada realidade educacional, a exemplo do apoio a educação no campo; a ampliação da educação integral; a melhoria na estrutura física das unidades escolares; como também a constituição e revisão dos planos de cargos e salários e a luta pela defesa do piso salarial; ações estas que se desencadeiam e se materializam em leis, o que culmina na valorização do docente na região.

No tocante à valorização do docente, resta lembrar as considerações de Lacruz (2019) que o docente possui relação direta com a taxa de abandono escolar e no nível de analfabetismo. Se observamos as ações expostas no Quadro 16, notadamente identificamos atenção reforçada para a carreira docente e de processos de formação, servindo de instrumento capaz de oferecer novas perspectivas às realidades plurais relativas a educação e ainda, se constituir em vetores para a implementação de políticas públicas específicas, que de acordo com Lacruz (2019) ao se identificar demandas individualizadas é possível responder às dificuldades e buscar políticas públicas mais pontuais.

Chamamos a atenção também ao item referente a “Cursos Políticas de Planejamento e Financiamento”, do Quadro 16. Embora apresente um caráter amplo, este elemento teoricamente classificado como, ou melhor, extraescolar, serve de ferramenta analítica para esta dissertação, uma vez que favorece o campo da educação que precisa de planejamento e recursos financeiros, como de políticas efetivas que consigam traçar perfis e classificar o rendimento das redes municipais de ensino, identificando vias que melhor contribuem para a educação básica na região do Sudoeste do Paraná.

Isso significa que a educação não é um setor que não pode estar isolado dos demais, isso seria trazer à tona a meritocracia, dispersando o papel do Estado e das políticas para o setor educacional. E nesta união de fatores, sejam eles exógenos ou endógenos emergem mudanças significativas e que atingem a todo território do Sudoeste do Paraná, e estas mudanças encontram-se previstas e são reafirmadas em documentos da UNESCO (1997, p.

16) como fatores contextuais extraescolares que “promovem o desempenho escolar que funcionam como parte importante do capital social e cultural de comunidade”.

E assim, considerando esta união de forças entre o capital social e cultura que a educação representa além de mudança política, aborda ao mesmo tempo aspectos comportamentais e conceituais em relação ao trabalho, à produção e à formação humana. Neste sentido, os dados do IDEB, somam-se a uma estrutura ampla, e não singular do que representa os processos de ensino e de aprendizagem no Sudoeste do Paraná.

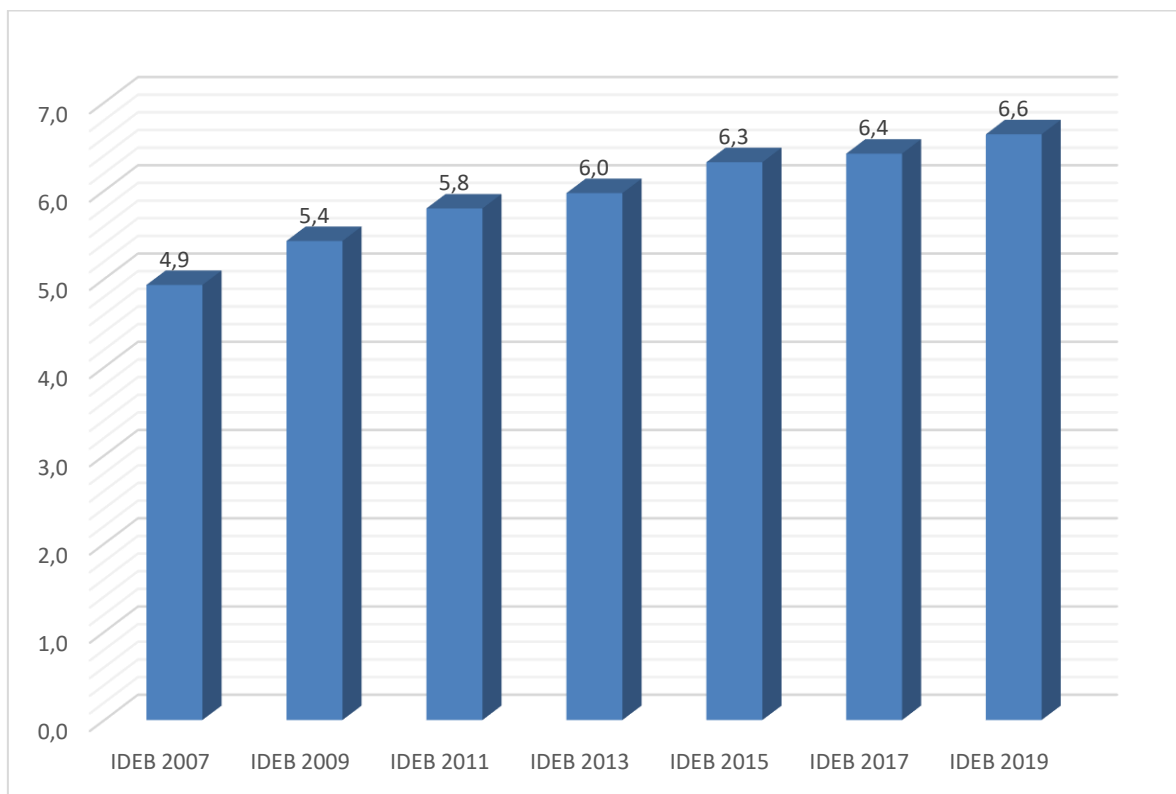
Especificamente sobre a análise dos resultados do IDEB nos 42 (quarenta e dois municípios) signatários dos acordos da AMSOP, ressaltamos que a análise dos dados serão reinterpretados, primeiramente, no sentido de demonstrar seu caráter comparativo e horizontal da evolução temporal do IDEB, o qual de dois em dois anos avalia o desempenho escolar dos municípios do Sudoeste do Paraná.

Ou seja, a primeira demonstração refere-se a média geral dos indicadores levando em consideração a evolução temporal do IDEB dos municípios signatários a AMSOP, os quais se encontram organizados em ordem alfabética para melhor organizar a exposição de dados. Em segundo plano, porém não menos importante, apresentamos a classificação dos municípios signatários da entidade por maior indicador (%) na evolução temporal dos dados, apontando os municípios que apresentaram maior rendimento, como os municípios que apresentaram menor rendimento nos anos investigados.

Ressaltamos que o marco temporal fixado neste item, perfaz os anos de 2007 a 2019, totalizando 12 (doze) anos de avaliação, levando em conta o ano da criação do IDEB no Brasil e os primeiros anos da criação das Cartas do Sudoeste do Paraná, lembrando ao leitor que este documento foi criado pela AMSOP voltado a atender questões relacionadas ao desenvolvimento e a educação no Sudoeste do Paraná.

Dando continuidade à proposta de análise dos resultados, observamos o Gráfico 2 que expõe a média geral aferida dos resultados do IDEB dos municípios que compõe a AMSOP. Neste gráfico, identificamos a incidência de uma crescente evolução nos dados no período de 2007 a 2019, e assim por meio destes dados, tem-se uma melhoria na qualidade da educação, de maneira que o IDEB da região se apresenta em ascensão, respondendo às orientações do MEC e PNE descritas no Quadro 14, atingindo as médias relativas às orientações da OCDE, conforme Quadro 15 (p. 113). Ou seja, os resultados obtidos através da média geral do IDEB na região, correspondem às metas nacionais e internacionais a serem atingidas até o ano de 2022.

**Gráfico 2 - IDEB média geral aferida entre os municípios signatários da AMSOP nos anos de 2007 e 2019**



**Fonte:** INEP (2019), adaptação da autora.

Numa análise mais generalista, percebemos pelo Gráfico 2 que houve melhora no IDEB na região, o que converge tanto aos preceitos internacionais, como às ações expostas nas Cartas do Sudoeste, descritas nos Quadros 9 (p. 91), 11 (p. 100), 12 (p. 104) e ainda das ações extraescolares do Quadro 16 (p. 114). Esses quadros demonstram os crescentes investimentos da AMSOP na região, bem como na educação de maneira a complementarem os resultados do IDEB.

Foi desenvolvido um intenso trabalho de assessoria e consultoria, visando melhorias nos sistemas municipais de tecnologias da informação, como treinamentos e consultorias voltadas a promoção de melhorias econômicas, sociais e ambientais das propriedades rurais a serem beneficiadas advindas de projetos envolvendo o fornecimento de equipamentos e capacitação para o aperfeiçoamento na adoção de novas tecnologias de transformação, para aprendizagem de mecanismos de acesso ao mercado consolidando a abertura de novas cadeias de produção na região. (AMSOP, 2008).

Conforme salientamos, esta pesquisa traçou a média geral dos resultados do IDEB em ordem alfabética dos entes signatários da entidade, visando com isso identificar saltos qualitativos a partir da evolução temporal dos resultados do IDEB e por consequência, aferir a

incidência de melhorias no que concerna à qualidade da educação na região do Sudoeste do Paraná. Recordamos o leitor que ao acessar esta leitura, os dados relativos à avaliação em larga escala não podem ser considerados verdades absolutas, pois, intrínsecos a eles, estão os fatores internos e externos da escola, dinâmica muito bem explicada ao longo do texto.

Cientes deste fator, os dados que compõem o presente item, estão materializados em tabelas e gráficos e apresentados ao longo do texto e são fundamentais uma vez que o objetivo desta pesquisa é correlacionar as ações da AMSOP com o desenvolvimento e a melhoria da educação no Sudoeste do Paraná. Dando sequência à análise dos dados coletados ao longo destes 2 (dois) anos de pesquisa, apresentamos a Tabela 2 (Apêndice B, p. 141) que, apesar de sua amplitude, demonstra a evolução temporal classificatória do maior indicador dos 42 (quarenta e dois) municípios da região do Sudoeste do Paraná, lembrando que o lapso temporal desta análise compreende os anos de 2007 a 2019.

Chamamos atenção para os dados apresentados na Tabela 2 (Apêndice B, p. 141) associada ao Gráfico 1A (Apêndice C, p. 143), nos quais a classificação dos municípios por maior indicador, destaca o ente municipal de Pinhal de São Bento, entre os demais municípios da região como o ente que, dentro do lapso temporal apresentou maior desempenho, ou seja, 69,0% (sessenta e nove por cento) de crescimento ao longo dos 12 (doze) anos analisado. O resultado apresentado na Tabela 2 (Apêndice B, p. 141), representa um salto qualitativo no IDEB em relação aos indicadores de municípios circunvizinhos como Manfrinópolis (47,7%), Salgado Filho (39,9%), Ampére (28,8%), Francisco Beltrão (28,8%) e Santo Antônio do Sudoeste (16,7%).

Destacamos que Pinhal de São Bento, mesmo se tratando de um ente municipal, cuja emancipação aconteceu há menos de 15 (quinze) anos, apresenta um crescimento econômico e educacional que pode estar associado ao período em que as ações da AMSOP estavam sendo estruturadas na região, a exemplo da implantação de convênios e programas com instituições, como EMBRAPA, EMATER, IAPAR e SEBRAE, visando promover a ampliação e o fortalecimento da cadeia de produção dos municípios.

Este é um dos objetivos que balizam as ações da entidade, isto é, fomentar a ampliação de setores de produção da região de maneira a promover o desenvolvimento e o crescimento econômico dos municípios do Sudoeste do Paraná, pois “os setores que mais cresceram em Pinhal de São Bento, além da indústria de confecções, são as empresas de laticínios, metalurgia, e a questão da agricultura que é distribuída no cultivo de sementes e cereais, leite, fumo e outras pequenas culturas”. (PINHAL DE SÃO BENTO, 2018).



Ao analisarmos os dados do IDEB dos municípios apontados na Tabela 2 (Apêndice B, p. 141), em consonância com as ações internas e externas da AMSOP se justifica, pois, a conjuntura desse processo é que nos aproxima dos fatores que, de antemão, já foram apresentados como elementos que podem estar associados nesse processo analítico e concernente à qualidade da educação no Sudoeste do Paraná. Todavia, as análises dos resultados do IDEB dos municípios signatários da entidade não serão tomados como via de mão única para saber se a educação está sendo qualitativa ou não.

Conveniente destacarmos que a presente dissertação, além de essencializar as métricas oficiais adotadas, intenta através da classificação dos municípios por maiores indicadores (Apêndice B), promover a investigação de fatores externos, ou melhor, extraescolares fomentados pela AMSOP, os quais podem servir de instrumentos para novas perspectivas frente às realidades plurais próprias a cada município da região.

Os dados aqui apresentados nos ajudam a pensar em novos posicionamentos ou o que fazer com tais dados, como analisa Zakia (2020), “difundir os resultados das avaliações é um passo importante para potencializar seu uso pelas escolas” ou como considera Luckesi. (2002, p. 118):

A avaliação está no ato de planejar e de executar; por isso, contribui em todo o percurso da ação planejada. A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político social, como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção [...] A avaliação é uma ferramenta da qual o ser humano não se livra. Ela faz parte de seu modo de agir e, por isso, é necessário que seja usada da melhor forma possível.

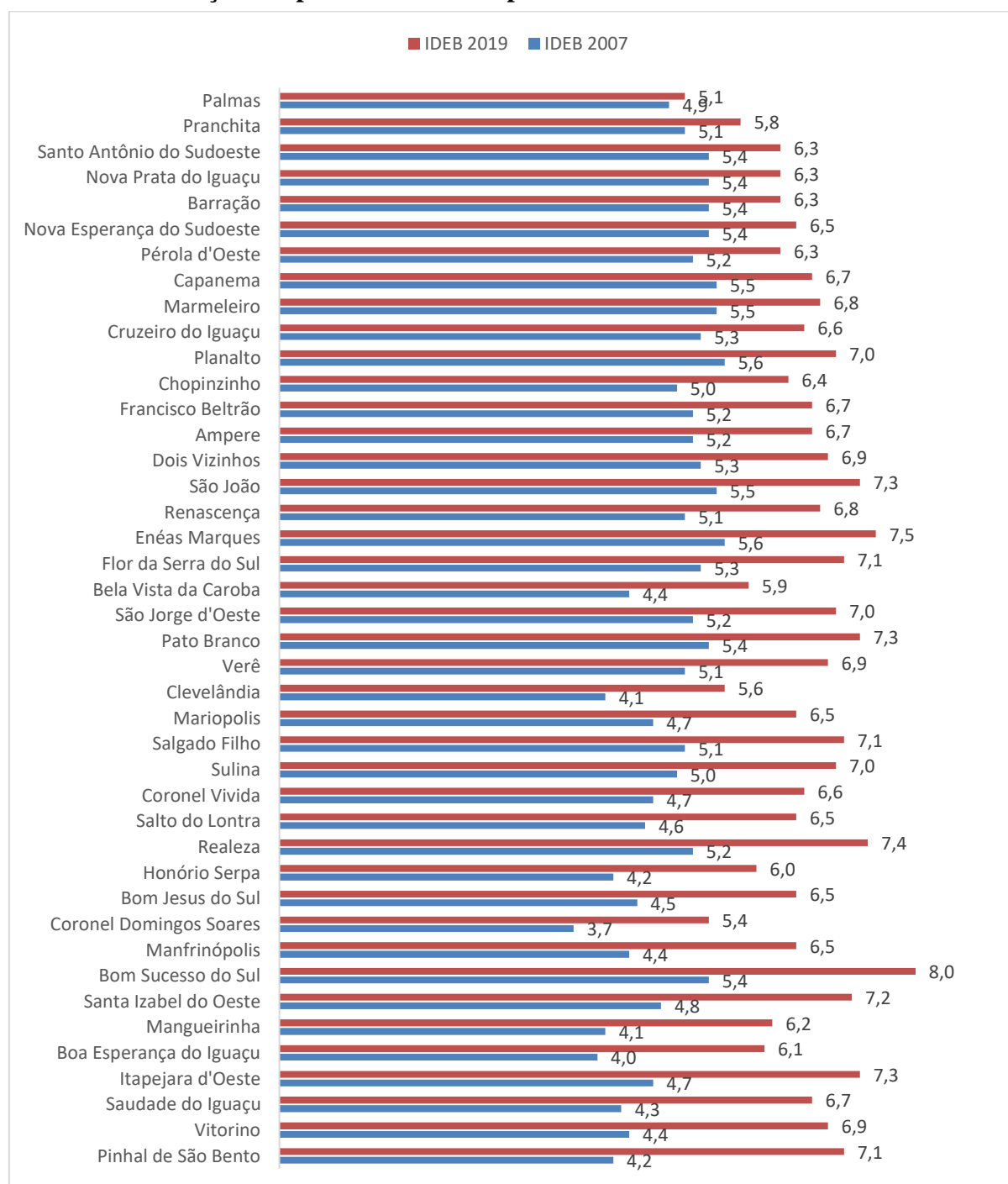
Ao encontro desse processo de ações articuladas pela AMSOP, percebemos que as Cartas do Sudoeste e as demais ações executadas regionalmente, tendem a considerar os diferentes elementos que fazem a educação, pois, não se faz uma boa educação sem estradas, formação de professores, apoio à agricultura familiar, ou sem ações que promovem capacitação as comunidades rurais da região, entre outros já destacados até aqui.

Pensando nos resultados advindos dos processos de avaliação em larga escala e que representam a qualidade da educação, retomamos as análises aferidas na Tabela 2 (Apêndice B, p. 141), na qual observamos, a partir da classificação dos municípios por maiores indicadores, saltos qualitativos nos resultados do IDEB na região.

Outro aspecto relevante que observamos e que chamamos a atenção do leitor, refere-se à queda do índice apontada dados da Tabela 2 (Apêndice B, p. 141) e que merece destaque,

especialmente o IDEB relativo aos anos de 2017 e 2019, onde 11 (onze) municípios do sudoeste do Paraná. Ressaltamos que este fenômeno pode estar associado a fatores justificadores e externos, ou ainda, exógenos, a exemplo das mudanças nas variáveis contextuais e conjunturais, ou seja, as alterações de gestão política; impactos econômicos e aumento de inflação. No entanto, um fator temporal, nos chama atenção, conforme se depreende no Gráfico 3, a seguir:

**Gráfico 3 - Evolução temporal do IDEB no período de 2007 a 2019**



Fonte: INEP (2019), adaptação da autora

O Gráfico 3, apontam um dado relevante relativo aos resultados do IDEB que, em sua média geral, mostram-se positivos e crescentes, a exemplo do município de Palmas, que mesmo apresentando menor incidência de crescimento em relação aos demais municípios signatários da AMSOP, avança no período, crescendo nos resultados.

Conforme podemos observar, em 2007, ano que o IDEB passou a ser exigido no país, o índice de Palmas aponta 4,9 em 2007; e no ano de 2019, passa a 5,1. Esse fato, mesmo que pequeno, pode ser correlacionado ao período em que as ações da AMSOP estavam sendo executadas na região, como as melhorias relativas a malha viária associadas aos cursos de formação de professores para rede municipal ofertados pela UNIOESTE, eixos de atuação e fomento da entidade através das Cartas do Sudoeste.

Nessa mesma direção de análise, observamos que os fatores externos são elementos capazes de contribuir nos resultados do IDEB, e destacamos uma categoria muito interessante trazida por Lacruz (2019) e que a esta altura do trabalho merece destaque porque fortalece a incidência de ações externas no campo da educação como promotoras de desenvolvimento, ou seja, o sentimento de pertencimento de docentes à instituição onde está vinculado o seu contrato de trabalho é muito relevante e deve ser levado em consideração. Para o autor, no tocante a categoria extraescolar, desde que analisadas isoladamente aos fatores intraescolares, além de garantir maior eficácia nas análises contextuais e conjunturais mais amplas, a regularidade do docente, se materializa como um índice social relevante e que resulta em maior desempenho escolar:

[...] entre as variáveis contextuais que maior efeito reportamo-nos aos vínculos que os professores possuem com as escolas. E o resultado da análise indica que quanto mais próximos forem os vínculos melhores serão as chances de sucesso dos estudantes no exame. Mas como podemos interpretar essas relações? Estamos falando de laços meramente profissionais ou de algum tipo de enraizamento com contexto social. (LACRUZ, 2019, p. 17).

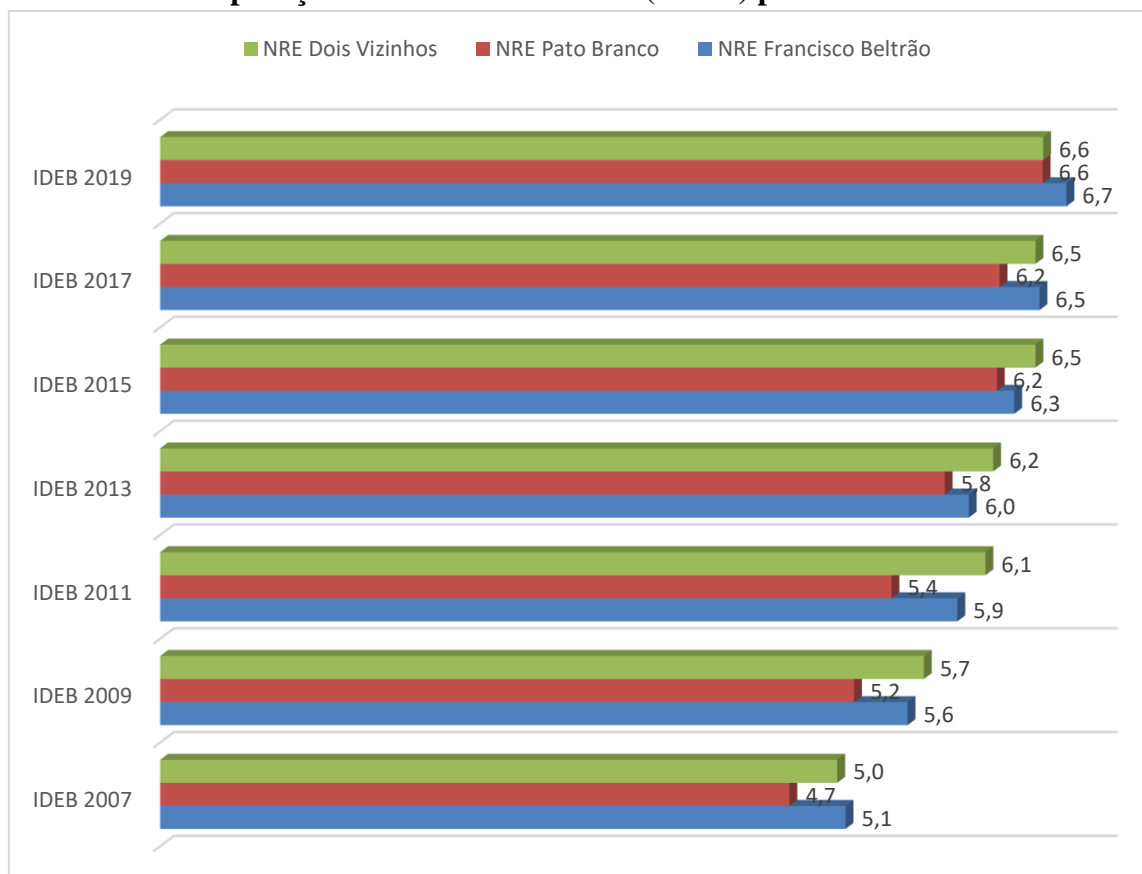
Ainda nesta mesma esteira, os fatores socioeconômicos, ou melhor, extraescolares que atingem o desempenho escolar, e, que paralelos ao fator da regularidade do docente, podem justificar os resultados do IDEB nos municípios do Sudoeste signatários da AMSOP, podemos apontar ainda a associação de fatores, como a formação continuada de docentes de todo o território; plano de cargo e salários, acrescidos de prospecção de mestrado e doutorado para o quadro de docentes; contratação de docentes via concurso público favorecendo o vínculo profissional com a escola onde está vinculado, de maneira a promover a continuidade

nos processos de ensino e aprendizagem que por vezes podem ser impactados com a troca de professores advindos de contratação simplificada, ou ações escolares de cunho socioeconômicos, como expostas no Quadro 16 (p. 114) desta dissertação.

Mesmo diante das ações realizadas pela entidade pela AMSOP, chamamos atenção do leitor para uma análise voltada para a gestão dos resultados do IDEB. Pois, ela também foca na metodologia da rede estadual de ensino do Paraná, a qual se constitui em uma ferramenta de análise por jurisdição, onde agrupamentos de municípios são administrados pelo governo do Estado do PR, através de núcleos de ensino propiciando elevar a eficiência dos resultados, como viabilizar implementações, tendo em vista as diferenças que emergem de cada núcleo constituído.

De modo mais esclarecedor, os dados apresentados no Gráfico 4, mostram os resultados do IDEB ao longo do período analisado, ou seja, do ano de 2007 a 2019, e se observarmos as médias dos resultados, notaremos que elas se encontram em ascensão, em especial o Núcleo de Dois Vizinhos. Este, ao longo do período aponta avanços em relação aos demais núcleos, mesmo possuindo menor número de integrantes em relação aos demais, seguido do Núcleo de Pato Branco e Francisco Beltrão.

**Gráfico 4 - Comparação do IDEB 2007 a 2019 (média) por NRE**



Fonte: INEP (2019), adaptação da autora

Como podemos observar no Gráfico 4, os resultados do IDEB desde sua criação no ano de 2007, apresentam dados em constante evolução, onde cada núcleo dentro de sua realidade aponta avanços. Mas, a partir do ano de 2019, os resultados do IDEB encontram-se iguais, em especial, entre os Núcleos de Dois Vizinhos e Pato Branco, e estes indicadores podem estar associados às diferentes realidades relativas a cada município e das constantes transformações socioeconômicas sofridas neste período. E este fenômeno, apontado pelos dados e representados pelo Gráfico 4, reveste-se de relevância crucial sugerindo imediata e urgente implementação de novos programas e projetos que impactem à realidade.

E neste sentido, podemos destacar uma das ações que a entidade fomenta e que podem representar tais implementações, como as melhorias realizadas pelo Corredor do Sudoeste e Corredor Viário, que atingem municípios como Realeza e Palmas e que integram os núcleos de ensino que respectivamente pertencem a Francisco Beltrão e Pato Branco; ou ainda, a oferta de suporte técnico e administrativo aos municípios dos 3 (três) núcleos de ensino da região; como também, os treinamentos e encontros voltados para o planejamento e gestão, a exemplo da implantação do Plano Municipal de Educação (PME) corrida nos de 2015 e 2016 e demais ações apresentadas no Quadro16 (p. 114), as quais facilitaram a implementação do Plano pelas Secretarias de Educação dos municípios de todo o território do sudoeste do Paraná.

Neste momento de análise, torna-se salutar destacar ao leitor a questão relativa aos fenômenos geradores de transformações socioeconômicas históricas, em especial com o advento da Pandemia do Corona Vírus, e que impactam realidades sociais e educacionais, e que exigem ações extraescolares que fomentem um novo olhar para o século XXI. E nesta dialética, ocorrem ajustes estruturais, e sobre tudo conjunturais, os quais viabilizam a construção de caminhos que potencializam a interpretação de dados, os quais por sua vez, favorecem ações implementadoras promotoras e fortalecedoras das redes de ensino, na região do Sudoeste do Paraná.

E aqui deixamos uma tarefa para as futuras gerações e análises, qual seja, investigar visando identificar como melhor apontar as necessidades plurais intraescolares que, associadas às extraescolares possibilitam avanços educacionais como condição suficiente para a promoção do desenvolvimento nos 42 (quarenta e dois) municípios signatários da AMSOP, tenho em vista que “educar és ciertamente, factor essencial e necesaria para ell desarrollo”. (DEMO, 1983, p. 151).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos relacionados ao modelo de gestão pública advindos da reforma do Estado, onde políticas públicas passam a garantir a eficiência e o resultado de bens e serviços públicos executados de forma descentralizada, contribuíram para as análises desta dissertação, como também expressam a métrica para os processos de educação e gestão pública para muitos países. Dentro desta ótica, o marco histórico que pautou esta pesquisa, está na reforma do Estado, ocorrida nos anos de 1995 e 1998, ocasião que as pautas neoliberais minimizam a atuação do Estado.

Com os ditames da nova carta Magna de 1988, aparatos sociais são reconhecidos como mecanismos de interlocução da Sociedade e o Estado, promovendo a participação social e fomentando dentro dessa dinâmica, ações que viabilizam o desenvolvimento em todo o país. Neste contexto de Estado, é que o objeto de estudo se organizou e voltou-se às análises acerca ações diretas e indiretas da AMSOP, entidade de cunho associativista e integracionista, voltada à promoção do desenvolvimento regional e educacional do Sudoeste do PR.

Assim, pensando na apreensão acerca do tema proposto, apresentamos para o leitor, o teor dos dois primeiros capítulos desta dissertação, os quais contemplaram a origem, função e contribuição das ações diretas e indiretas da AMSOP como entidade civil, de utilidade e representatividade pública no desenvolvimento e sua convergência com a melhoria na educação na região do Sudoeste do Paraná.

Para entender esta entidade civil, fez-se necessário levantar considerações preliminares sobre o conceito e a origem do Estado, como agente legitimador e garantidor desta interlocução que, há 50 (cinquenta) anos fomenta o desenvolvimento da região através do associativismo e da integração dos 42 (quarenta e dois) municípios signatários da AMSOP. As considerações apresentadas no primeiro capítulo evoluem historicamente através da exposição conceitual de maneira a culminar no desdobramento acerca da compreensão de Estado moderno evidenciado na democracia como característica central e ainda servindo como ferramenta na expansão de direitos e de novas perspectivas de cidadanias, a exemplo dessa expansão encontramos a inclusão e a participação.

Em continuidade, observamos que uma sociedade além de direitos, objetiva construir meios eficazes e promotores de garantias constitucionais, de maneira a representar a segunda e forte característica dos Estados contemporâneos. Ainda nesta perspectiva de garantias constitucionais, avançamos para as análises constitucionais das legislações

infraconstitucionais reguladoras do direito constitucional à educação e, ao contrário dos ditames constitucionais, elas expressam políticas públicas que se distanciam dos ideários e dos princípios da carta magna cidadã promulgada em 1988. Nesta perspectiva de direito à educação, retratamos no item 1.2 desta dissertação como um salto qualitativo, haja vista a relevância deste princípio constitucional, no entanto, as normas infraconstitucionais apresentam perfil de educação e de qualidade educacional pautados na essencialidade da métrica oficiais adotadas e por indicadores fixados e padronizados segundo orientações internacionais.

No segundo capítulo, caminhamos narrando o histórico da AMSOP, seus avanços em meio a troca de regimes e ainda reformas de governo, sua constituição retrata o perfil de um Estado mínimo, descentralizador, que busca eficiência e resultados na execução de suas tarefas. O recorte temporal fixado nesta dissertação culmina com o advento dos 30 anos da CF/88, com os 50 anos da AMSOP e os 20 anos da UNIOESTE - Campus Francisco Beltrão-PR; todos esses eventos ocorreram no ano de 2018 e representam conquistas de um regime democrático participativo fomentado pela entidade. Outro fator que agrega valor as considerações apresentadas, tanto no primeiro, como no segundo capítulo nos remetem aos impactos gerados pela reforma do Estado após 1990 e como este modelo de administração pública refletiu na gestão pública dos entes da federação, e, especificamente nos municípios, gerando todo o contexto conjuntural para o segundo capítulo desta dissertação que descreve, conforme já salientado, as abordagens históricas e os marcos legais e jurídicos que fundamentam e que, sobretudo, legitimam as ações diretas e indiretas realizadas pela AMSOP.

Salientamos por fim, que o terceiro capítulo objetivou, através dos marcos históricos aferidos nos capítulos anteriores, evidenciar a hipótese inicial projetada na pesquisa, ou seja, que as ações diretas e indiretas da AMSOP, influenciaram a melhoria da qualidade da educação dos municípios do Sudoeste do Paraná, considerando o recorte temporal entre 1999 a 2019. Estruturado através de 5 (cinco) pontos basilares, sendo que o primeiro ponto mostrou a forma conjuntural em que as ações da AMSOP foram fomentadas na região. No segundo, as especificidades sobre o programa Pacto Nova Itália - PNI, o qual se configura a materialização da conjuntura da entidade. O projeto deixou heranças na região, uma vez que os aprendizados adquiridos na Itália fomentaram inovações em diversos setores produtivos, modificando a concepção de muitos produtores a respeito do potencial de sua propriedade.

O terceiro item do capítulo foi ao encontro das Cartas do Sudoeste e as prioridades regionais de desenvolvimento, onde podemos apontar que, assim como o Projeto Nova Itália trouxe inovações, as Cartas do Sudoeste, representaram o extrato das reivindicações de gestores municipais e produtores, que buscavam ampliar e agregar necessidades indispensáveis para a conclusão das metas que foram planejadas a curto, médio e longo prazo.

No quarto item, o exercício se constituiu na exposição das ações internas e externas da AMSOP e a forma como esta entidade valorizou os fatores intra e extraescolares de modo a possibilitar o avanço educacional na Região, tendo como suporte teórico orientações da UNESCO, acerca da relevância de fatores externos ao contexto educacional, e ainda os apontamentos teóricos dos autores de Dourado e Oliveira e de Lacruz.

Para encerrar o capítulo, trouxemos no quinto item, o protagonismo da AMSOP na melhoria da qualidade da educação no Sudoeste do Paraná, utilizando-se dos dados do IDEB no período de 2007 a 2019. Lembrando que IDEB, não se constituiu em única referência para a verificação da melhoria da educação, porque o setor educacional não pode ser analisado de modo isolado, entretanto serve-me medida para investigações acerca da qualidade da educação associados aos fatores, sejam eles internos ou externos.

Assim, as ações externas, ou melhor, as ações extraescolares fomentadas pela AMSOP foram pontuais para atingir o desenvolvimento em um território cujas necessidades emergem em realidades diferentes, heterogêneas e sobretudo plurais.

E desse modo, pensando em melhor analisar os resultados do IDEB dos 42 (quarenta e dois) municípios e conferir-lhe maior relevância analítica, gerencial e política, destacamos a metodologia da Secretaria da Educação do Paraná, a qual pauta suas análises, a partir do agrupamento nuclearizado dos municípios do PR, tornando possível indagar acerca da profundidade em que os fatores incidem em cada núcleo de ensino, propiciando melhores desempenhos. Assim, ao analisarmos os resultados de casa núcleo da região do Sudoeste do PR, observamos que as médias apresentam-se em ascensão, mesmo tratando-se de um amplo território e face a heterogeneidade de contextos regionais, os desempenhos apontam em crescimento, indicando que o desenvolvimento trazido por meio das ações externas da AMSOP, promoveram mudanças no padrão, seja na produção, no consumo ou na cultura e valores, além de instrumentos mais hábeis que permitam a compreensão para enfrentar as mudanças e direcioná-los ao caminho que seja desejado, a exemplo disso as ações externas desenvolvidas pela entidade.



Dessa forma a implementação das ações externas realizadas e fomentadas pela entidade não apenas permitiram a região avançar em desenvolvimento econômico, como a criação e o fortalecimento de laços entre diversos setores, que no início dos trabalhos da entidade na região eram distantes senão inexistentes e este fato se estende aos processos educacionais.

Nesta mesma direção de análise acerca dos impactos estruturais e conjunturais das ações na entidade na região, destacamos o processo de interiorização decorrente das obras viárias, que compreendem aumento em relação a extensão e manutenção da malha que associada a criação de instituições de ensino superior públicas, como privadas, propiciou novos conhecimentos que propiciou que comunidades rurais de todo o sudoeste do Paraná, acessassem, não apenas os processos de ensino, como viabilizou a busca por alternativas às questões recorrentes voltadas as necessidades que emergem de diferentes realidades sociais, desencadeando a modernização e fomentando a melhoria, não apenas de suas propriedades, mas de toda a região do Sudoeste do Paraná.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, José Levi do Amaral. **Discurso de Posse**. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2020.

AMES, José Luiz. Maquiavel: **A lógica da ação política**. Cascavel, PR: Eduoeste, 2002.

AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná. Disponível em: <https://www.amsop.com.br/amsop/sobre>. Acesso em: 30 maio 2020.

AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná. **AMSOP 50 Anos**. 1.ed. Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão, 2018.

ANDERSON, Peter. **Balço do neoliberalismo**. In: GENTILI, P. e SADER, E. (orgs.). **Pós neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, pp. 9-38.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

APPLE, Michael Whitman. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Mario Gama Kury. 4. ed. Brasiliense, 2001.

AVRITZER, Leonardo. **Um desenho institucional para o novo associativismo**. Lua Nova, Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 39, p. 169, 1997.

BARROS, Sérgio Rezende de. **Liberdade e contrato: a crise da licitação**. 2. ed. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1999. Disponível em: <https://www.srbarros.com.br/pt/nocoes-sobre-poder-constituente.cont>. Acesso em: 05 set. 2019

BARROS, Sérgio Rezende de. **Noções sobre Poder Constituinte**. Disponível em: <https://www.srbarros.com.br/pt/nocoes-sobre-poder-constituente.cont>. Acesso em: 10 set. 2019.

BARRETO, Alcyrus Pinto & HONORATO, Cezar de Freitas. **Manual de sobrevivência na selva acadêmica**. Rio de Janeiro: Objeto Direto, 1998.

BARROSO, Luís Roberto. **Fundamentos Teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo)**. Revista da EMERJ, v. 4, n. 15, p. 11-47, 2001.

BARROSO, Luís Roberto. (org.). **A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BEAUD, Michael. **Arte das Teses: Como redigir uma Tese de Mestrado e Doutorado, uma monografia ou qualquer outro trabalho Universitário**. Rio de Janeiro. Beltrand Brasil: p. 48/52. 1996.

BEECH, JASON. **O conceito de transferência educacional na história da educação comparada: continuidades e rupturas.** Tradução: Rafaela Silva Rabelo. Rev. bras. hist. educ., Campinas-SP, v. 13, p. 46. 2009.

BELLONI, I. Educação. In: BITTAR, J. (Org.). **Governos estaduais: desafios e avanços: reflexões e relatos de experiências petistas.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

BIONDI, Roberta Lobona; Felício, Fabiana de. **Atributos escolares e o desempenho dos estudantes: uma análise em painel dos dados do SAEB.** Brasília, DF: INEP, 2007.

BOLMANN, Maria da Graça Nobrega; VIEIRA, Franciele de Souza Caetano. **Direito Fundamental à Educação Pública de qualidade: efetividade segundo os parâmetros do custo aluno qualidade inicial Vieira.** Revista Unisul. Tubarão, v. 10, n. especial, p. 235-252, 2016.

BORON, Atílio A. **A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal In: Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. pp. 63-138.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** 2018. Disponível em: <https://www.basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 7, de 07 de abril de 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 abr. 2010, Seção 1, p. 10. Disponível em: <https://www.pactoensinomedio.mec.gov.br>. Acesso em: 22 ago. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 nov. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.719, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 mar. 1999.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 4 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 14 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: <https://www.pne.mec.gov.br>. Acesso em: 27 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto - Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020**. Disponível em: <https://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 26 ago. 2019.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do Estado nos anos 1990: logica e mecanismos de controle**. In: SALVO, Mauro; PORTO JUNIOR, Sabino da Silva. (orgs.). **Uma nova relação entre Estado, sociedade e economia**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Igualdade e Liberdade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.

BOSCHI, Renato Raul. **A arte do associativismo: política de base e democracia no Brasil**. São Paulo: Ed. RT; Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

BUENO, Francisco da Silveira. **Grande Dicionário etimológico prosódico da língua portuguesa**. v. 7. São Paulo: Saraiva, 1967.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**. 5. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Filosofia**. São Paulo: Ática, 2002.

CHHIBER, Ajay. O estado num mundo de em transformação. **Finanças & Desenvolvimento**, set. 1997, p. 17-20.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. **A fiscalização abstrata da Constitucionalidade no Direito Constitucional Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

COSTA, Frederico Lustoza. **Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de Reformas**. RAP. Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 829-74, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 20 abr. 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas**. São Paulo: Cortez, 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Qualidade em Educação**. Belo Horizonte. s/n, 2007, não paginado.

DAGNINO, Evelina. (org.). **Anos 1990. Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos**. In: DAGNINO, Evelina. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAHL, Robert. **Sobre democracia**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufpi.br>. Acesso em: 20 mar. 2020.

DELORS, Jacques. (org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, MEC-UNESCO, 1997.

DEMO, Pedro. **Perspectivas políticas de la educacion y de la cultura: hipotesis sobre la importância de la educación para o desarrollo**. Revista de La CEPAL, n. 21, p. 145-154, 1983.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da Educação Superior Regulação e Emancipação**. Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 8, n. 2. Disponível em: <https://www.periodicos.uniso.br>. Acesso em: 14 set. 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **A qualidade da educação: perspectivas e desafios**. Cad. Cades, Campinas, SP, v. 29, n. 78, p. 201-215, 2009. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 set. 2019.

DUARTE, Clarice Seixas. **A educação como um direito fundamental de natureza social**. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 13 dez. 2019.

FAO - Food and Agricultural Organization. **Alimentación escolar y las posibilidades de compra directa de la agricultura familiar: estudio de caso de ocho países. Programa de Cooperación Internacional Brasil-FAO**. Brasília, DF: Representação da FAO, 2013.

FERRAJOLI, Luigi. **Derechos y Garantías: la ley del más débil**. Tradução de Perfecto Andrés Ilbanéz, Andrea Greppi. Madri: Trotta, 1999.

FIGUEIREDO, Carlos. **100 discursos históricos**. Belo Horizonte: Ed: Leitura, 2002.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Dados Agricultura Familiar 2011-2014**. Brasília: FNDE, 2015. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 10 set. 2019.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação**. Educ. Soc. Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 10 set. 2019.

FRIEDE, Reis. **Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio; MOTTA, Vânia da Gama, Zacarias; ALGEBAILLE, Eveline. Plano de Metas da Educação do Rio de Janeiro: do economicismo ao cinismo. **Folha Dirigida**, Rio de Janeiro, 11 fev. 2013, p. 5.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil**: Características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. UnB. 2006. Mestrado em Ciências Políticas. Disponível em: <https://www.repositorio.unb.br/handle/10482/6650>. Acesso em: 02 fev. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. SP: Atlas. 1991.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**: Introdução ao estudo da Filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUSMÃO, Joana Buarque. **A construção da noção de qualidade da educação**. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 17 mar. 2020.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. v. XV. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 2004. p. 33-80. Coleção Os Pensadores.

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou a matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martin Claire, 2004. p. 156-127.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário da língua portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 2.344.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP - Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acessado em: 12 de set.2020

KELSEN, Hans. Trad.de João Baptista Machado. **Teoria pura do direito**. 6ª ed. 4. tir. São Paulo: Martin Fontes, 1979.

KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1979.

LACRUZ, Adonai José. **Indicadores de qualidade na educação: análise discriminante dos desempenhos na Prova Brasil**. Rev. Bras. Educ, v. 24, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1519/s1413-24782019240002>. Acesso em: 05 maio 2020.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter; CASTELLO, Graziela. **Democracia, pluralização da representação e da sociedade civil**. Lua Nova. SP. n. 67. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 3 de abril de 2019.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre governo**. Tradução de E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria I. **Entrevista com Stephen J. Ball: Um Diálogo Sobre Justiça Social, Pesquisa e Política Educacional.** Revista Educação e Sociedade, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009.

MALISKA, Marcos Augusto. **O Direito a educação e a Constituição.** Porto Alegre: S.A. Fabris, 2001.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** Tradução de E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural. 2004.

MARTINS, Clícia Buhner; KAILER, Elismara Zaias. **Entrevista com Sandra Zákia: reflexões sobre as avaliações em larga escala e seus efeitos no contexto educacional.** Revista Olhar de Professor, v. 23, 2020.

MARX, Karl. **O Capital: a crítica da economia política.** Livro I. São Paulo: Bontempo, 1998.

MARX, Vanessa. **Democracia participativa, Sociedade Civil, Território.** Livro I. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Combate à pobreza e Banco Mundial. Estratégia do Banco Mundial para a educação na América Latina e no Caribe.** 1999. Disponível em: <https://www.bancomundial.org>. Acesso em: 20 set. 2019.

MELO, Marcus André B. C.. **Municipalismo, Nation Building e a modernização do Estado no Brasil.** Revista Brasileira de Municípios. 1947. Disponível em: [https://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/23/rbcs23\\_07.pdf](https://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/23/rbcs23_07.pdf). Acessado em 3 de março de 2019.

MONTEIRO, Agostinho dos Reis. **O pão do direito à educação.** Educ. Soc., Campinas, SP, v. 24, n. 84, p. 763-789, set. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MOROSINI, Marília Costa. **Qualidade Universitária: isomorfismo, diversidade e equidade.** Revista Interface. Botucatu, SP: UNESP, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 20 out. 2019.

MOROSINI, Marília Costa. **Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário.** Brasília: INEP/MEC, 2006. v. 2. Equidade e qualidade. Disponível em: <https://www.portal.inep.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MOTTA, Fernando Prestes; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Introdução à Organização burocrática.** 2. ed. São Paulo: Pioneira Thonsom Learning, 2004.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – OCDE. Paris. Disponível em: <https://www.portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35843>. Acessado em 10 de mar. 2020.

OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro de. **Sociabilidade e direito no liberalismo nascente**. Revista Lua Nova, n. 50, v. II, 2000, p.181. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 20 set. 2019.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. **Fundamentos da Análise e do Planejamento de Economias Regionais**. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2013.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado**. Pro-Posições, Campinas, 2015.

PINAR, Willian. **Currículo: uma introdução**. São Paulo: Cortez, 1975.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO DO SUDOESTE DO PARANÁ. PDRI. Ciclo 2019-2029. **Uma Jornada pelo desenvolvimento**. FRANCISCO BELTRÃO. 2019

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Declaração para o Milênio**. Disponível em: <https://www.br.undp.org>. Acesso em: 10 set. 2019.

**Projeto de Lei. Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020**. Disponível em: [https://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7116-pl-pne-2011-2020&Itemid=30192](https://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7116-pl-pne-2011-2020&Itemid=30192). Acesso: 26/08/2019.

RAVITCH, Daiana. **Nota mais alta não é educação melhor**. O Estado de São Paulo, SP, 2 ag. 2010c. Disponível em: <https://www.ciencia.estadao.com.br/noticias/geral-nota-mais-alta-nao-e-educacao-melhor-imp-589143>. Acesso em: 20/09/2019.

SÁ E SILVA, Fabio; LOPEZ, Felix; PIRES, Roberto. **Democracia Participativa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. Rio de Janeiro: Ed. Companhia do Bolso, 2016. Disponível em: <https://www.books.google.com.br>. Acesso em: 20 maio 2020.

SILVA, Vandrê Gomes. **Por um sentido público da qualidade da educação**. 2008. 120 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. SP. 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SOUZA, Juliana Silveira Leonardo. **Democracia: Pensamentos e Ação**. Um estudo na Câmara dos Deputados, Brasília. 2019. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <https://www.repositorio.unb.br>. Acesso em: 12 dez. 2019.

REALE, Miguel. **Elementos da Teoria Geral do Estado**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.



ROUSSEAU, Jean Jacks. **O Contrato Social**. São Paulo: Martin Claire, 2000.

UNESCO - United Nacional Educations. **Relatório Geral de Acompanhamento do EPT-Educação para todos**. Responsabilização na Educação. Cumprir nossos compromissos. 2017/2018. Disponível em: <https://www.unesdoc.UNESCO.org>. Acesso em:10 set. 2019.

UNESCO - United Nacional Educations. Disponível em: <https://www.nacoesunidas.org/pos2015/ods4/>. Acesso em: 10 set. 2019.

UNICEF - Defining Quality. **A paper Presented by Unicef at the Internacional Working Group on Education Meeting**. Florença, Itália: jun/2000. Disponível em: <https://www.right-to-education.org>. Acesso em:10 set. 2019.

VENTURA, Zenir. **O Ano que não terminou**. São Paulo: Nova Fronteira, 1988.

WERLE, Flavia. **Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011.

## **APÊNDICES**

APÊNDICE A – TABELA 1 – IDEB 2007/2019: EVOLUÇÃO DE INDICADORES EM ANÁLISE COMPARATIVA (%)

(continua)

MUNICÍPIO	IDEB 2007	IDEB 2009	Δ 2007-2009	IDEB 2011	Δ 2007-2011	IDEB 2013	Δ 2007-2013	IDEB 2015	Δ 2007-2015	IDEB 2017	Δ 2007-2017	IDEB 2019	Δ 2007-2019
1 Ampere	5,2	5,8	11,5%	5,6	7,7%	6,2	19,2%	6,1	17,3%	6,7	28,8%	6,7	28,8%
2 Barracão	5,4	5,6	3,7%	4,9	-9,3%	5,6	3,7%	5,7	5,6%	5,3	-1,9%	6,3	16,7%
3 Bela Vista da Caroba	4,4	4,5	2,3%	5,4	22,7%	4,8	9,1%	5,7	29,5%	5,6	27,3%	5,9	34,1%
4 Boa Esperança do Iguaçu	4,0	6,0	50,0%	6,6	65,0%	7,0	75,0%	6,5	62,5%	6,7	67,5%	6,1	52,5%
5 Bom Jesus do Sul	4,5	6,3	40,0%	5,9	31,1%	6,7	48,9%	5,9	31,1%	7,2	60,0%	6,5	44,4%
6 Bom Sucesso do Sul	5,4	5,9	9,3%		-100,0%	7,5	38,9%	7,2	33,3%	7,7	42,6%	8,0	48,1%
7 Capanema	5,5	5,6	1,8%	5,7	3,6%	5,9	7,3%	6,5	18,2%	6,6	20,0%	6,7	21,8%
8 Chopinzinho	5,0	5,7	14,0%	4,6	-8,0%	6,1	22,0%	6,3	26,0%	6,1	22,0%	6,4	28,0%
9 Clevelândia	4,1	4,1	0,0%		-100,0%	5,4	31,7%	5,7	39,0%	5,7	39,0%	5,6	36,6%
10 Coronel Domingos Soares	3,7	4,3	16,2%	5,0	35,1%	4,6	24,3%	4,8	29,7%	5,2	40,5%	5,4	45,9%
11 Coronel Vivida	4,7	5,5	17,0%	5,5	17,0%	5,8	23,4%	6,0	27,7%	6,1	29,8%	6,6	40,4%
12 Cruzeiro do Iguaçu	5,3	6,3	18,9%	6,6	24,5%	5,8	9,4%	5,9	11,3%	6,3	18,9%	6,6	24,5%
13 Dois Vizinhos	5,3	6,0	13,2%	6,4	20,8%	6,4	20,8%	6,6	24,5%	6,8	28,3%	6,9	30,2%
14 Enéas Marques	5,6	5,9	5,4%	6,4	14,3%	6,6	17,9%	6,4	14,3%	7,0	25,0%	7,5	33,9%
15 Flor da Serra do Sul	5,3	6,7	26,4%	6,9	30,2%	6,3	18,9%	6,4	20,8%	6,2	17,0%	7,1	34,0%
16 Francisco Beltrão	5,2	5,9	13,5%	6,3	21,2%	6,1	17,3%	6,3	21,2%	6,4	23,1%	6,7	28,8%
17 Honório Serpa	4,2	4,6	9,5%	4,9	16,7%	5,5	31,0%	5,8	38,1%	5,3	26,2%	6,0	42,9%
18 Itapejara d'Oeste	4,7	5,4	14,9%	5,9	25,5%	6,6	40,4%	6,6	40,4%	7,2	53,2%	7,3	55,3%
19 Manfrinópolis	4,4	5,5	25,0%	5,9	34,1%	5,6	27,3%	6,2	40,9%	6,3	43,2%	6,5	47,7%
20 Mariópolis	4,7	4,9	4,3%	5,0	6,4%	5,5	17,0%	5,9	25,5%	5,8	23,4%	6,5	38,3%
21 Mangueirinha	4,1	4,3	4,9%	5,5	34,1%	5,7	39,0%	5,7	39,0%	5,5	34,1%	6,2	51,2%
22 Marmeleiro	5,5	5,3	-3,6%	6,8	23,6%	6,1	10,9%	6,6	20,0%	7,0	27,3%	6,8	23,6%

(conclusão)

MUNICÍPIO	IDEB 2007	IDEB 2009	Δ 2007- 2009	IDEB 2011	Δ 2007- 2011	IDEB 2013	Δ 2007- 2013	IDEB 2015	Δ 2007- 2015	IDEB 2017	Δ 2007- 2017	IDEB 2019	Δ 2007- 2019
23 Nova Esperança do Sudoeste	5,4	5,3	-1,9%	5,4	0,0%	6,1	13,0%	6,7	24,1%	6,4	18,5%	6,5	20,4%
24 Nova Prata do Iguaçu	5,4	5,2	-3,7%	5,3	-1,9%	5,7	5,6%	6,7	24,1%	5,8	7,4%	6,3	16,7%
25 Palmas	4,9	4,1	-16,3%	4,2	-14,3%	4,6	-6,1%	5,9	20,4%	5,0	2,0%	5,1	4,1%
26 Pato Branco	5,4	5,7	5,6%	5,9	9,3%	6,3	16,7%	7,1	31,5%	7,5	38,9%	7,3	35,2%
27 Pérola d'Oeste	5,2	5,5	5,8%	5,7	9,6%	6,3	21,2%	6,1	17,3%	6,4	23,1%	6,3	21,2%
28 Pinhal de São Bento	4,2	4,3	2,4%	5,1	21,4%	5,2	23,8%		-100,0%	6,8	61,9%	7,1	69,0%
29 Planalto	5,6	5,7	1,8%	6,5	16,1%	6,8	21,4%	7,0	25,0%	6,4	14,3%	7,0	25,0%
30 Pranchita	5,1	5,0	-2,0%	5,4	5,9%	5,3	3,9%	5,8	13,7%	6,1	19,6%	5,8	13,7%
31 Realeza	5,2	6,2	19,2%	6,7	28,8%	6,9	32,7%	6,9	32,7%	7,5	44,2%	7,4	42,3%
32 Renascença	5,1	5,4	5,9%	5,3	3,9%	5,4	5,9%	6,4	25,5%	6,9	35,3%	6,8	33,3%
33 Salgado Filho	5,1	4,9	-3,9%	5,7	11,8%	6,4	25,5%	6,9	35,3%	6,6	29,4%	7,1	39,2%
34 Salto do Lontra	4,6	5,5	19,6%	5,9	28,3%	6,1	32,6%	6,4	39,1%	6,8	47,8%	6,5	41,3%
35 Santa Izabel do Oeste	4,8	6,0	25,0%	6,5	35,4%	6,2	29,2%	7,0	45,8%	7,4	54,2%	7,2	50,0%
36 Santo Antônio do Sudoeste	5,4	5,1	-5,6%	5,5	1,9%	5,6	3,7%	6,1	13,0%	6,0	11,1%	6,3	16,7%
37 São João	5,5	6,6	20,0%	6,1	10,9%	6,9	25,5%	6,9	25,5%	7,3	32,7%	7,3	32,7%
38 São Jorge d'Oeste	5,2	5,4	3,8%	6,7	28,8%	6,2	19,2%	6,7	28,8%	6,7	28,8%	7,0	34,6%
39 Saudade do Iguaçu	4,3	5,4	25,6%	5,6	30,2%	5,4	25,6%	6,2	44,2%	5,9	37,2%	6,7	55,8%
40 Sulina	5,0	4,8	-4,0%	5,2	4,0%	5,3	6,0%	6,0	20,0%	5,7	14,0%	7,0	40,0%
41 Verê	5,1	5,8	13,7%	6,2	21,6%	6,1	19,6%	6,5	27,5%	6,2	21,6%	6,9	35,3%
42 Vitorino	4,4	6,0	36,4%	7,2	63,6%	6,2	40,9%	7,1	61,4%	7,5	70,5%	6,9	56,8%
<b>MÉDIA</b>	<b>4,9</b>	<b>5,4</b>	<b>10,6%</b>	<b>5,8</b>	<b>12,7%</b>	<b>6,0</b>	<b>21,9%</b>	<b>6,3</b>	<b>25,5%</b>	<b>6,4</b>	<b>31,1%</b>	<b>6,6</b>	<b>35,5%</b>

Fonte: elaborada pela autora

**APÊNDICE B – TABELA 2 – IDEB 2007/2019: CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR MAIOR INDICADOR (%) NA EVOLUÇÃO**

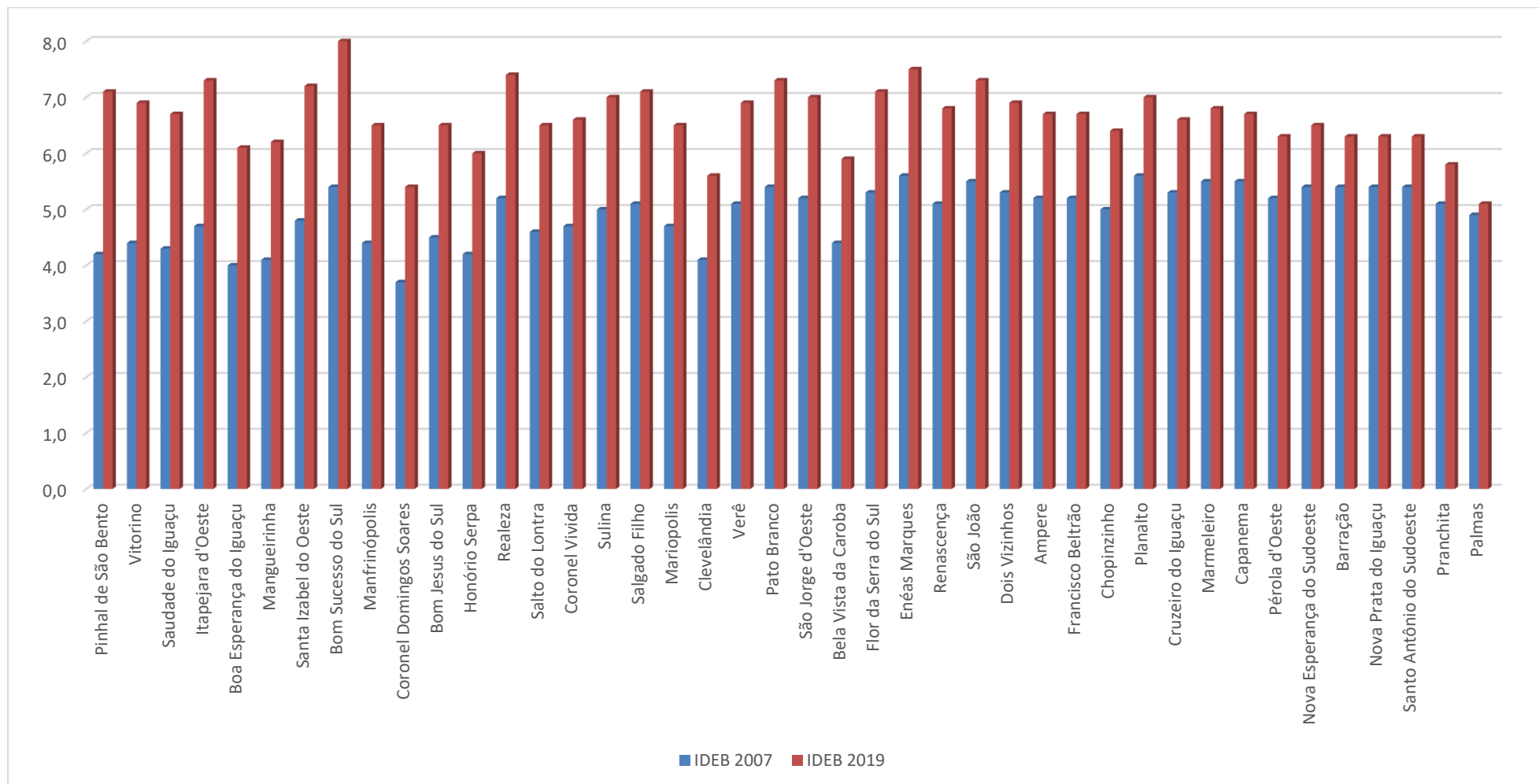
(continua)

MUNICÍPIO	IDEB 2007	IDEB 2009	Δ 2007-2009	IDEB 2011	Δ 2007-2011	IDEB 2013	Δ 2007-2013	IDEB 2015	Δ 2007-2015	IDEB 2017	Δ 2007-2017	IDEB 2019	Δ 2007-2019
1 Pinhal de São Bento	4,2	4,3	2,4%	5,1	21,4%	5,2	23,8%		-100,0%	6,8	61,9%	7,1	69,0%
2 Vitorino	4,4	6,0	36,4%	7,2	63,6%	6,2	40,9%	7,1	61,4%	7,5	70,5%	6,9	56,8%
3 Saudade do Iguaçu	4,3	5,4	25,6%	5,6	30,2%	5,4	25,6%	6,2	44,2%	5,9	37,2%	6,7	55,8%
4 Itapejara d'Oeste	4,7	5,4	14,9%	5,9	25,5%	6,6	40,4%	6,6	40,4%	7,2	53,2%	7,3	55,3%
5 Boa Esperança do Iguaçu	4,0	6,0	50,0%	6,6	65,0%	7,0	75,0%	6,5	62,5%	6,7	67,5%	6,1	52,5%
6 Mangueirinha	4,1	4,3	4,9%	5,5	34,1%	5,7	39,0%	5,7	39,0%	5,5	34,1%	6,2	51,2%
7 Santa Izabel do Oeste	4,8	6,0	25,0%	6,5	35,4%	6,2	29,2%	7,0	45,8%	7,4	54,2%	7,2	50,0%
8 Bom Sucesso do Sul	5,4	5,9	9,3%		-100,0%	7,5	38,9%	7,2	33,3%	7,7	42,6%	8,0	48,1%
9 Manfrinópolis	4,4	5,5	25,0%	5,9	34,1%	5,6	27,3%	6,2	40,9%	6,3	43,2%	6,5	47,7%
10 Coronel Domingos Soares	3,7	4,3	16,2%	5,0	35,1%	4,6	24,3%	4,8	29,7%	5,2	40,5%	5,4	45,9%
11 Bom Jesus do Sul	4,5	6,3	40,0%	5,9	31,1%	6,7	48,9%	5,9	31,1%	7,2	60,0%	6,5	44,4%
12 Honório Serpa	4,2	4,6	9,5%	4,9	16,7%	5,5	31,0%	5,8	38,1%	5,3	26,2%	6,0	42,9%
13 Realeza	5,2	6,2	19,2%	6,7	28,8%	6,9	32,7%	6,9	32,7%	7,5	44,2%	7,4	42,3%
14 Salto do Lontra	4,6	5,5	19,6%	5,9	28,3%	6,1	32,6%	6,4	39,1%	6,8	47,8%	6,5	41,3%
15 Coronel Vivida	4,7	5,5	17,0%	5,5	17,0%	5,8	23,4%	6,0	27,7%	6,1	29,8%	6,6	40,4%
16 Sulina	5,0	4,8	-4,0%	5,2	4,0%	5,3	6,0%	6,0	20,0%	5,7	14,0%	7,0	40,0%
17 Salgado Filho	5,1	4,9	-3,9%	5,7	11,8%	6,4	25,5%	6,9	35,3%	6,6	29,4%	7,1	39,2%
18 Mariópolis	4,7	4,9	4,3%	5,0	6,4%	5,5	17,0%	5,9	25,5%	5,8	23,4%	6,5	38,3%
19 Clevelândia	4,1	4,1	0,0%		-100,0%	5,4	31,7%	5,7	39,0%	5,7	39,0%	5,6	36,6%
20 Verê	5,1	5,8	13,7%	6,2	21,6%	6,1	19,6%	6,5	27,5%	6,2	21,6%	6,9	35,3%
21 Pato Branco	5,4	5,7	5,6%	5,9	9,3%	6,3	16,7%	7,1	31,5%	7,5	38,9%	7,3	35,2%
22 São Jorge d'Oeste	5,2	5,4	3,8%	6,7	28,8%	6,2	19,2%	6,7	28,8%	6,7	28,8%	7,0	34,6%
23 Bela Vista da Caroba	4,4	4,5	2,3%	5,4	22,7%	4,8	9,1%	5,7	29,5%	5,6	27,3%	5,9	34,1%

													(conclusão)	
MUNICÍPIO	IDEB 2007	IDEB 2009	Δ 2007- 2009	IDEB 2011	Δ 2007- 2011	IDEB 2013	Δ 2007- 2013	IDEB 2015	Δ 2007- 2015	IDEB 2017	Δ 2007- 2017	IDEB 2019	Δ 2007- 2019	
24 Flor da Serra do Sul	5,3	6,7	26,4%	6,9	30,2%	6,3	18,9%	6,4	20,8%	6,2	17,0%	7,1	34,0%	
25 Enéas Marques	5,6	5,9	5,4%	6,4	14,3%	6,6	17,9%	6,4	14,3%	7,0	25,0%	7,5	33,9%	
26 Renascença	5,1	5,4	5,9%	5,3	3,9%	5,4	5,9%	6,4	25,5%	6,9	35,3%	6,8	33,3%	
27 São João	5,5	6,6	20,0%	6,1	10,9%	6,9	25,5%	6,9	25,5%	7,3	32,7%	7,3	32,7%	
28 Dois Vizinhos	5,3	6,0	13,2%	6,4	20,8%	6,4	20,8%	6,6	24,5%	6,8	28,3%	6,9	30,2%	
29 Ampere	5,2	5,8	11,5%	5,6	7,7%	6,2	19,2%	6,1	17,3%	6,7	28,8%	6,7	28,8%	
30 Francisco Beltrão	5,2	5,9	13,5%	6,3	21,2%	6,1	17,3%	6,3	21,2%	6,4	23,1%	6,7	28,8%	
31 Chopinzinho	5,0	5,7	14,0%	4,6	-8,0%	6,1	22,0%	6,3	26,0%	6,1	22,0%	6,4	28,0%	
32 Planalto	5,6	5,7	1,8%	6,5	16,1%	6,8	21,4%	7,0	25,0%	6,4	14,3%	7,0	25,0%	
33 Cruzeiro do Iguaçu	5,3	6,3	18,9%	6,6	24,5%	5,8	9,4%	5,9	11,3%	6,3	18,9%	6,6	24,5%	
34 Marmeleiro	5,5	5,3	-3,6%	6,8	23,6%	6,1	10,9%	6,6	20,0%	7,0	27,3%	6,8	23,6%	
35 Capanema	5,5	5,6	1,8%	5,7	3,6%	5,9	7,3%	6,5	18,2%	6,6	20,0%	6,7	21,8%	
36 Pérola d'Oeste	5,2	5,5	5,8%	5,7	9,6%	6,3	21,2%	6,1	17,3%	6,4	23,1%	6,3	21,2%	
37 Nova Esperança do Sudoeste	5,4	5,3	-1,9%	5,4	0,0%	6,1	13,0%	6,7	24,1%	6,4	18,5%	6,5	20,4%	
38 Barracão	5,4	5,6	3,7%	4,9	-9,3%	5,6	3,7%	5,7	5,6%	5,3	-1,9%	6,3	16,7%	
39 Nova Prata do Iguaçu	5,4	5,2	-3,7%	5,3	-1,9%	5,7	5,6%	6,7	24,1%	5,8	7,4%	6,3	16,7%	
40 Santo Antônio do Sudoeste	5,4	5,1	-5,6%	5,5	1,9%	5,6	3,7%	6,1	13,0%	6,0	11,1%	6,3	16,7%	
41 Pranchita	5,1	5,0	-2,0%	5,4	5,9%	5,3	3,9%	5,8	13,7%	6,1	19,6%	5,8	13,7%	
42 Palmas	4,9	4,1	-16,3%	4,2	-14,3%	4,6	-6,1%	5,9	20,4%	5,0	2,0%	5,1	4,1%	

Fonte: elaborada pela autora

## APÊNDICE C – GRÁFICO 1A – EVOLUÇÃO IDEB 2007/2019



Fonte: elaborado pela autora